



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias
Curso Licenciatura em Ciências Agrárias

Maria José da Silva

***“AQUI TODO MUNDO É UMA FAMÍLIA”*: Processo de Construção
do Território e Territorialidades étnicas em Cruz da Menina, Dona
Inês – PB**

Bananeiras - PB

2019

Maria José da Silva

***“AQUI TODO MUNDO É UMA FAMÍLIA”*: Processo de Construção
do Território e Territorialidades étnicas em Cruz da Menina, Dona
Inês – PB**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em Ciências Agrárias da
Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
como requisito para a obtenção do título de
Licenciada em Ciências Agrária.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Amanda Christinne
Nascimento Marques

Bananeiras – PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Maria José da.

"AQUI TODO MUNDO É UMA FAMÍLIA": Processo de Construção do Território e Territorialidades étnicas em Cruz da Menina, Dona Inês - PB / Maria José da Silva. - Bananeiras, 2019.

132f. : il.

Orientação: Amanda Christinne Nascimento Marques.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCHSA.

1. Cruz da MeninaTerritório Territorialidade Quilombo.
I. Marques, Amanda Christinne Nascimento. II. Título.

UFPB/CCHSA-BANANEIRAS

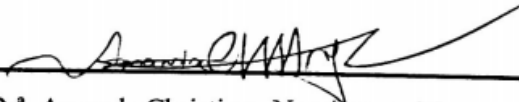
Maria José da Silva

**“AQUI TODO MUNDO É UMA FAMÍLIA”: Processo de Construção
do Território e Territorialidades étnicas em Cruz da Menina, Dona
Inês – PB**

Aprovada em: 22/10/2019

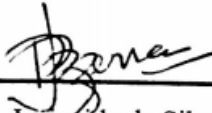
Nota: 10

Banca Examinadora



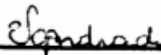
Prof.^a. Dr.^a. Amanda Christinne Nascimento Marques (Orientadora)

Universidade Federal da Paraíba/ Departamento de Ciências Básicas e Sociais



Prof.^a. Dr.^a. Josuécide da Silva Bezerra

Universidade Federal da Paraíba/ Departamento de Ciências Básicas e Sociais



Prof.^a. Dr.^a. Vivian Galdino de Andrade

Universidade Federal da Paraíba/ Departamento de Educação

Às minhas ancestrais que sofreram a dor da escravidão, a todas as pessoas que lutaram para que tivesse acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade. A todas mulheres de Cruz da Menina na pessoa de Dona Socorro que resiste na luta pelo território e aos meus pais Manoel Machado e Maria Severina.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aos meus ancestrais que me fizeram conectar para identidade enquanto mulher negra.

A prof.^a Amanda Marques na condição de orientadora por ser essa pessoa linda que tenho grande admiração por que nunca teve medo em ensinar tudo de forma tão detalhada para emancipação do indivíduo e formação do pensamento crítico. Por ser essa profissional humana e demonstrar compreensão nas particularidades de cada um, muitas vezes cansada, mas sempre animando para resistência das dificuldades do fazer acadêmico, seja no ensino, na pesquisa e na extensão, que teve grande influência na construção desse documento.

A minha mãe Maria Severina da Silva, mulher administradora por ofício do dia-a-dia dos recursos disponível para criar 10 filhos e 2 sobrinhos, veterinária que se utiliza das ervas para tratar seus animais, assim como seus filhos, enfim, mulher de muitas profissões. Meu pai, Manoel Machado da Silva, homem que sempre tive como referência masculina, pelo companheirismo que sempre teve com mamãe, pela força e responsabilidade que sempre apresentou na labuta dos sacos de açúcar que teve que carregar nas costas durante 12h de trabalho no engenho e quando chegava em casa tinha que cuidar da lavoura para alimentar a família. Pelo eu te amo nas ligações durante essa graduação por meio da seguinte pergunta: “está passando fome aí?”. Ou quando queria dizer que estava com saudade perguntava quando eu iria vista-los em PE.

As minhas irmãs Veronice Maria pela força que carrega na decisão de deixar a profissão de professora por não se identificar para assumir a profissão que nasceu para exercer que é agricultora da qual me faz ter muita admiração pela decisão de construir seu roçado e comercializar nas feiras agroecológica e Vanisa Maria que demonstra ser mais minha mãe que irmã isso por ser a mais velha das mulheres, assumiu a responsabilidade do cuidado para com os mais novos, mulher paciente de coração simples.

Aos meus irmãos cada um na sua particularidade de Elias Manoel, Moises Manoel, Erinaldo Manoel, Valdriano Manoel e Adilson Manoel, assim como Edvaldo Manoel (em alma) que durante esse meu processo nos deixou triste com sua partida e com muita saudade.

A Raniel Ferreira companheiro que encontrei durante essa estadia em Bananeira que tem dado apoios significativos de afeto e carinho nesse final de ciclo.

A Josineide Bezerra professora que admiro e levarei como exemplo de profissional da educação, pela sensibilidade do olhar humano.

Ao profº. Guilherme Soares que me apresentou o ambiente universitário durante projeto de extensão da UFRPE através do estágio de vivência pós formada como técnica agrícola.

A profª. Ana Dubeux e Alzira Medeiros por acreditar em uma outra economia e me incentivar a participar dos cursos de Formação de Formadores em Economia Solidária e da Rede de Educadores de Economia Solidária de Pernambuco, foram momentos de discussão que com certeza teve bastante influência em minha formação.

A prof.^a Socorro Lopes pela participação no PROLICEN através do projeto de Educação Ambiental, pois é algo que também acredito ser importante para formação educada dos indivíduos para o cuidado com meio ambiente.

As amigas foram sendo construídas ao longo desses 5 anos Maria – Dudu, Maria Gabriela, Gessica Caitano, Patrícia, Maria Pricila, Katarine Santana e Daiane cada uma dessas mulheres que tiveram suas contribuições diárias nas aulas, nos desabafos, trocas de experiências, nas farras, nos momentos tristes, mulheres que me ajudaram durante minha vida acadêmica.

A Shirley mulher de força admirável, de uma sensibilidade tamanha para as ideias que defende, pessoa linda, amizade da Economia Solidária que se estende nos momentos filosóficos e praieros bastante animados.

A Viviane Rodrigues amizade da extensão rural, mulher, mãe que admiro que embora distante estabelecemos laços fortes para o diálogo de nossas vivências em alguns momentos bastante emocionantes.

A Rute, Amanda, Neide e Luciana pelas acolhidas carinhosas durante as idas a João Pessoa, assim como nas caronas solidárias.

A Aline e Maria pela recepção e contribuição no processo de adaptação em outra cidade e por me apresentar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras, que contribuiu de forma significativa para compreensão a condição da mulher do campo e sua luta que é a realidade da qual tenho origem.

A cada uma das meninas da Residência Universitária Feminina da UFPB que de alguma forma me fizeram realizar reflexões para convivência em grupo, embora alguns momentos tenham sido difíceis quando se teve conflitos, dos quais considero momentos também de aprendizado para relação interpessoal.

Aos colegas de turma 2015.1 da Licenciatura em Ciências Agrárias pelos momentos de discussões do processo de ensino aprendido.

A todos os professores com distinções os que contribuem para compreensão de como agir para formação do senso crítico quando for assumir a sala de aula e aos que de alguma forma agiram contraria a essa ação, pois me ensinaram como não devo ser na ação prática em sala de aula e no tratamento com os alunos.

A UFPB/CCHSA, ao CNPq e a PROPESQ na concessão de bolsas durante a iniciação científica, como também ao PROBEX.

A todas as pessoas que encontrei por que acredito que ninguém faz nada só, ao movimento negro que pauta a luta de seu povo para que venha ter acesso a direitos.

RESUMO

A comunidade quilombola de Cruz da Menina está situada na zona rural do município de Dona Inês – PB. O quilombo encontra-se com 100 famílias que teve seu auto reconhecimento, enquanto remanescente de quilombo e certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP em de 12 de março de 2008. Esta monografia é resultante de pesquisas realizadas no âmbito do Programa Nacional de Iniciação Científica/PIBIC/CNPq durante os anos de 2016 a 2018, bem como de atividades de extensão universitária realizadas entre 2017 a 2019. Teve como objetivo principal analisar o processo de construção do território e as territorialidades étnicas de Cruz da Menina – Dona Inês/PB. Por se tratar de trabalho de cunho quantitativo/qualitativo foram realizados os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico nos portais das bibliotecas da UFPB, UFCG e UEPB, pesquisa documental – histórica em sites institucionais, no arquivos do INCRA, museu do CAVN a fim obter informações e discussões sobre a temática étnico racial, sobre o território de Cruz da Menina, assim como das comunidades remanescentes de quilombos da Paraíba, realizamos 12 entrevistas através de questionários semiestruturados como também conversas informais através dos trabalhos de campo, estudos e discussões de textos referentes à temática. Discutimos autores na qual utilizamos como aporte teórico tais como: FIABANI (2012), GOMES (2015), LEITE (2000), REIS (1995), FORTES (2013), MARACAJÁ (2013), SANTANA (2011), MOREIRA (2009), LARAIA (2009), MARQUES (2009; 2016), LACOSTE (1977), MARCOS (2006), BOSI (1994), FERNANDES (2007) e RAFFESTIN (1993). Podemos considerar que as leituras e as pesquisas realizadas possibilitaram compreender as dinâmicas territoriais tanto da atribuição do conceito de quilombo como sua formação, o território de Dona Inês e da comunidade de Cruz da Menina. Observamos o avanço nas discussões étnico raciais das comunidades tradicionais situadas no estado da Paraíba. Além de compreender o processo de luta pelo território e suas formas de resistência, destacando-se a relação com a terra, sua organização social familiar e o enfrentamento ao preconceito.

Palavras chaves: Cruz da Menina, Território, Territorialidade, Quilombo.

ABSTRACT

The quilombola community of Cruz da Menina is located in the rural area of Dona Inês - PB. Quilombo has 100 self-recognized families, while remaining quilombo and certified by the Palmares Cultural Foundation - FCP on March 12, 2008. This monograph is the result of research carried out under the National Program for Scientific Initiation / PIBIC / CNPq from 2016 to 2018, as well as university extension activities carried out from 2017 to 2019. Its main objective was to analyze the process of territory construction and the ethnic territorialities of Cruz da Girl - Dona Inês / PB. As it is a quantitative / qualitative work, the following procedures were performed: bibliographic survey in the portals of the UFPB, UFCG and UEPB libraries, documentary - historical research in institutional sites, in the INCRA archives, CAVN museum in order to obtain information and In discussions about racial ethnic issues, the territory of Cruz da Menina, as well as the remaining communities of quilombos in Paraíba, we conducted 12 interviews through semi-structured questionnaires as well as informal conversations through fieldwork, studies and discussion of texts related to the theme. We discuss authors in which we use as theoretical support such as: FIABANI (2012), GOMES (2015), LEITE (2000), REIS (1995), FORTES (2013), MARACAJÁ (2013), SANTANA (2011), MOREIRA (2009) , LARAIA (2009), MARQUES (2009; 2016), LACOSTE (1977), MARCOS (2006), BOSI (1994), FERNANDES (2007) and RAFFESTIN (1993). We can consider that the readings and the researches made possible to understand the territorial dynamics of the attribution of the concept of quilombo as its formation, the territory of Dona Inês and the Cruz da Girl community. We observe the progress in racial ethnic discussions of traditional communities located in the state of Paraíba. In addition to understanding the process of struggle for territory and its forms of resistance, the relationship with the land, its family social organization and the confrontation with prejudice stand out.

Keywords: Girl's Cross, Territory, Territoriality, Quilombo.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do município de Dona Inês – PB.	34
Mapa 2: Territorialização das Comunidades Quilombolas na Paraíba.....	50
Mapa 3: Recorte territorial de Bananeiras em 1950	58
Mapa 4: Município de Bananeiras e recorte territorial desmembrado com a emancipação de Solânea (1953)	59
Mapa 5: Municípios de Bananeiras e Solânea e recortes territoriais desmembrados com a emancipação de Borborema e de Dona Inês (1959)	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Habitações do povoado da Serra de Dona Inês e os habitantes que mais se destacaram no período de 1930	62
Figura 2: Capela Cruz da Menina.....	64
Figura 3: Entrevistada 3 em sua residência na comunidade dos Seixos.....	65
Figura 4: Entrevistado 4 e seus familiares em sua residência	69
Figura 5: Entrevistadas (os) durante os trabalhos de campo	77
Figura 6: Visita ao quintal do entrevistado 6 em Cruz da Menina, em 16 de maio de 2017	92
Figura 10: Entrevista com entrevistado 4 em sua residência em Cruz da Menina, em 24 de abril de 2017	104

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Comparativo Anual de Certificações: Certidões expedidas.....	49
Gráfico 2: Quantitativo de produções que discute sobre a questão étnico racial nos programas de pós-graduação da UFPB	52

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Registro de batismo da paróquia de Bananeiras (1871 – 1888)	61
Quadro 2: Uso da terra.....	75
ANEXO 2. Quadro 3: Registro de batismo da Paróquia de Bananeiras (1871 – 1888). Sombreamento amarelo para dar destaque aos registros no Engenho Tanques e em laranja, para destacar os batismos na Serra de Dona Inês	137

ANEXO 3. Quadro 4: Nomes dos moradores que trabalhava na terra durante o período de desapropriação informado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riachão. Levantamento preliminar de dados e informações do imóvel rural denominado: Fazenda Tanques e Queimadas – município de Dona Inês – Estado da Paraíba – Maio/1998 – João Pessoa – PB.	145
---	-----

LISTA DE SIGLAS

AACADE – Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes
ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADCT - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAVN – Colégio Agrícola Vital de Negreiros
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CCHSA – Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CNP - Comunidade Negra Paratibe
CRQ – Comunidade Remanescentes de Quilombos
FETAq – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FUNTERRA – Fundação de Previdência Privada da Terracap
FCP – Fundação Cultural Palmares
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRAS - Institutos de Terra Estaduais.
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGA - Programa de Pós-graduação em Antropologia
PPGDH - Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas
PPGG - Programa de Pós-graduação em Geografia
PPGH - Programa de Pós-graduação em História
PPGS - Programa de Pós-graduação em Sociologia
NEDET - Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	31
CAPÍTULO 1: QUILOMBOS: ATRIBUIÇÕES E DINÂMICAS DE UM CONCEITO	42
1.1 O CONCEITO DE QUILOMBO E SUAS DERIVAÇÕES.....	42
1.2 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA PARAÍBA	50
CAPÍTULO 2: O TERRITÓRIO DE DONA INÊS E A TERRITORIALIDADE DE CRUZ DA MENINA.....	56
2.1. PERCURSO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS	56
2.2 ORIGENS DE CRUZ DA MENINA	63
2.3. O PROCESSO DA FAZENDA TANQUES	73
CAPÍTULO 3: TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CRUZ DA MENINA, DONA INÊS – PB	77
3.1 TERRITÓRIO E AS DINÂMICAS DA TERRITORIALIDADE	79
3.2 JÁ SOFREU PRECONCEITO? “JÁ. MUITOS. MUITO PRECONCEITO. TODOS QUE MORAVA AQUI NA COMUNIDADE, MAS FOMOS QUEBRANDO O TABU”	84
3.3 A RELAÇÃO COM TERRA.....	91
3.4 A MEMÓRIA COMO CIÊNCIA PARA RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO.....	98
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
5. REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE	114
APENDICE 1: QUESTIONÁRIOS SEMIESTRUTURADOS.....	114
ANEXO 1 – Árvore Genealógica da família da Entrevistada 5.....	118
ANEXO 2 - Árvore Genealógica da família Entrevistada 3 Anulina da Conceição.	119
ANEXO 3 – Árvore Genealógica da família Entrevistada 2 Maria da Conceição .	120
ANEXO 4 - MEMORANDO COM PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE CRUZ DA MENINA	121
ANEXO 2. Quadro 3: Registro de batismo da Paróquia de Bananeiras (1871 – 1888). Sombreamento amarelo para dar destaque aos registros no Engenho Tanques e em laranja, para destacar os batismos na Serra de Dona Inês	137
ANEXO 3. Quadro 4: Nomes dos moradores que trabalhava na terra durante o período de desapropriação informado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riachão. Levantamento preliminar de dados e informações do imóvel rural denominado: Fazenda Tanques e Queimadas – município de Dona Inês – Estado da Paraíba – Maio/1998 – João Pessoa – PB.	145
ANEXO 4. CERTIDÃO PROCESSO DO INCRA - 54320. 001650/97-85/ INCRA .	147

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico é resultante de pesquisas realizadas no âmbito do Programa Nacional de Iniciação Científica/PIBIC/CNPq durante a vigência 2016/2017 e 2017/2018, bem como de atividades de extensão universitária realizadas entre 2017 a 2019 na comunidade quilombola Cruz da Menina.

Realizar estudos sobre esse tema teve motivação por me identificar enquanto negra e por ter acessado a universidade por meio da política de cotas. Realizamos a pesquisa numa comunidade quilombola, o que me fez querer compreender, de forma mais participativa, a realidade de uma comunidade tradicional.

O primeiro contato com a comunidade quilombola Cruz da Menina se dá na¹, já como bolsista da iniciação científica. Através dos projetos de pesquisa: *Territórios de Luta: Processos de Reivindicação Étnica das Comunidades Quilombolas na Paraíba*² e no ano seguinte com o projeto intitulado: *Território e territorialidades étnicas em comunidades quilombolas na Paraíba*³, essas atividades me fizeram agussar o desejo pela pesquisa social, ambos sob a coordenação da Amanda Christinne Nascimento Marques.

Pensando como contribuir, enquanto licencianda em Ciências Agrárias, na perspectiva de construir o diálogo com a comunidade a partir teoria apreendida durante o curso, foi desenvolvido no Estágio Supervisionado III – Extensão Rural na comunidade, em que trabalhamos o projeto intitulado: *Horta Educativa Quilombola: Saberes Interdisciplinares na produção do conhecimento na Escola Municipal de Ensino Educador Paulo Freire, Cruz da Menina – Dona Inês/PB*.

Destaca-se ainda um momento posterior, com as atividades do projeto de extensão intitulado: *MULHERES QUILOMBOLAS: Interseccionalidades e cultura no território tradicional Cruz da Menina, Dona Inês – PB*.

Durante os dois anos da iniciação científica compreendi que os conceitos estudados para produção deste documento deveriam ter sido abordados durante a minha formação da educação básica, e posteriormente no ensino superior. A partir dessa compreensão, faço apreciação que a educação básica brasileira desconsidera conceitos

¹ V Reunião do Comitê de Povos e Populações Tradicionais.

² **Plano de trabalho:** Territorialidade quilombola na comunidade Cruz da Menina, Dona Inês – PB.

³ **Plano de trabalho:** Território e Memória Quilombola em Cruz da Menina, Dona Inês – PE.

importante para entender a formação, seja ela histórica e/ou geográfica do Brasil. Destaco também nessa reflexão as questões relacionadas à África e à diáspora africana. Tal afirmativa se baseia em (Machado, 2011, p. 207) ao estudar a identidade negra África e Afro-brasileira quando destaca que:

A história da África e a história do Brasil estão mais próximas do que nossa imaginação possa alcançar, pois o Brasil é o maior país beneficiado pelo tráfico negreiro transatlântico e também aquele que oferece maior diversidade de experiências de africanidades em todas as suas regiões, de norte a sul, de leste a oeste. Muito dos nossos antepassados no período de escravidão, vieram de diversas regiões da África e dois grupos se destacaram: os bantus e os nagôs que, efetivamente, a partir de 1530, começaram a formar a população afrodescendente brasileira.

Realizar pesquisa em comunidades remanescente de quilombo é como compreender que sua história está relacionada com a história da África. Os conceitos mais abordados nesse trabalho foram o de quilombo, terra, território, territorialidade, identidade, quilombola, raça, racismo e poder. Abordamos essa discussão por que foram conceitos dos quais só foi possível compreender de forma mais analítica durante a formação superior.

Em nossa análise é oportuno dizer que o povo que não conhece sua história, não conhece a si mesmo. Entretanto, temos uma estrutura de poder que atua de forma sistemática para disseminação de uma história única, tal como analisa (Bidima, 2002, p.01):

Não podemos entrar na filosofia, assim como na vida, senão misturados a uma história que nos precede e enredados em histórias que se tecem em torno e sobre nós. Histórias nas quais se sondam nossas próprias constituições e situações; histórias nas quais se separam narrativas intrincadas que nos levam e transportam em direção a um outro lugar; histórias que nós antecipamos por nossa audácia e que nos capturam; histórias, finalmente, que se conjugam no condicional¹ de tanto que suas armadilhas conduzem a língua às nossas categorizações arriscadas. Temos, então, a necessidade, enquanto seres históricos, de nos contar histórias sobre o verdadeiro, o belo, o bem, a identidade, a alteridade, o absoluto, o valor e a finalidade. Temos também necessidade, enquanto filósofos, de exhibir a gravidade de nossa função e de nossa interrogação fazendo como se nossas narrativas sobre o belo, o verdadeiro, o bem não fossem as mesmas histórias que os humanos se contam em todos os lugares para pacificar, por um lado, a inconsistência e a

incompreensão que produz sua utilização da linguagem e, por outro lado, para costurar novamente seu tecido simbólico!

Na compreensão do processo histórico único é possível observar o quanto o ocidente exclui os africanos da trajetória da razão. Com acesso a formação crítica leremos não mais a história da África a partir do colonialismo. Para tais observações destaca-se que os currículos escolares e acadêmicos continuam sendo ocultados por grupos que possuem interesses econômicos que negam ou apagam a identidade brasileira, cerceando a formação crítica dos sujeitos.

Digo ainda mais, que enquanto estudante, essa compreensão não aconteceu apenas durante o cursar dos componentes curriculares, os quais também apresentam limitações. Destaco que o ambiente da sala de aula no espaço universitário não é suficiente para se fazer a leitura do Mundo, daí meu interesse pela pesquisa acadêmica e a extensão universitária. Compreendi que era preciso sair dos muros da universidade e me integrar ao entorno, compreender o campo.

Essa trajetória, enquanto estudante do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, me fez perceber o quanto é desafiador fazer educação como prática para liberdade como defende (Freire, 2014), para desconstrução dos preconceitos, sobremaneira para com os temas aqui estudados.

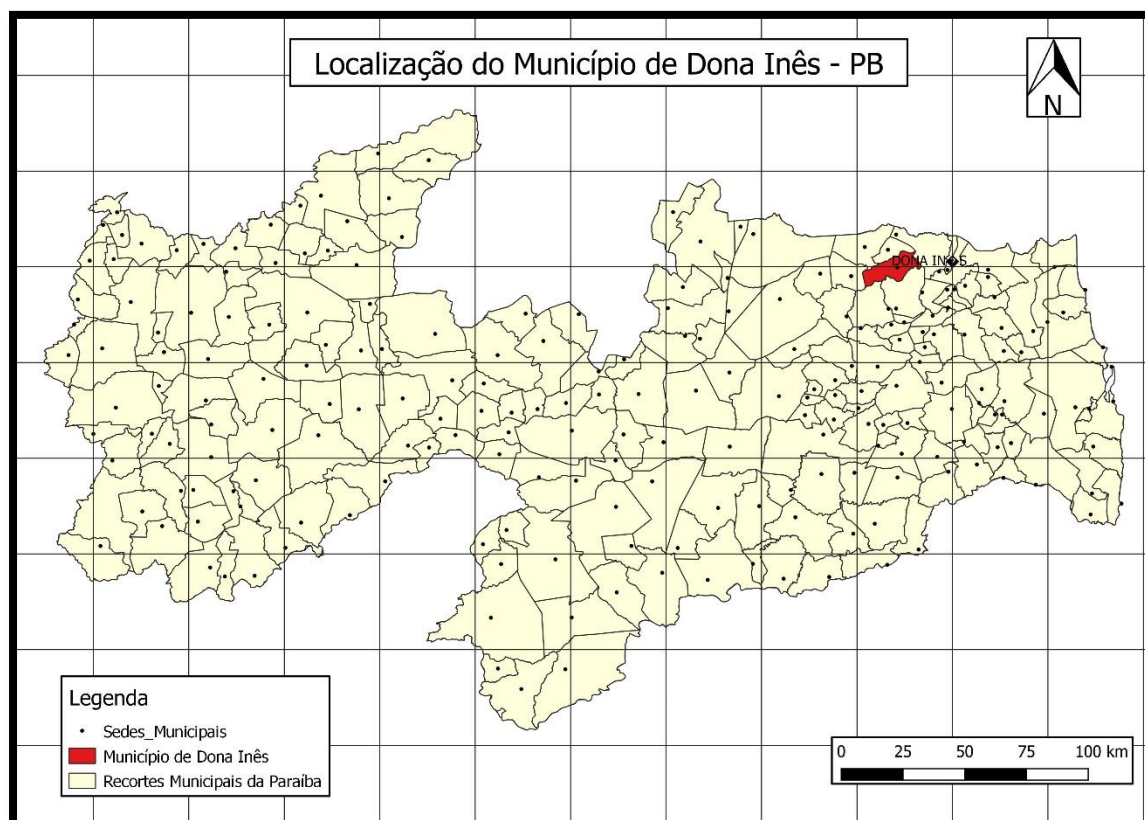
Desde o meu processo de auto reconhecimento enquanto mulher negra, só venho reafirmando o quanto estabeleci uma ligação com as famílias de Cruz da Menina. Isso me faz querer continuar os estudos sobre a temática e a continuidade das atividades de pesquisa na comunidade. O desenvolver acadêmico e de participação permitiu que eu crescesse academicamente, conforme aponta (Santos, 2008, p.50):

Depois da euforia cientista do século XIX e da consequente aversão a reflexão filosófica, bem simbolizada pelo positivismo, chegamos a finais do século XX possuídos pelo desejo quase desesperado de complementarmos o conhecimento das coisas, isto é, com o conhecimento de nós próprios.

As atividades de campo, a aproximação com as famílias da comunidade quilombola de Cruz da Menina, as leituras no grupo de estudos e todas as questões, foram acontecendo de modo que a afinidade só aumentasse e quisesse compreender cada detalhe do território e da territorialidade vivenciada por essa comunidade quilombola.

A comunidade quilombola de Cruz da Menina está situada na zona rural do município de Dona Inês – PB, cidade localizada na mesorregião do agreste paraibano e microrregião do Curimataú Oriental. Faz limite com os respectivos municípios: ao **norte**: Campo de Santana; **sul**: Bananeiras e Solânea; **oeste**: Araruna, Cacimba de Dentro e Riachão e ao **leste**: Belém.

Mapa 1: Localização do município de Dona Inês – PB.



Elaboração: Amanda Marques, 2019.

O quilombo encontra-se com 100 famílias que foram reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP em de 12 de março de 2008. Desde então essas famílias reivindicam a regularização do território, conforme previsto no decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

No desenvolver das ações para atingir os objetivos propostos, por se tratar de trabalho de cunho quantitativo/qualitativo, realizou-se as seguintes atividades: pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, pesquisa documental realizada nos seguintes sites: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Fundação Cultural Palmares - FCP, Biblioteca virtual da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Universidade Federal de Campina Grande -

UFCG e Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Esse procedimento possibilita aprender a pesquisar, pois a cada análise de documentos e referencial bibliográfico, surgem novos elementos para a pesquisa e a compreensão de forma mais aprofundada da temática em estudo.

No que se refere aos resultados da pesquisa bibliográfica realizamos nos programas de pós-graduação Geografia, História, Sociologia, Antropologia e Direitos Humanos.

Os referenciais bibliográficos encontrados foram importantes para compreender a diversidade de leituras e reflexões sobre as comunidades quilombolas situadas na Paraíba. Consideramos esse levantamento é importante, visto que é o primeiro passo para que o pesquisador desenvolva o instinto de investigador. Além dos estudos bibliográficos e documentais referentes à questão étnico-racial, realizamos entrevistas semiestruturadas (modelo do questionário no apêndice) com 12 entrevistas. Identificamos como entrevistados (as) 1, 2..12 para preservar suas identidades e conversas informais durante os trabalhos de campo. Para (Marcos, 2006) essa é uma metodologia que busca compreender e conhecer mais detalhadamente a comunidade, sua origem, sua organização, suas particularidades, no sentido de desvendar questões desafiadoras para o estudante pesquisador.

Como objetivo geral da pesquisa, buscamos analisar o processo de construção do território e as territorialidades étnicas de Cruz da Menina – Dona Inês/PB.

Como objetivos específicos buscamos:

- Discutir o conceito de quilombo, sua formação desde do período escravocrata a partir de uma ordem de poder e as formas repressoras do Estado para combater tal organização;
- Compreender o território de Dona Inês, a territorialidade de Cruz da Menina e o processo de auto reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo;
- Identificar as ações e dinâmicas territoriais vivenciadas no contexto comunitário e familiar em Cruz da Menina.

No capítulo 1, intitulado: *Quilombos: Atribuições e Dinâmicas de um Conceito*, realizamos descrição a respeito do conceito de quilombo, atribuído pelo Estado. Dialogamos sobre o processo de formação dos quilombos e suas formas de resistência às opressões desde período escravocrata. Destacamos a invisibilidade histórica bem como, a distribuição das comunidades remanescentes de quilombo no Estado da Paraíba.

Apresentamos quadros referentes ao quantitativo de certidões emitidas pelo governo federal a partir de 2004 e de dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFPB que versam sobre a questão étnico racial.

Na Paraíba, das 41 comunidades quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares, 29 tiveram seus processos administrativos iniciados, 09 com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID concluído, 23 sem RTID e 02 concluídos aguardando registro final das terras. (MARQUES, 2015).

Dialogamos como os autores (FIABANI, 2012), (GOMES, 2015), (LEITE, 2000) e (REIS, 1995), quando tratam sobre a conceituação de quilombo, (FORTES, 2013), (MARACAJÁ, 2013), (SANTANA, 2011) e (MOREIRA, 2009) ao estudarem casos específicos no Estado da Paraíba.

No capítulo 2, intitulado: *O território de Dona Inês e a territorialidade de Cruz da Menina* realizamos discussões baseadas no percurso histórico da criação do município de Dona Inês. Para tanto, dialogamos com autores (Felipe Filha, Marques e Silva, 2018) que abordam a temática fazendo referência dos marcos que originaram a comunidade.

Fizemos uso de pesquisa documental histórica, com vistas a analisar os registros das propriedades identificadas como sendo de ocupação tradicional quilombola na região de Dona Inês, município desmembrado de Bananeiras, em 1959.

Para a escrita do capítulo, realizamos pesquisa bibliográfica na biblioteca municipal de Bananeiras, no acervo da Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal da Paraíba – Campus Bananeiras, Acervo do Museu do CCHSA/CAVN e em acervos pessoais.

A pesquisa foi realizada nos cartórios de registros de imóveis situados nas cidades de Bananeiras e Araruna, nos sítios eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, assim como no setor de registro de terras e setor quilombola do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/PB. O procedimento da pesquisa possibilitou identificar as terras que estão situadas no entorno da comunidade remanescente de quilombo de Cruz da Menina.

Ainda como procedimento metodológico, durante a pesquisa documental, acessamos o processo de desapropriação das terras da fazenda Tanques (reconhecido como sendo parte das terras tradicionais quilombolas), buscando identificar na leitura, datas e nomes dos sujeitos envolvidos no processo desapropriação da fazenda e sua relação de parentesco com as famílias que atualmente se identificam como remanescente quilombola.

Realizamos trabalho de campo no assentamento e dialogamos com os moradores antigos sobre as formas de trabalho e o modo de vida dessa população no referido território.

No capítulo 3, intitulado: *Território, Territorialidade e Memória na comunidade Quilombola Cruz da Menina, Dona Inês – PB* abordamos aspectos relacionados à territorialidade étnica (MARQUES, 2009) da comunidade por meio da cultura, costumes, as histórias de luta e resistência desse povo, assim como apresentamos árvore genealógica de famílias entrevistadas.

Para melhor compreender a realidade vivenciada pelas famílias de Cruz da Menina foram realizados 10 trabalhos de campo na comunidade.

Nesse sentido, buscamos dialogar com os autores os elementos de memórias presente nas lembranças dos mais velhos, assim como aspectos relacionados com a territorialidade vivenciados na comunidade por meio da cultura, costumes, as histórias de luta e resistência desse povo. Buscamos reconstruir a memória de Cruz da Menina por meio dos relatos de lideranças e dos mais velhos da comunidade, destacamos as falas de Entrevistada 1, entrevistada 2, entrevistada 3, entrevistado 4 e entrevistada 5, pessoas que vivenciaram processos de exclusão social e que se mantêm resistindo no território de herança dos seus ancestrais.

A seguir descreveremos as atividades de campo:

1º Atividade de Campo: V Reunião do Comitê de Povos e Populações Tradicionais – 14 de outubro de 2016.

2º Atividade de campo realizado no dia 01 de novembro de 2016, com objetivo de obter informações referentes à festividade comemorada na comunidade que é a Romaria de 1º de novembro.

3º Atividade de campo - Reunião do Comitê de Povos e Populações Tradicionais – realizada no dia 16 de fevereiro de 2016. **Oficina titulada:** Identidade Negra e Indígena: A construção de um Brasil culturalmente diverso.

4º Atividade de Campo – Entrevista realizada com a (Entrevistada 5), por meio de roteiro de entrevista semiestruturado, no dia 29 de março de 2017.

5º Atividade campo - Entrevista realizada com o (Entrevistado 4), por meio do roteiro de entrevista semiestruturado, no dia 24 de abril de 2017.

6º Atividade de campo – Entrevista realizada e visita ao quintal com o (entrevistado 6) no dia 16 de maio de 2017.

7º Atividade de campo: Entrevista com Ester Fortes e Fernanda Lucchesi – no setor quilombola da Superintendência Regional da PB SR/18 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA no dia 17 de julho de 2007.

8º. Atividade de campo - Entrevista realizada com a (Entrevistada 3) e a (Entrevistada 2) comunidade dos Seixos no dia 27 de setembro de 2017.

9º Atividade de campo - Entrevista realizada com (Entrevistada 1) durante a plenária territorial realizada pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial/NEDET no dia 05 de dezembro de 2017.

10º Atividade de campo: Entrega de ofício nos cartórios dos municípios de Bananeiras-PB e Araruna-PB.

Utilizamos como aporte teórico-metodológico os seguintes autores: (WOORTMANN, 1990), (RAFFESTIN, 1993), (SCHWARCZ, 1993), (BOSI, 1994), (LACOSTE, 1977), (REIS, 1996), (LEITE, 2000), (MARCOS, 2006), (LARAIA, 2009), (FERNANDES, 2007), (QUEIROZ, 2008), (MOREIRA, 2009), (SANTANA, 2011), (MARACAJÁ, 2013) e (MARQUES, 2009; 2016).

No desenvolvimento da monografia encontramos textos que nos permitiram compreender os procedimentos metodológicos em campo, entre eles podemos citar: (Marques, 2009) ao estudar os Potiguar da Aldeia Três Rios, em que a leitura permitiu compreender a metodologia desenvolvida e as dificuldades enfrentadas durante o processo de escrita e de vivências no campo, assim como o texto de (Marcos, 2006) ao discutir questões de como realização de pesquisa acadêmica e o compromisso do pesquisador com a comunidade estudada.

Ao refletirmos sobre os desafios apontados pelos autores para desvendar o território vivido, registramos em nosso caderno de campo situações presenciadas em Cruz da Menina.

Esse processo requer tempo de convivência para que o estudante (a) possa adquirir habilidades na pesquisa, além do tempo, os estudos das experiências já desenvolvidas pelos diversos autores que realizaram pesquisa de cunho qualitativa, como exemplo de (Fernandes, 2007) que descreve, a partir de uma pesquisa realizada com os negros na cidade de São Paulo, a importância da pesquisa sociológica.

Para ele, é preciso penetrar no comportamento coletivo para compreender o indivíduo e os grandes processos da sociedade global. Para isso diz que:

O estudo de caso, às histórias de vida, à reconstrução histórica e às informações quantitativas disponíveis, como ponto de partida da análise de substrato, que imprimiria sentido ao estudo intensivo de situações concretas de convivência de “brancos” e “negros”. (FERNANDES, 2007, p. 30).

Ou seja, apresentamos as mesmas perspectivas metodológicas para análises das informações durante as atividades de campo. (Woortmann, 1990) possui a mesma aproximação ao realizar um estudo etnográfico do campesinato brasileiro. Esses estudos nos permitiram compreender a ética do pesquisador diante da comunidade pesquisada.

No que se refere ao desenvolvimento da pesquisa, tenho feito reflexões em conjunto com minha orientadora a partir de diálogos, leitura de textos, atividades de campo, entrevistas e o processo de escuta.

Todas essas atividades me motivam a pensar que a pesquisa não é produzida apenas para obtenção do título, mas que esse conhecimento acadêmico, pode de fato realizar algo que sirva a comunidade. Nesse ponto, concordamos com (Fernandes, 2007) quando afirma que o pesquisador (a) não deve se excluir da problemática material ou moral dos sujeitos estudados e dos processos de que eles participam. Então o processo de pesquisa é também de levá-lo a compreender a sua condição de existência.

A leitura que faço é que não existe um único caminho, técnica para fazer pesquisa quantitativa/qualitativa, existem sim, as experiências desenvolvidas por outros pesquisadores, que são utilizadas por quem iniciam que é meu caso. Esse conhecimento prévio não deve ser desconsiderado, pois as pesquisadoras podem vivenciar situações semelhantes, que podem ser aprimoradas no fazer cotidiano.

Para isso cabe a observação de (Marcos, 2006) a partir da leitura de Fals Borda, quando descreve da necessidade do pesquisador (a) “despir-se” de seus pré-conceitos para ir à campo.

Essa é uma questão também levantada por (Laraia, 2009, p. 74) quando reflete sobre a importância de olhar para a cultura do outro com outra lente. Para que isso aconteça, o autor descreve sobre a postura que o pesquisador (a) deve ter diante de outra cultura para que não haja “comportamentos etnocêntricos, pois esses resultam em apreciações negativas dos padrões culturais”.

(Queiroz, 2008, p. 8) quando aborda em seu artigo sobre o pesquisador (a), o problema da pesquisa, a escolha de técnicas, apresenta elementos quanto ao uso de técnicas e métodos para desenvolver a pesquisa social. Mesmo orientado por uma base

teórica, o pesquisador (a) não deve “cercear o olhar, impedi-lo de apreender na realidade pesquisada”.

A chegada à comunidade, por mais que estudemos todos esses detalhes, é delicado, tendo em vista a postura que o pesquisador (a) tem que assumir, tendo que ser invisível, ao ponto de sua presença não incomodar. Esse é um aspecto bastante trabalhoso porque na verdade, ali estará desenvolvendo ciência, mas também relações humanas. Essas por sua vez, será a forma construir laços entre o pesquisador e a comunidade.

Como realizar a pesquisa participante? (Marcos, 2006, p. 109) ao citar Brandão diz que a participação é “uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa”, ou seja, nesse momento há um compromisso por parte do pesquisador (a) em querer conhecer o grupo para que se possa agir.

Deixando de ver e aprendendo a olhar - é preciso que o pesquisador (a) seja investigador, deixar de “Ver” e passar a “Olhar”. Desse modo, a abordagem realizada por (Marcos, 2006) é bastante reflexiva.

Buscando compreender o processo de formação do território quilombola de Cruz da Menina realizando trabalhos de campo. Durante esse processo de registro, utilizamos o gravador. Segundo (Queiroz, 2008, p.10):

O uso do gravador exige alguns cuidados, que vão bem além do momento da coleta da entrevista, a transcrição da fita, constituindo, então, um documento escrito. O pesquisador, munido de um gravador, passa a ser o fabricante de documentos.

De acordo com autora, seguimos os requisitos necessários para produção do documento. Com a gravação em mãos, seguimos com a fiel transcrição, produzindo assim um documento, seguido de interpretação e análise do material adquirido.

Embora tenhamos feito trabalhos de campo de maneira específica, continuamente estávamos na comunidade realizando outras atividades ou simples visitas que consideramos importantes para criar laços de confiança com a comunidade e perceber elementos de seu cotidiano.

Compreendemos que esses eventos também são trabalhos de campo, tendo em vista que nesses momentos ocorrem troca de aprendizados. Sobre esse aspecto (Lacoste, 1977, p.84) diz que:

Refletindo bem, não é nada impossível que a comunicação dos resultados da pesquisa aos pesquisados torne-se, daqui a algum

tempo, uma prática normal e, mesmo no que chamamos de democracias liberais: o poder, aí, adaptou-se a muitas outras investidas, frequentemente mais perigosas, para ele; ele, certamente, chega a contorná-las e mesmo utilizá-las, mas cada uma delas constitui, todavia, um progresso.

O autor defende que a comunicação da comunidade com o pesquisador (a) seja dialógica para que os pesquisados possam apropriar-se dos resultados da pesquisa.

Sair do muro da universidade é realizar extensão ou conforme apresenta (Freire, 1983, p.28) comunicação, pois é necessário vivenciar o diálogo:

Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos.

Ainda segundo (Freire, 1983, p.36):

O dialógico e a problematização andam juntos de forma que conscientizam o homem. Na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação.

A partir da propositura destacada pelo autor durante todo o processo na comunidade buscamos sempre a postura para a comunicação dialógica pautada na transparência do que estava sendo produzido, pois consideramos que as trocas de informações através das entrevistas e conversas informais por meio dos trabalhos de campo constitui um processo de ensino – aprendizado vivenciado pelo pesquisador e os entrevistados.

CAPÍTULO 1: QUILOMBOS: ATRIBUIÇÕES E DINÂMICAS DE UM CONCEITO

Neste capítulo, buscamos discutir o conceito de quilombo, considerando o processo de formação das comunidades quilombolas no Brasil e sua espacialização na Paraíba. Nos amparamos em autores como (FIABANI, 2012), (GOMES, 2015), (LEITE, 2000) e (REIS, 1995), quando analisam o conceito de quilombo; FORTES (2013), MARACAJÁ (2013), (SANTANA, 2011) e (MOREIRA, 2009) ao espacializarem os quilombos na Paraíba; LARAIA (2009) quanto discute o conceito de quilombo a partir da cultura e (SCHWARCZ, 1993) em sua abordagem do século XIX, sobre os homens da ciência que fazem uso do discurso determinista para justificar a exploração escravocrata dos negros.

1.1 O CONCEITO DE QUILOMBO E SUAS DERIVAÇÕES

O conceito de quilombo foi construído de fora para dentro das comunidades quilombolas, sendo marcado por um caráter negativo, como algo que afrontava o escravismo colonial. Atualmente, o termo quilombo foi ressignificado, sendo utilizado pelas comunidades como demanda política, destacando-se o acesso às políticas públicas (MARQUES, 2015).

Os negros lutaram no contexto do escravismo colonial e formaram o que conhecemos por quilombos. De acordo (Fiabani, 2012) a formação de quilombos era “veículo de consolidação de fuga individual ou coletiva do cativeiro. Portanto, com intenções bem definidas, os quilombolas estabeleceram núcleos de resistência e autonomia aos representantes de seu inimigo maior, a escravidão”.

Segundo (Gomes, 2015, p.8) a formação dos quilombos ocorreu:

Entre os séculos XVI a XIX, nas Américas – desde o norte, quase chegando ao atual Canadá, até as regiões meridionais da Argentina e do Uruguai -, foram formadas sociedades coloniais em que predominou o trabalho compulsório, com indígenas e principalmente africanos. De diversos lugares, chegaram – através do tráfico atlântico – milhares de homens e mulheres, muitos já escravizados na própria África. Eram provenientes tanto de microssociedades com chefias descentralizadas da Alta Guiné e da Senegâmbia como de impérios e reinos do Daomé, Oyo, Ndongo, Ketu, Matamba e outros; ou de cidades como Uidá

e Luanda, nas áreas ocidentais e centrais africanas, entre savanas e florestas.

Conforme dialoga o autor ao apresentar a expropriação desses povos das diversas regiões da África e a formação colonial escravista, a força de trabalho desses povos foi explorada por meio de trabalhos intensos, que resultou na produção de riqueza, construção de fazendas, engenhos, estruturação de plantações de cana-de-açúcar, café e algodão. Todas essas atividades foram executadas de forma exaustiva, sem direito a condições necessárias ao ser humano, seja ela de alimentação, descanso, ambiente de moradia, entre outros fatores.

Ainda segundo o autor, a denominação quilombo não se caracteriza como um conceito universal nas Américas, esse se constitui de uma variância de acordo com cada país e que:

No Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, tais comunidades ficaram conhecidas primeiramente com a denominação de mocambos e depois de quilombos. Eram termos da África central usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados. No século XVII, a palavra quilombo também era associada aos guerreiros imbangalas (jagas) e seus rituais de iniciação. Já mocambo, ou mukambu tanto em kimbundu com em kicongo (línguas de várias partes da África central), significava pau de fieira, tipo de suportes com forquilha utilizadas para erguer choupanas nos acampamentos. (GOMES, 2015, p.10).

Como forma de resistência ao modelo escravista imposto pelo império lusitano, esses povos se aquilombavam. Tanto (Gomes, 2015) como (Fiabani, 2012) descrevem sobre a escassez de dados mais consolidados sobre os fugitivos que se aquilombavam e se organizavam em comunidades, sejam nos campos, nas escarpas da serra, no coração de uma ilha, nos embreados de um mangue ou nas matas fechadas.

Como forma de negar e se rebelarem contra a opressão dos senhores, suas formas de protesto se davam por intermédio de rebeliões, assassinatos e morosidade na execução das tarefas. Muitos sofriam de banzo⁴ e fugiam só, em dupla e até em grupos para áreas distantes.

⁴ Muitos foram os suicídios praticados e outros acabaram sendo mortos pelo mal que foi denominado de banzo. Traduzindo como saudade, o banzo é de fato uma forma de morte decorrente da apatia (LARAIA, 2009, p. 75).

Os mesmos se utilizavam da sabedoria antiga dos povos africanos, ou seja, destacavam que “se deus é grande, o mato é ainda maior” (Fiabani, 2012, p.20). Os africanos que eram submetidos ao trabalho escravo em seu país de origem, se organizavam após as fugas em comunidades, nas quais constituíam sua liberdade para produzir em um espaço geográfico que estivesse longe das atividades escravistas.

A primeira definição de quilombo que destacamos é a divulgada pelo Conselho Ultramarino português, em 1740. Descreve o seguinte: é toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles.

É possível perceber que o referido conceito de quilombo do Conselho Ultramarino não é uma definição que partiu do povo negro. É uma definição colocada pelo opressor, senhores coloniais, e foi sendo usada por muito tempo para punir escravos que buscavam sua liberdade.

Ao analisar essa definição de quilombo estabelecida, destacamos que a formação do quilombo se divide em etapas. A primeira, estava relacionada à fuga para áreas despovoadas ou não. A segunda refere-se ao levantar dos ranchos, ou seja, lugares para se instalar após o processo de fuga. E por fim, que nem se achem pilões neles, referindo-se a autonomia para produção de alimentos.

Além da necessidade de ocupar espaços distantes como forma de fuga ao regime escravista, os negros também fugiam dos denominados aqui no Brasil como dos capitães-do-mato, que tinham a função de “caçar” e recuperar escravos fugidos.

Entre os autores estudados e que discutem o conceito de quilombo, Reis (1995), afirma que o termo quilombo derivaria de kilombo, uma sociedade de jovens guerreiros mbundu adotada pelos invasores jaga (ou imbangala), estes formados por gente de vários grupos étnicos desenraizada de suas comunidades. (Fiabani, 2012, p. 280-281) aborda sobre a conceituação de quilombo:

No Brasil, em geral, o fenômeno foi registrado como mocambo, quilombo e palmar. O habitante dessas comunidades era chamado de quilombola, calhambola, mocambeiro, mucambeiro, mocambista, palmarinos, papa-mel.

Essa última denominação segundo o autor, é um termo de preferência dos historiadores e antropólogos quando se referem aos quilombolas de Alagoas. Destaca que: “mocambo ou mucambo é uma palavra Africana, Kimbundu, formada do prefixo um +

kambo, que quer dizer esconderijo”. É possível analisar em seus estudos que os conceitos reportam a África, que por sua vez, está relacionada à organização comunitária “arraiais ou acampamentos” que a partir da palavra “mbundu” é usada para designar acampamento de guerra.

Podemos analisar que o conceito de quilombo se estabelece a partir do outro, esse outro o opressor construiu a ideia de que essas pessoas são inferiores e assim sentiu-se no direito de tirar sua liberdade, e conseguinte fazer uso de sua força de trabalho. As relações entre os que se dizem “civilizados” e os povos de comunidades tradicionais, no caso das comunidades quilombolas e indígenas, foram historicamente tensionados.

Outra conceituação de quilombo mais atual é definida por (Leite, 2000, p.335) quando diz que:

Quilombo na atualidade significa para esta parcela da sociedade brasileira, sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente apenas um passado a ser rememorado.

(Leite, 2000) aborda o conceito como um direito que foi negado a esses grupos desde a escravidão. Podemos destacar que um progresso para esses povos se deu com a incorporação do conceito de quilombo na constituição de 1988, como garantia de direito ao território por meio do artigo 68⁵ da ADCT, assim como o decreto 4.887 que:

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Desde conceito do quilombo criado pelo Conselho Ultramarino perpassando pelos demais, o de maior avanço para os negros no Brasil foi à criação desse decreto que regulamenta ações para acesso ao território. É preciso fazer uma análise que até chegar a esse decreto houve vários movimentos de lutas destaca-se o movimento negro que reivindicaram para que chegasse a essa conquista desde das organizações para aquilombarem. Um aspecto bastante importante que não pode ser desconsiderado é a realidade cultural desses povos. Segundo (Laraia, 2009, p. 101), a cultura é dinâmica e conclui que:

⁵Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante admirável mundo no do porvir.

A partir desse pensamento há de considerar que não vamos encontrar tais características nos conceitos apresentados no Conselho Ultramarino assim como pela Lei de Terras de 1850 utilizados muitos mais para oprimir e negar o direito ao território do que para garanti-los. Existem singularidades, vivências e práticas atuais diversas nas comunidades quilombolas, que são semelhantes, mas que tem suas particularidades baseadas na realidade diária de cada comunidade, assim como no espaço geográfico e na regionalidade em que se encontram.

Com esse regulamento as instituições destinadas para realização de demarcação territorial e inclusão de políticas públicas devem analisar o que foi descrito por (Laraia, 2009), quando diz que “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo”. Essas instituições reguladoras necessitam atentar para as particularidades dessas comunidades, sobretudo nos contextos referentes à cultura vivenciada por cada uma.

O conceito de quilombo a partir dos moradores de Cruz da Menina se dá com as seguintes definições:

Aqui esse quilombo é como se fosse um refúgio, ninguém vinha aqui são como se fosse escravo mesmo. (Relato realizado por Entrevistada 7 em dia 14 de outubro de 2016).

Ainda com relação as definições, os entrevistados dizem ser um grupo de pessoas batalhadoras e constituem um local de refúgio de escravos. Para eles, quilombo significa “grupo de pessoas simples, humildes, batalhadoras, ou seja, trabalham para o que pretendem almejar”.

A outra definição apresentada pelos entrevistados se refere a “um conjunto de culturas afro-brasileiras, onde os escravos se refugiaram para poder ter a sua própria liberdade”. (Laraia, 2009, p.25) ao citar Edward Tylor define:

Cultura no sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer

outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Em sua primeira definição eles se veem como quilombola em virtude da comunidade ser isolada e atrelam a ancestralidade quilombola dialogando com os conceitos apresentados tanto por (Gomes, 2015) como (Fiabani, 2012). Na segunda, eles apontam a mesma questão, mas citam também a cultura como um ponto que os identificam. Um exemplo de representação cultural afro-brasileira na comunidade Cruz da Menina relatado pelos moradores foi a criação de um grupo de dança denominado Oxumaré⁶ em 2004, composto apenas por mulheres negras. Esses relatos são importantes para aproximar a identificação étnica da comunidade com a literatura. (Leite, 2000, p.336) por exemplo, ao citar Kabengele Munanga, faz alusão à aproximação dessas comunidades com a África:

Ao recuperar a relação do quilombo com a África, afirma que o quilombo brasileiro “é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos”.

A segunda questão discutida durante a realização da pesquisa foi: qual a relação de Cruz da Menina como quilombo? Os quilombolas descreveram as seguintes respostas: costumes, descendentes de africanos e as tradições.

Podemos relacionar a resposta do grupo com a discussão realizada por (Leite, 2000, p. 338) quando afirma que: “Destruídas dezenas de vezes, reaparecem em novos lugares, como verdadeiros focos de defesa contra um inimigo sempre ao lado”, embora a estrutura física seja destruída, mas as características citadas tal como os costumes e as tradições iriam sempre está presente fazendo com que os identifiquem como quilombolas. Eles trazem essa relação em decorrência da descendência, as características, a cultura e a religião. Tanto a primeira como a segunda questão trazem a cultura como forma de reconhecimento e relação enquanto quilombola.

Observou-se que os quilombolas de Cruz da Menina abordam a questão da ancestralidade e cultura como forma de identifica-los. Também podem ser verificados outros aspectos no relato:

⁶ Oxumaré: é um orixá que movimentava a terra, conforme acesso em: <https://ocandomble.com/os-orixas/oxumare/>, em virtude de não ter aprofundado sobre o assunto não tem maiores detalhes.

A relação de Cruz da Menina com o quilombo são os costumes que aqui ainda têm alguns costumes ainda da descendência com os africanos, porque a maioria das pessoas é negras você pode ver que é muito difícil você vê uma pessoa mais clarinha da cor é tudo mais fuscas é tudo mais escurinho né? e eu tenho muito orgulho da minha cor, graças a Deus e as tradições que os africanos tinham que é as religiões diferentes né? Aqui ainda tem os que já conhecem a palavra, tem ainda os que tá no meio pra reconhecer e tem ainda os que tá das tradições que os escravos tinham vai pra lá o xangô estamos tentando fielmente pra mudar. (Relato concedido pela entrevistada em 7 dia 14 de outubro de 2016).

Sobre o relato, pode-se analisar que a entrevistada diferencia a comunidade por grupos religiosos e destaca os que ainda seguem as tradições de origem africana. Destaca que se encontra os protestantes e avalia as religiões de matriz afro-brasileira como proibida. Para ela, as pessoas da comunidade que realizam essas tradições precisam mudar. Avaliamos que embora a entrevistada tenha feito ressalvas com relação a sua leitura do mundo, elas não são condicionantes de discussões que remetem a perda identitária ou de direitos, mas de dinâmicas sociais que ocorrem no âmbito das comunidades que inevitavelmente passam por um processo de construções sociais e moralidades múltiplas. (MARQUES, 2015).

Para (Marques, 2012, p.1) a formação dos quilombos se constitui como “atualmente um movimento de busca e luta pela terra, inclusive esta permanece muitas vezes dentro do próprio território reconstruído ou de resistência, sobretudo pela insuficiência de políticas públicas e pelos conflitos fundiários constantes”.

A partir dos movimentos de luta pelo território é que as organizações do movimento negro e lideranças quilombolas conseguiram a certificação⁷ de comunidades quilombolas, emitida pela Fundação Cultural Palmares, que se constitui de um documento que reconhece a comunidade como remanescente de quilombolas, processo este que ocorre após a auto atribuição pela comunidade, reconhecendo-se como tal, considerando seu passado até sua condição atual. A titulação é o processo que confere à comunidade a propriedade da terra que habita. Ela é emitida pelo INCRA e pelos Institutos de Terra (ITERRAS) estaduais.

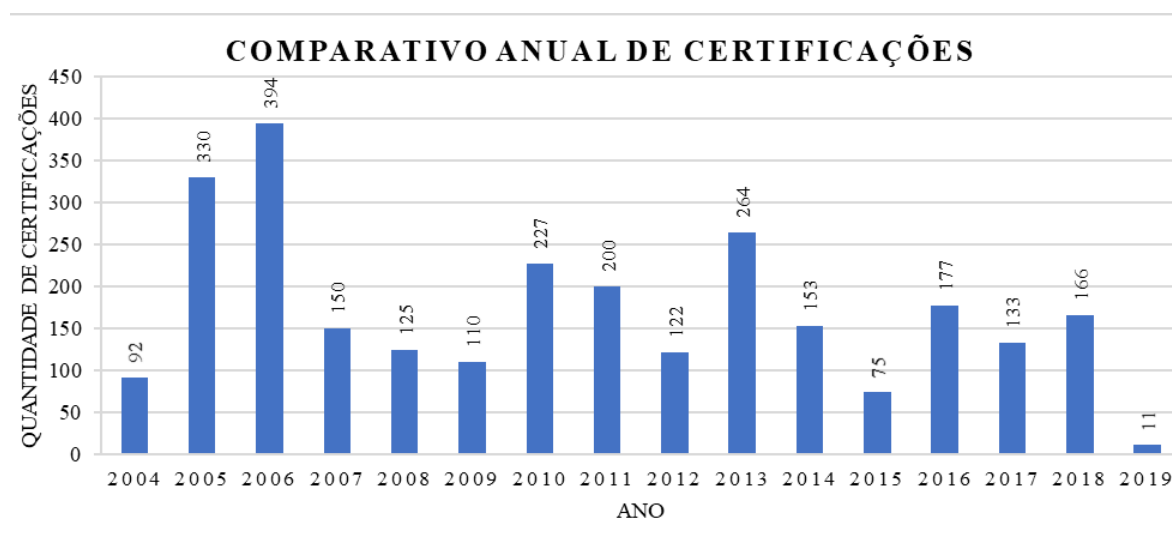
⁷ Orientação do site da Fundação Cultural Palmares

De acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares (FCP) são contabilizadas no país 3.383 Comunidades Remanescentes de Quilombolas (CRQs), dessas 2.741 encontram-se com certidões emitidas⁸.

Vale salientar que avanços no processo de reconhecimento dessas comunidades aconteceram na gestão federal dos dois últimos governos populares. Na ocasião, em 2004 foi lançado o Programa Brasil Quilombola sobre a coordenação geral do Programa de responsabilidade da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Atuando com diversas ações, propõe melhorias de acesso em vários aspectos para os povos que resistem nessas comunidades de acordo com 4 (quatro) eixos principais, sendo eles: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local e inclusão produtiva e direitos e cidadania.

Podemos observar no gráfico a seguir um resumo anual desde 2004 até ano em curso das certidões emitidas pelo órgão responsável. *Dados atualizados através da Portaria nº 34 de 18/02/2019 pela FCP.*

Gráfico 1: Comparativo Anual de Certificações: Certidões expedidas



Fonte: FCP. **Elaboração:** Maria Silva, 2019.

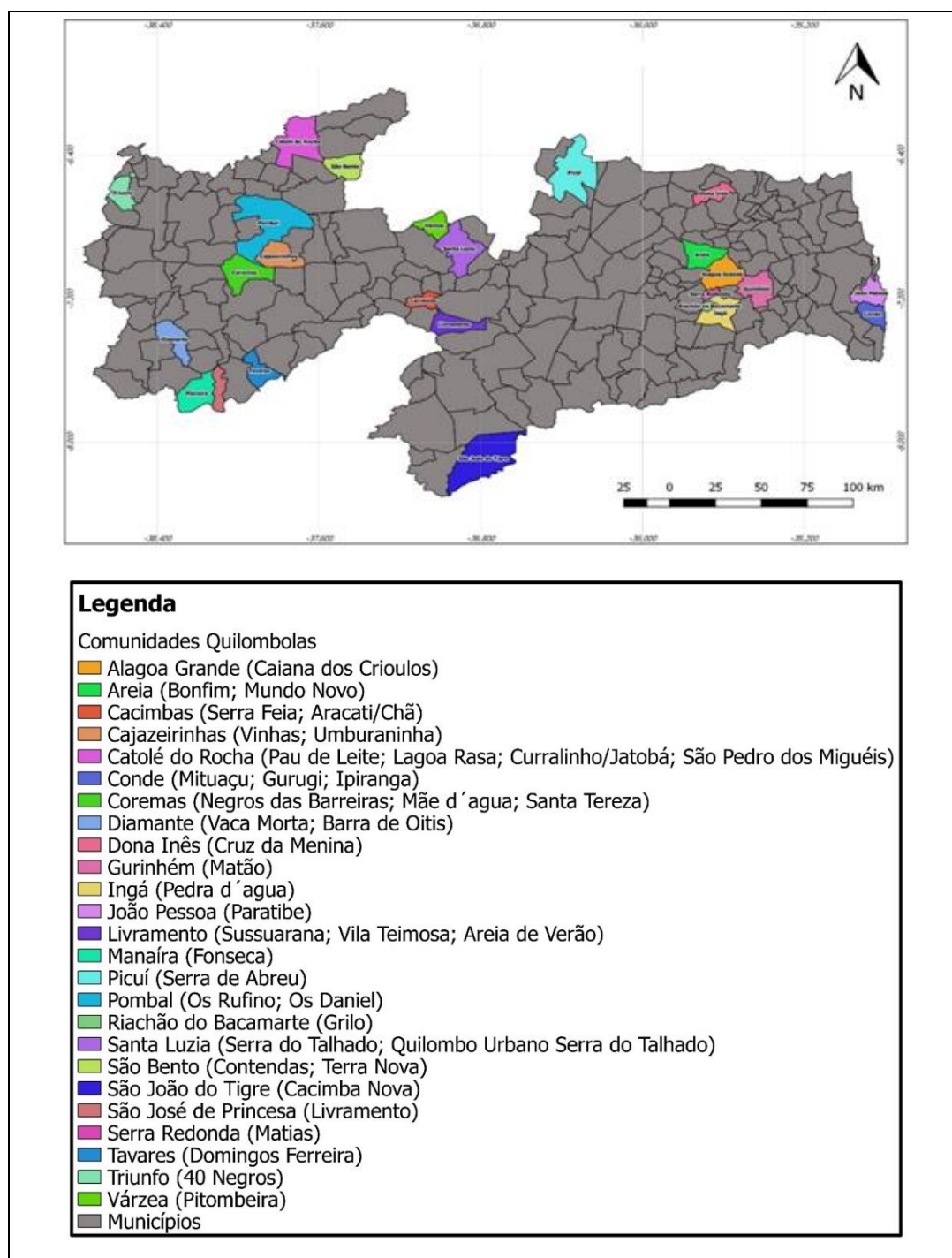
Observa-se um avanço quanto a identificação das comunidades quilombolas no Brasil, que até o momento encontrava-se sem nenhuma política direcionada principalmente quanto sua existência. O Estado reconhece essas comunidades, o faz ainda

⁸ As informações foram atualizadas em 18 de julho de 2019. Dados do site da FCP: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-18-07-2019.pdf>.

mais responsável em assegurar a esses povos políticas de reparação, a primeira é titular seus territórios.

1.2 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA PARAÍBA

Mapa 2: Territorialização das Comunidades Quilombolas na Paraíba



Fonte: Elaborada por Amanda Marques, 2018

O Estado da Paraíba possui de acordo com FCP, 42 - CRQs das quais 38 encontram-se com suas certidões. Desse total, apenas 2 (duas) têm seus territórios titulados, sendo elas: Grilo em Riachão de Bacamarte e Senhor do Bonfim em Areia.

Conforme INCRA, o procedimento demarcatório para regularização de uma CRQ é tramitado com base nas seguintes fases:

Fase 1: Auto definição quilombola - A comunidade quilombola, assim como qualquer outro grupo social, tem direito à auto definição. Para regularizar seu território, o grupo deve apresentar ao INCRA a certidão de auto reconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares.

Fase 2: Elaboração do RTID - A primeira etapa da regularização fundiária quilombola consiste na elaboração de Relatório Técnico de identificação e Delimitação (RTID), visa o levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. O RTID tem como objetivo identificar os limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos.

Fase 3: Publicação do RTID - Os interessados terão o prazo de 90 dias, após a publicação e as notificações para contestarem o RTID junto à Superintendência Regional do INCRA com provas pertinentes. Do julgamento das contestações caberá recurso único ao conselho Diretor do INCRA na sede, no prazo de 30 dias a contar da data de notificação.

Fase 4: Portaria de Reconhecimento - A fase de identificação do território encerra-se com a publicação de portaria do Presidente do INCRA que reconhece os limites do território quilombola no Diário Oficial da União e dos estados.

Fase 5: Decreto de Desapropriação - Nos casos em que há imóveis privados (títulos ou posses) incidentes no território, é necessário a publicação de decreto presidencial de desapropriação por interesse social (presidência da república). Os imóveis desapropriados serão vistoriados e avaliados conforme os preços de mercado, pagando-se sempre previamente e em dinheiro a terra nua, no ocaso dos títulos, válidos e as benfeitorias.

Fase 6: Titulação - O presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro. É proibida a venda e penhora do território.

Conforme pode ser observado as fases para o reconhecimento e titulação do território as comunidades quilombolas abrem um processo administrativo junto ao INCRA e essas ações são asseguradas pelo Decreto 4.887/03.

No que refere ao campo acadêmico a partir da leitura dos programas de pós-graduação podemos analisar que esses povos passaram muito tempo sendo pouco estudados pela academia, ou seja, apenas recentemente que as comunidades quilombolas passa ser objeto estudo.

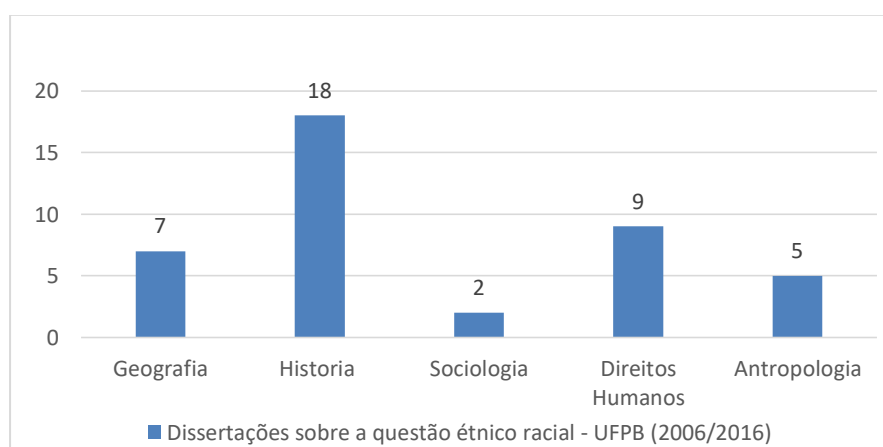
Essa afirmativa pode ser analisada também pelo fato de termos recentemente uma universidade mais plural e integrativa que tem a participação desses sujeitos nesses espaços, como também os diversos movimentos negros.

Apresentaremos um pouco sobre a produção acadêmica que trata sobre a questão étnico racial, demonstrando que a discussão também está sendo feita na universidade. Escolhemos alguns programas de pós-graduação da UFPB em que buscamos pesquisas que estudam a questão étnico racial na Paraíba.

Selecionamos os programas de pós-graduação em Geografia, História, Sociologia, Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas e em Antropologia.

Apresentamos a seguir, os dados das produções acadêmicas relacionadas a pesquisas sobre a temática étnico racial/Comunidades quilombolas da Paraíba encontrada nos programas de Pós-graduação com descrição mais detalhada do programa de Geografia, visto que durante a iniciação científica realizamos leitura e discussão no grupo de estudo das 7 (sete) dissertações que abordam sobre o tema, nos interessando aqueles que trabalham com quilombolas.

Gráfico 2: Quantitativo de produções que discute sobre a questão étnico racial nos programas de pós-graduação da UFPB



Fonte: Sites dos programas de pós-graduação da UFPB. **Elaboração:** Maria Silva, 2017.

No Programa de Pós-Graduação em Geografia, destacamos os trabalhos de Maracajá (2013), Santana (2011), Moreira (2009), Monteiro (2013), Silvestre (2015) e Cavalcante (2013).

Na pesquisa de (Maracajá, 2013) intitulada: *Território e Memória: a construção da territorialidade étnica da comunidade quilombola Grilo, Paraíba*, a autora buscou analisar em sua dissertação o processo de construção do território e da identidade étnica da comunidade quilombola Grilo, localizada no município Riachão do Bacamarte, apoiando-se nos relatos memorialistas e os seus mitos de origem.

Nessa perspectiva, algumas questões nos levam a afirmar que o território da comunidade quilombola representa para o grupo não só a apropriação de um território marcado pelas relações de poder, como estratégia política, mas também a manutenção da memória herdada dos ancestrais e repassada aos descendentes que se materializam nas relações de vizinhança, solidariedades costumeiras, que contribuem na construção da territorialidade. (MARACAJÁ, 2013, p. 9).

Podemos verificar nesse diálogo, os elementos que caracterizam a territorialidade das famílias da comunidade do Grilo, destacando-se a genealogia e a resistência pela conquista do território.

Na pesquisa intitulada – *Territorialidade quilombola: um olhar sobre o papel feminino em Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande – PB*, (Santana, 2011) interpreta as práticas culturais a partir das atividades camponesas, buscando compreender a territorialidade étnica da mulher quilombola, bem como o papel desempenhado por elas na construção da identidade do grupo.

O seu estudo dialoga sobre questões direcionadas ao poder, à influência das famílias nos movimentos de luta pela terra, à participação da mulher quilombola na dinâmica organizacional familiar e no processo de resistência e luta desse território.

As considerações apresentadas pela autora são de que a comunidade passa por dificuldades de infraestrutura, assistência médica, educacional e social, além de enfrentar diversos preconceitos por parte das pessoas da cidade. Na discussão de gênero, a mesma destaca que:

Os diversos papéis desempenhados pelas mulheres dentro da comunidade sejam nos espaços domésticos, sociais e religiosos, mas principalmente em transmitir alguns aspectos da memória

que reafirmam a identidade do grupo, através das práticas culturais vivenciadas no cotidiano de seus membros, mesmo sofrendo dificuldades para prover o sustento da família, com a ausência do seu cônjuge e com as impossibilidades de ter acesso à educação se mantêm íntegras em seus propósitos, na luta por dias melhores para a sua família e com a consciência que desenvolvem um papel muito importante na preservação da sua cultura e na unidade de seus membros através das atividades desempenhadas no seio da comunidade. (SANTANA, 2011, p. 87).

Observamos a partir da autora que teremos que romper vários paradigmas, tanto no campo social nas relações de gênero, como no que refere a luta pelo território de uso tradicional.

(Moreira, 2009) realiza seu estudo no território destacado anteriormente, a qual sua dissertação intitula-se: *A Luta pela Terra e a construção do Território Remanescente de Quilombo de Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande – PB*. O objetivo principal foi investigar a construção do território remanescente de quilombo, como parte das lutas por terra no Estado da Paraíba.

A autora considera de forma geral que “o território de Caiana dos Crioulos” é organizado por uma “complexidade que envolve as formas de relações de identidade com o lugar e de resistência para a conquista e permanência na terra”. (MOREIRA, 2009, p.17).

A dissertação de (Monteiro, 2013) intitulada - *As Mulheres Quilombolas na Paraíba Terra, Trabalho e Território* buscou compreender a importância das mulheres na reprodução social nas comunidades quilombolas em que vivem e a sua forma de participação e inserção no espaço agrário paraibano. Utilizou como campo de estudo, mulheres de dezessete comunidades quilombolas localizados em três mesorregiões paraibanas: a Zona da Mata Paraibana, o Agreste Paraibano e a Borborema.

Já (Silvestre, 2015) em sua pesquisa, intitulada *O constitucional e o real da Política de Regularização Territorial Quilombola: Uma análise da Comunidade de Caiana dos Crioulos – Alagoa Grande-PB*, teve como objetivo analisar a efetividade das políticas de reconhecimento territorial de comunidades quilombolas no estado da Paraíba, tomando como recorte espacial a comunidade de Caiana dos Crioulos, assim com as consequências socioeconômicas enfrentadas por esse grupo. O autor se estrutura no

método de análise do discurso em que foi possível identificar ações dos parlamentares mediante o Art. 68 – ADCT⁹, Decreto 4.887/03, ADIN¹⁰ 3239 e PEC 215.

Vale ressaltar que as duas primeiras se referem a legislações que asseguram a regulamentação das comunidades reconhecidas como tradicional, enquanto os últimos são barganhas de interesses privados criados por parlamentares que possuem interesses nas terras tradicionalmente ocupadas pelos grupos étnicos. O autor em texto apresenta questões tanto dos parlamentares que a favor do Art. 68, como do decreto 4.887, assim como os que apresentado contraria a elas. É importante considerar que essas foram leis conquistadas pelo movimento negro e são constantemente ameaçadas por parte dos grandes latifundiários que ocupam atualmente cargos parlamentares.

Na dissertação de (Cavalcante, 2013) intitulada - *O ensino de geografia na educação quilombola: experiências na escola municipal de ensino fundamental professora Entrevistada 2 Socorro da Silva Machado - comunidade negra de Paratibe - PB*, a escola está situada na Comunidade Negra Paratibe (CNP), localizado na zona sul da cidade de João Pessoa-PB. Numa perspectiva educacional do componente curricular de geografia, a pesquisa teve como objetivo investigar as contribuições da Geografia escolar para uma educação quilombola.

Os teóricos utilizados como a base para as argumentações deste trabalho foram: Carlos Rodrigues Brandão, Paulo Freire, Renato Santos, Rafael Anjos, entre outros. Destaca ainda a lei 10.639/03, considerando a possibilidade de trabalho interdisciplinar na geografia, a fim de desmistificar preconceito e valores racistas estruturado de forma natural na sociedade.

Tomando como base as referências dos autores, podemos aferir que a discussão acerca das comunidades quilombolas na Paraíba, sob a ótica geográfica tem acompanhado o debate relacionadas: a) a questão de gênero, especificamente a participação das mulheres na luta pela terra; b) a diversidade das formas ocupação do território e as estratégias de resistência estabelecidas por meio da organização do movimento negro; c) o processo de identidade quilombola; d) o acesso às políticas públicas e às legislações.

Destacamos a importância dos estudos sobre comunidades quilombolas a qual permite a esses povos compreender elementos, enquanto sujeitos que resiste as opressões históricas. Além de estabelecer construções materiais e políticas para auto reconhecimento, conseguinte reivindicar o território a partir do conceito de quilombo que

⁹ Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

¹⁰ Ação Direta de Inconstitucionalidade

para os moradores de Cruz da Menina são pessoas simples, humildes, batalhadoras, portadores de costumes, cultura afro-brasileira, ou seja, trabalham para o que pretendem almejar, é nesse território em que construirá toda sua história atual e de seus antepassados e de relação com as famílias presente.

É possível identificar tanto na abordagem de (Fiabani, 2012), quanto em (Gomes, 2015) que os documentos históricos não apresentam elementos de uma identidade construída por esses povos. Essa questão só reforça o quanto a voz dos povos negros, a condição humana, sua formação, a luta pela liberdade, sua organização em grupo, a forma de produzir alimentos foi desconsiderada primeiro durante o império português, depois durante a república pelo Estado.

Com os negros escravizados na Paraíba essa invisibilidade é recorrente na literatura, temos poucos registros sobre sua participação nas plantações de café, algodão e cana-de-açúcar, ou seja, de como sua mão-de-obra teve influência na economia paraibana. Isso por que quem sempre disse quem era esses povos foram sempre o outro, nunca ele próprio.

CAPÍTULO 2: O TERRITÓRIO DE DONA INÊS E A TERRITORIALIDADE DE CRUZ DA MENINA

Neste capítulo destacaremos o processo de formação do município de Dona Inês e do quilombo Cruz da Menina ressaltando sua história e o processo de desapropriação da fazenda Tanques.

2.1. PERCURSO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS

Antes da emancipação municipal, Dona Inês foi distrito do município de Bananeiras. De acordo com Felipe Filha, Marques e Silva (2018) Bananeiras teve seu processo de formação iniciado no século XVIII. Tomando como base (Tavares, 1909) as autoras afirmam que o território foi ocupado em 1719 por Domingos Vieira Machado e Zacarias de Mello por intermédio da doação sesmarial de nº 162 de 28 de fevereiro.

Esses por sua vez residiam em Mamanguape e alegaram insuficiência de terra para expandir as atividades agropecuárias, solicitando novas terras como justificativa de serem terras devolutas, o território que compreendia o atual município de Dona Inês. Os limites

da doação foram a Serra da *copaóba*¹¹ pelo riacho da *canafístula*, duas legoas de comprido e uma de largo. Essa informação foi registrada por (Tavares, 1909) com base em pesquisa realizada nos arquivos públicos do IBGE e Museu do CAVN¹², que nos remete aos recortes atuais dos municípios de Bananeiras, Belém e Dona Inês:

Nº162 em 28 de fevereiro de 1719

Domingos Vieira Machado e Zacarias de Mello moradores de Mamanguape, tendo suas criações de gados não tinham terras suficientes para as crearem, e de presente haviam descoberto umas terras e as tinham situado por estarem devolutas, as quaes pedião por datas, cujas terras são nas testadas dos índios *Sucuru's* na serra da *Copaóba* pelo riacho da *canafistula*, duas legoas de comprido e uma de largo, buscando para o nascente e outras duas de outra testada na mesma aldeia dos *Sucuru's* buscando a *Muricituba* e outras duas de largo, buscando também o nascente e vem a contestarem e fazerem quatro na largura sempre pelas testadas da dita aldeia da parte do nascente, cujas terras suposto fossem dadas em algum tempo, estão devolutas e por taes e estarem já povoadas haveria quatro ou cinco mezes requerião duas legoas de comprido e duas de largo para cada um, para apanharem um olho d'água nesta forma que de outra sorte não tinha na forma confrontada em sua petição pela dita testada da aldeia e indo contestar na forma requerida no governo de Antônio Velho Coêlho. (TAVARES, 1909, p. 110).

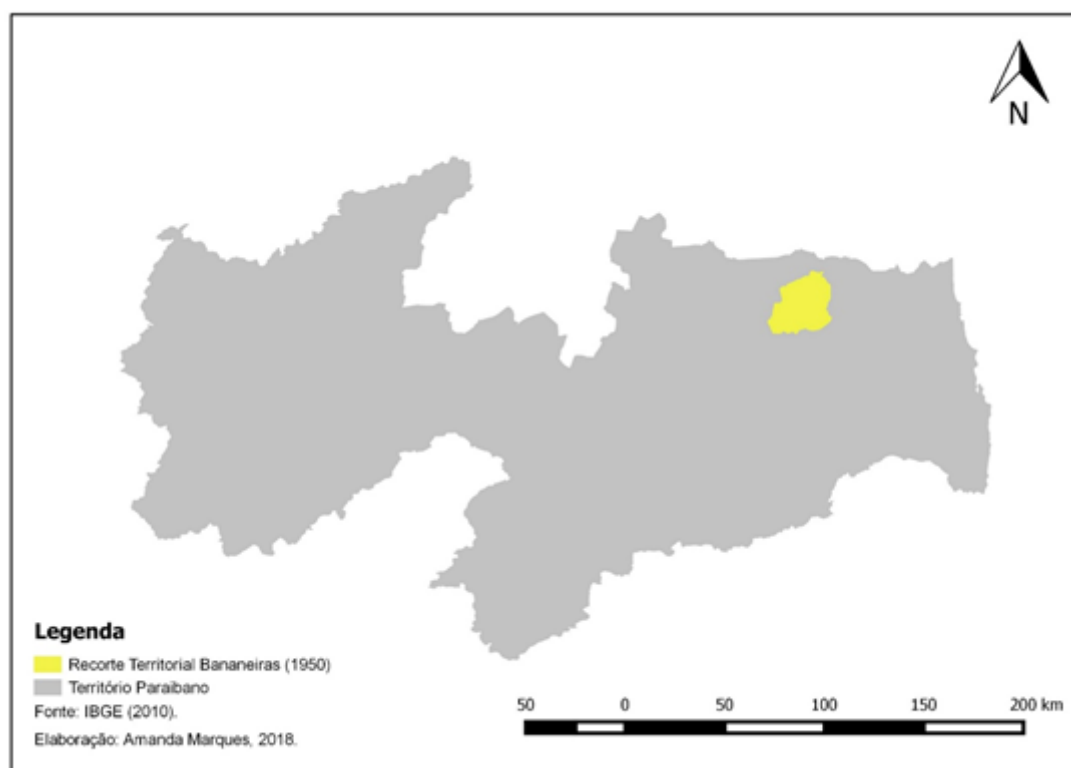
Desde essa ocupação, Bananeiras passou por diferentes mudanças. Em períodos anteriores a 1822, era pertencente a jurisdição da Vila de São Miguel da Baía da Traição. Após esse período o território passou a ser administrado por Areia. Em 1833, passou a ser um município. Quando se trata extensão territorial, Bananeiras tinha um recorte maior

¹¹ A designação Copaóba, origina –se do seu nome Copaiba (em tupi Kupa iwa. era um árvore cujas frutos não se comia). Na descrição de Entrevistado 6 Heckans, o nome Copaópa, vinha da corrupção de cuba que significa dizer uma serrania que ao longe se estende. Por isso o nome dado a cordilheira de serras a partir da mesorregião do Agreste paraibano até atingir o Piemonte da Borborema era denominado de Copaóba, Jesuita Serafim Leite também enfatiza sobre a viagem do Pe. Francisco Pinto á Copaóba com intuito de atrair indígenas a causa portuguesa. (Do livro da descrição Geral da Capitania da Parahyba Entrevistado 6 Heckmans publicado em 1646). A cordilheira formada por um conjunto de serras, montes isolado e encostas situadas na mesorregião do Brejo paraibano fazendo parte do Piemonte da Borborema e cujos contrafortes estavam inseridas em terras onde se deu início à povoação de Bananeiras, incluindo o termo Serra da Raiz, que no início de sua povoação era denominada de vila da serra da Copaópa e outras povoações situadas nas encostas e vales, prova que nesse período já estava sendo desbravada a região por seus colonizadores vindos da capitania e de outras regiões limítrofes aos poucos se fixaram com parentes, criados e escravos. Esta citada como muita rica em recursos hídricos. Muitos desbravadores citavam a Cupaóba como referência para suas atividades de reconhecimento da região, visando explorar as riquezas como o ouro, pau Brasil, a fauna que era abundante e ainda mas procuravam utilizar os serviços dos nativos. O ponto inicial de todas atividades expedicionárias partiam da região da Copaóba. (SILVA, 2007, p.20).

¹² Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

que o atual. Até o início da década de 1950, o município abrangia os territórios que, em seguida, passaram a formar os municípios de Borborema, Dona Inês e Solânea (esse último denominado pela documentação histórica vila Moreno) mapa abaixo compreende o território de Bananeiras sem os desmembramentos.

Mapa 3: Recorte territorial de Bananeiras em 1950

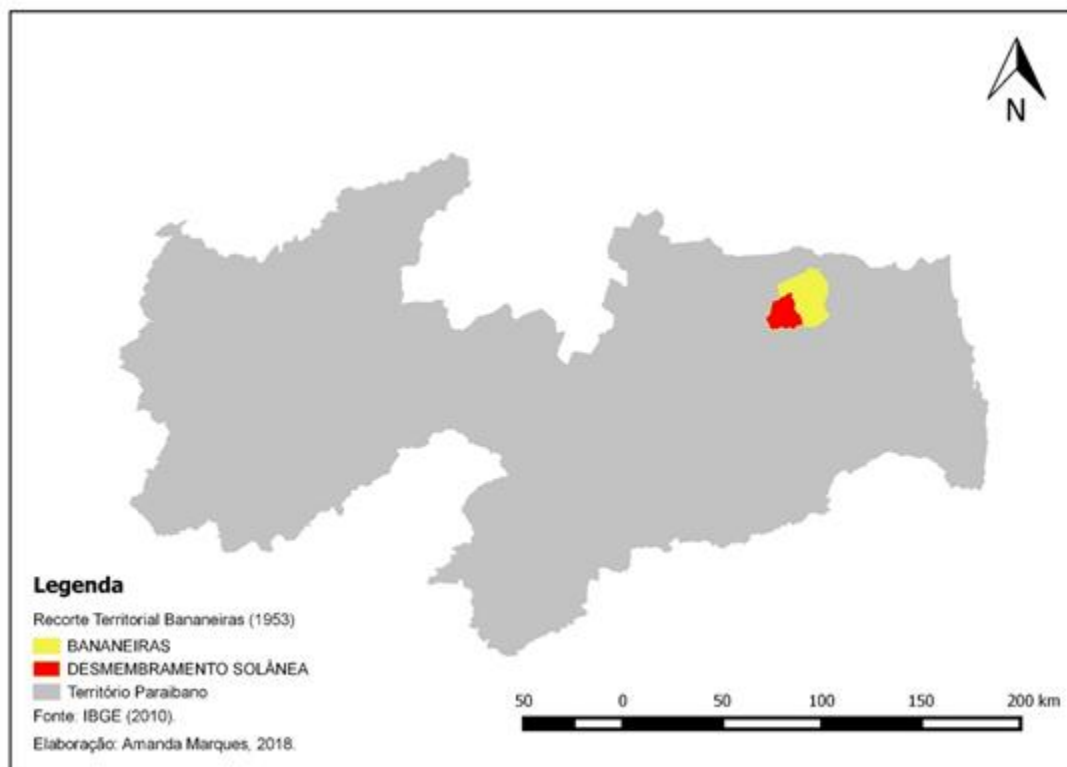


Fonte: (IBGE, 2010). **Elaboração:** Amanda Marques, 2018

De acordo com IBGE¹³ o distrito de Solânea sofreu alteração da toponímia de Moreno para Solânea com decreto estadual nº. 520 de 31 de dezembro de 1943, a mesma foi desmembrada de Bananeiras a partir da lei estadual de nº 967, de 26 de novembro de 1953 elevando-se à categoria de município, permanecendo como divisão territorial os distritos de Bananeiras, Borborema, Dona Inês e Maia.

¹³ <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/solanea.pdf>. Acessada em 10/08/2019

Mapa 4: Município de Bananeiras e recorte territorial desmembrado com a emancipação de Solânea (1953)

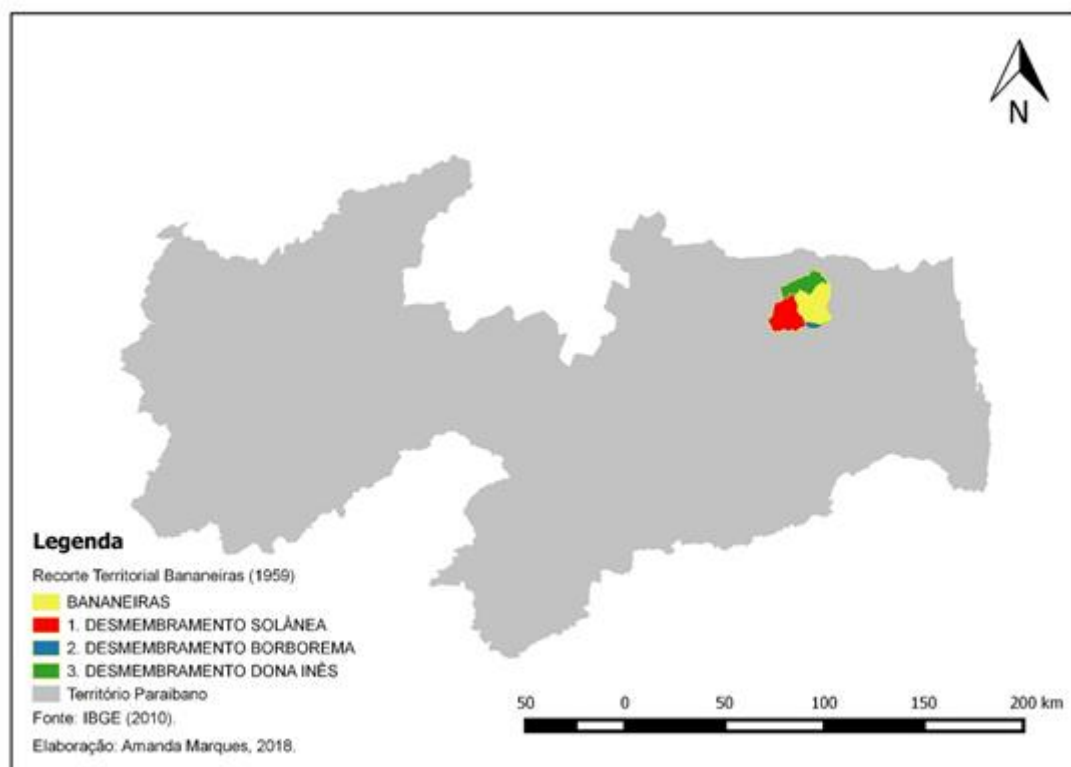


Fonte: (IBGE, 2010). **Elaboração:** Amanda Marques, 2018

Conforme o IBGE¹⁴, Borborema é o segundo distrito a se emancipar de Bananeiras se elevado à categoria de município, com base na lei estadual de nº. 2133, de 18 de maio de 1959. Nesse mesmo ano, logo em seguida, o distrito de Dona Inês também é desmembrado do município de Bananeiras, por força de Lei Estadual de nº. 241, de 19 de junho de 1959, passando também à categoria de município.

¹⁴ <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/bananeiras.pdf>. Acessado em 10/08/2019.

Mapa 5: Municípios de Bananeiras e Solânea e recortes territoriais desmembrados com a emancipação de Borborema e de Dona Inês (1959)



Fonte: IBGE (2010). **Elaboração:** Amanda Marques, 2018.

No ano de 1960 em divisão territorial o município tem em sua constituição 2 (dois) distritos Bananeiras e Maia. Em 1983 permanece essa divisão, mas é criado a partir da lei estadual nº. 4520 o distrito de Tabuleiro.

Em trabalho anterior (2018), analisamos a questão a questão fundiária da região consideram que a presença da população negra escravizada na localidade se dá desde processo de formação dos primeiros núcleos de povoamento, como afirmado abaixo:

A presença de escravos é identificada desde o processo de ocupação do território de Dona Inês. Com base nas informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a ocupação territorial do atual município foi iniciada no fim do século XIX, quando houve a formação de sítios e propriedades de famílias que decidiram fazer do lugar de passagem, morada. Segundo documentação pesquisada, os primeiros moradores da localidade foram José Paulino da Costa, Pedro Teodoro da Silva e Pedro José Teixeira. Por ser um local de passagem, por volta de 1850, alguns vaqueiros encontraram uma senhora de engenho chamada Inês e um escravo acompanhante. FELIPE FILHA, MARQUES E SILVA (2018, p.9).

Podemos verificar nos dados históricos do IBGE¹⁵ que a ocupação de Dona Inês acontece por volta do século XIX, quando alguns vaqueiros encontraram uma senhora de engenho chamada Inês e um escravo acompanhante.

Nos registros paroquiais de batismo da igreja de Bananeiras, confirmamos a presença de famílias negras escravizadas em seu território, notadamente nas localidades do Engenho Tanques e Serra de Dona Inês. Observa-se no quadro a seguir dados referentes nomes dos escravos, proprietários e localidade de nascimento em diferentes regiões do município, destacamos que a lista completa se encontra no anexo 2.

Quadro 1: Registro de batismo da paróquia de Bananeiras (1871 – 1888)¹⁶

Localidade	Nome	Filiação	Proprietário	Nascimento
Engenho Tanques	Cosma Damiana	Luiza	Cap. Nicolau J. de Carvalho	03.12.1871
	Joana (parda)	Balbina	Cap. Nicolau J. de Carvalho Brito	20.06.1874
	Manoel (pardo)	Josefa	Cap. José Carvalho de Brito	17.03.1876
	Francisco (pardo)	Balbina	Cap. Nicolau J. Carvalho de Brito	08.09.1877
	Euzébio (pardo)	Thereza	Cap. Nicolau José de Cavalcante	16.12.1878
Serra de Dona Inês	Joaquim (pardo)	Emerentina	João Paulo Bezerra	08.10.1874
	Francisca (parda)	Elisandra	José Gomes dos Santos	27.05.1876

Fonte: Arquivo museu CAVN. **Elaboração:** Maria Felipe, Marques e Silva, 2018.

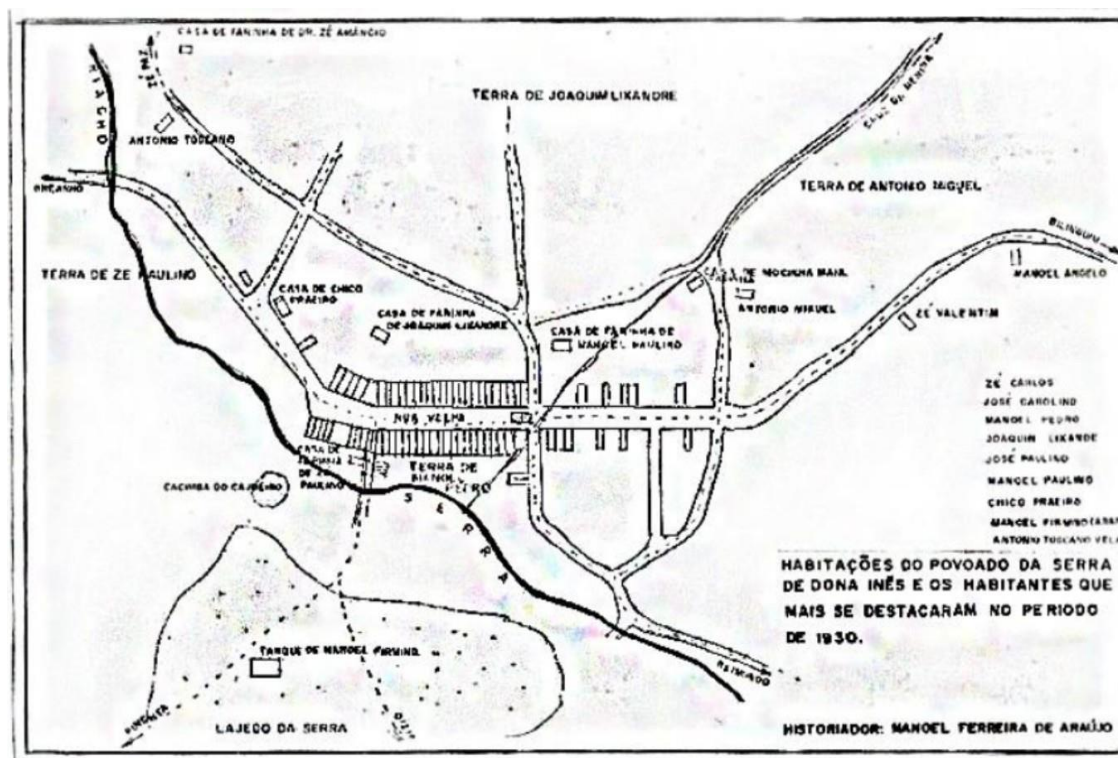
Tanto as informações históricas do IBGE, como o quadro de registro de batismo confirmam a presença de população escravizada na localidade Tanques, em Serra de Dona Inês. Destacamos que, no início do século XX, na década de 1930, outros nomes aparecem nos documentos históricos: “na faixa norte, parte reivindicada pelas famílias tradicionais quilombolas, os nomes dos proprietários que aparecem e ou estão próximos do território são: Joaquim Alexandre, Manoel Paulino, “Zé” Amâncio, Antônio Toscano e Zé Paulino”. (FELIPE FILHA, MARQUES e SILVA, 2018, p.26)

No que se refere às famílias podemos visualizar a informação, no mapa reproduzido a seguir, de faixas de terras ocupadas pelos mesmos no século passado:

¹⁵ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/dona-ines/historico>. Acessada em 10/08/2019.

¹⁶ Sombreamento cinza para dar destaque aos registros no Engenho Tanques e em verde, para destacar os batismos na Serra de Dona Inês.

Figura 1: Habitações do povoado da Serra de Dona Inês e os habitantes que mais se destacaram no período de 1930



Fonte: (GALDINO, 2016, p.30). **Elaboração:** Manoel Pereira de Araújo.

Para melhor compreensão e com objetivo de verificar a relação vivenciada no passado pelos escravos e a de hoje em Cruz da Menina percebemos um dos aspectos se dá em decorrência da relação de parentesco. A partir do significado discutido pelos grupos¹⁷ ao conceituar quilombo eles dizem:

Acho que aqui é tanto um quilombo que o pessoal aqui não é casado com ninguém de fora tudo da família. (Relato concedido por Entrevistada 7 em 14 de outubro de 2016).

A genealogia relacionada com sua identificação quanto quilombola é bastante perceptível em seus depoimentos e surge como uma descoberta de si que nem sempre os mesmos relacionam para contestar a definição de quilombo posta pelo Estado.

Os sobrenomes das famílias que estão desde início da formação da comunidade Cruz da Menina foram as seguintes: Miguel, Sinézio, Honório, Teófilo, Silva, Agostinho, Trajano, Flor e Diodato.

¹⁷ V Reunião do comitê de Povos e Populações Tradicionais.

Com relação às famílias que se encontram na comunidade, eles afirmam que os Flor e Diodato, chegaram depois na comunidade, mas não souberam informar sua origem. Já a família Miguel está desde início da formação da comunidade. Os laços foram construídos por meio da união de uma família e outra, casando entre si, por exemplo, a união entre as famílias Miguel e a família Sinézio, a família Honório com a família Teófilo e as famílias Silva com a família Flor e assim segue a união de uma família com outra e constituição da comunidade.

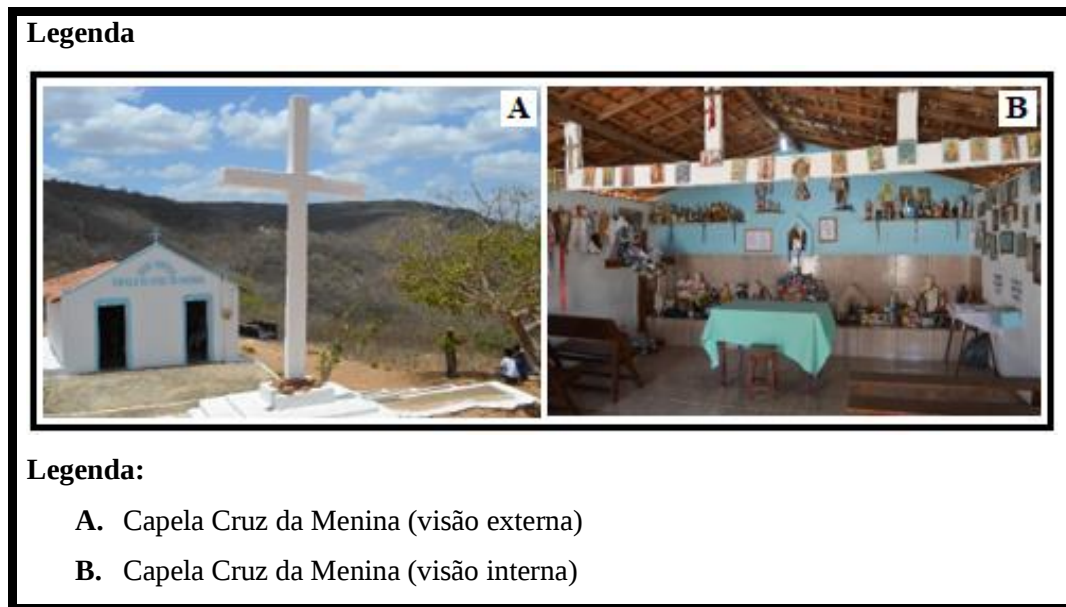
De forma mais específica abordaremos a respeito do que é hoje Cruz da Menina, como surge esse nome e a relação dos antepassados com as famílias residente hoje na comunidade.

2.2 ORIGENS DE CRUZ DA MENINA

Conforme relatos dos moradores da própria comunidade, Cruz da Menina teve essa denominação, quando uma criança chamada Dulce, chega à localidade com seus pais, encontram um senhor de engenho e pedem ajuda para saciar sua fome e sede, visto que sua família estava em processo de migração, em consequência do período de escassez da época.

A alimentação foi negada e decorrendo dessa feita, a criança veio a falecer de fome e sede. Surgiu um olho d'água no local em que a menina foi encontrada morta, desse modo os moradores atribuem esse fato a um milagre promovido pela Menina. No local ergueu-se uma cruz, sendo que o local passou a ser visitado por romeiros em busca de milagres. Atualmente essa prática permanece sendo que foi construído uma capela, conforme imagem a seguir. (MARQUES, 2016)

Figura 2: Capela Cruz da Menina



Fonte: Acervo da Pesquisa, **Autora:** Amanda Marques, 2017.

Nesse processo de compreensão do que hoje a Comunidade Quilombola de Cruz da Menina e seu processo de luta pelo território identificamos que todas as trajetórias históricas dessas famílias passam por um processo de negação de seus direitos, enquanto povos tradicionais.

Segundo os entrevistados, uma porção territorial que antes era identificada como comunidade quilombola era o Seixos, localidade referenciada como sendo núcleo central de formação dos “troncos velhos” ou famílias tradicionais de Cruz da Menina (MARQUES, 2016). Ainda segundo a mesma ao estudar o território usando como metodologia a cartografia social para obter informações, afirma que:

O primeiro núcleo familiar, localizado no Seixos, situada na porção sudeste da comunidade, divisa com o município de Riachão. Nesta localidade o núcleo se formou com a presença das famílias conhecidas como os Miguel e os Henriques. (MARQUES, 2016, p.8).

A autora reproduz as narrativas das lideranças da comunidade que fazem menção ao Seixos como localidade de nascimento do quilombo de Cruz da Menina:

Seixos faz parte da comunidade só que já faz parte de outro município, mas como se diz, os Seixos é o ponto onde começou o quilombo, aí daí foi subindo, subindo até chegar aqui agora.

(Relatos sobre o mapa social produzido pelos quilombolas de Cruz da Menina, em agosto de 2016 In: (MARQUES, 2016, p.8).

Durante a conversa com a entrevistada 3, moradora da comunidade Seixos, identificamos que a mesma foi casada com José Miguel dos Santos, falecido, sendo sua família identificada pela autora citada como sendo uma das primeiras a ocupar esse território.

Ao perguntarmos a entrevistada 3 quanto ao tempo de ocupação na comunidade, a mesma destaca que ela e seu esposo “nasceu e se criou aqui”¹⁸ e por meio suas lembranças que ela informa “a casa de Miguel era onde tem esses pés de algaroba era da família Miguel acabou-se tudo” a árvore fica próximo sua atual residência na comunidade dos seixos.

Figura 3: Entrevistada 3 em sua residência na comunidade dos Seixos



Fonte: Acervo da Pesquisa, **Autora:** Amanda Marques, 2017.

Tal afirmação sobre a família Miguel e o território origem conhecido como seixos se dá também ao encontrarmos seus descendentes como a entrevistada 2 que destaca o seguinte:

¹⁸ As palavras em aspas fazem referência a uma informação verbal concedida pela entrevistada 3 em 27 de setembro de 2017.

O meu pai foi nascido e criado aqui, minha mãe é do Riachão venho do Riachão e meu pai nasceu e se criou aqui o dono dessa terra era meu avô. Meu avô se chamava Antônio Miguel e pai era Manoel Miguel, né, mas graças a Deus era outro tempo era no tempo vei, era no tempo vei dizem que eu nunca alcancei mais não dizem que ele era dono dessas terras quem era o dono era meu avô, mas avia confusão, né foi desaparecendo as terras ninguém sabe como era, aí ficou tudo assim um pra um canto outro pra outro e eu aqui nesse meio e aqueles que era.

“Era sim senhora. Até nos se criemos, mas também nos sofremos um bucado, sofremos um bucado, sofremos”.

E o que foi que aconteceu que eles perderam as terras? “Quem sabe, quem sabe é ele que era vei nesse tempo eu no era gente. Tinha um homem chamado Mané Pedro aí na rua eu nunca conheci nem quero conhecer tinha esse homem que era Mané Pedro, quando esse Mané Pedro juntou com ele acabou a terra em nada ficou só esse vão aqui dali até açular essa terra era toda mulher até lá, mas Mané Justo que um primo meu morava lá um lugar longe que podia, né as minhas tias também muito velha no sabia mais fazer nada aí chegou falou com ela mode comprar as partes das terras aí vendeu, umas vendeu outras no vendeu aí ficou dali pra lá e pra aqui esse vão aqui é nosso aqui até naquela de vagem e até o rio do outro lado Mané tinha terra assim o povo mais velho conta que era um homem que podia tanto podia o pai dele como podia ele meu avô que era um homem que podia, mas ninguém sabe como se acabou isso, ninguém era gente ainda. Só sabe que ficou com essa tirinha de riba a baixo.

E o pai da senhora quando era vivo aí ele já tava nessa tirinha? Não tava não senhora tava na terra toda foi tempo que meu pai acabou-se ficou só nos, mas nos ficou moça e rapaz ainda butaram em questão tudo, mas não deu jeito, o jeito foi ficar com essa tira, aí minha fia ficou assim, ficou nos nessa tira daquele roçado ali, daquele roçado ali pra ali aí estamos agazaiando sobrinho, neto tudo aqui mesmo até aqui tá ótimo, mas tudozinho era do véi diz eles que eu nunca vi eu no era nem gente que pegava dali do tanque fundo pra bica tudo era do avô de pai, do avô era tudo dele, mas com encrenca minha fia com os olhos grande tomaram tudo, ninguém no era gente nesse tempo agora daqui pra lá eu sei que foi Mané Justo comprou as veinha as véi caduca, as veia caduca comprou as terras 12 real foi 50 ou foi 12 sei lá 12 real e assim tomou conta de tudo”. (Relato concedido pela entrevistada 2 em 27 de setembro de 2017, Grifos nossos).

De acordo com relato da moradora as terras de suas famílias foram aos poucos sendo vendidas, não sabe detalhes como isso aconteceu, mas informa que suas tias herdeiras das terras na condição em que se encontravam, já com idade avançada, venderam partes das terras com preço inferior ao merecido. Ressalta ainda que a extensão de terra que era de seu avô, herdada por seu pai, tem parte no que hoje encontra-se o assentamento Tanques.

Essa propriedade passou por processo de desapropriação para fins da reforma Agrária. Antes de descrever sobre a fazenda Tanques iremos realizar uma breve abordagem referente a da Fazenda Sítio também localizada no município de Dona Inês, próxima as imediações do assentamento Tanques (antigo Seixos) e Cruz da Menina.

De acordo com (Moreira, 1997) essa propriedade conforme o INCRA pertencia ao sr. Joaquim Cabral de Melo, mesmo proprietário da Fazenda Tanques. Isso revela que o mesmo obtinha uma larga extensão de terras na região, a questão é como esse proprietário conseguiu extensões de terra tão elevadas? Destacamos a partir dos moradores mais velhos aspectos que revelam essa apropriação tais como apresentada pela entrevistada 2 e entrevistada 3.

Um aspecto importante que é possível analisar é que de acordo com a autora essa área em 1978 classificada pelo INCRA como latifúndio por exploração, sendo assim foi selecionada para reforma agrária que na época encontrava dentro do projeto especial do subprograma de redistribuição de terras (PROTERRA/FUNTERRA). No entanto, o mesmo não aceitou participar do subprojeto ocasionando vários conflitos, visto que nessas terras trabalhavam 81 famílias na condição de arrendamento e 6 como posseiros, chegando a um total de 515 pessoas. Observa-se que já havia na região um grupo de famílias em condição vulnerável.

Para (Moreira, 1997, p. 658) no que se trata das condições de moradia e espaço ocupado pela produção diz que:

Das 87 famílias, 85 residiam no imóvel em casas de taipa, com cobertura de telha. O tempo de permanência dos agricultores na propriedade variava. Existiam aqueles que, em 1980, estavam com idade de 80 anos e que nasceram e se criaram na fazenda. Ali se encontravam também os descendentes mais jovens. As áreas arrendadas, ou em parceria, de acordo com os documentos, correspondiam a parcelas de 1 hectare/por pessoa. As terras do imóvel eram exploradas basicamente pelos trabalhadores. Eles cultivavam mandioca, macaxeira, milho, feijão, algodão, fava, sisal e fruteiras, com destaque para o caju. Pela utilização da casa de farinha, pagavam a conga ao proprietário (20% da farinha por eles produzidos). Da conga, 3% eram destinados ao pagamento dos “tomadores de conta” (responsáveis pelo controle da produção). A área cultivada pelo proprietário restringia-se a 31,0 hectares de pasto pangola. Ele também mantinha, até março de 1980, 226 bovinos e 14 equinos no interior do imóvel.

O que podemos observar a partir da autora é que a exploração, ou seja, a função social da terra era realizada por essas famílias, sendo que o proprietário se utilizava da

força de trabalho das famílias para a obtenção de lucro. O que dizer dos relatos? As famílias viveram o processo de expulsão de suas terras. Os proprietários, ao tempo em que se utilizam da mão-de-obra dos trabalhadores para obtenção de riquezas, também os expulsam da terra. As recordações de uso desse território e todas essas questões encontram-se presentes nas lembranças das famílias.

Após o processo de expulsão das terras, essas famílias passam a servir de mão-de-obra barata para os fazendeiros. Tal afirmativa pode ser identificada na entrevista com entrevistado 4 em que ao ser questionado se havia trabalhado nas áreas hoje cercadas, fala o seguinte:

Ele me chamou para eu trabalhar com ele de meia, aí eu fui, aí comecei tirar dinheiro, comecei tirar dinheiro, comecei tirar dinheiro quando eu terminei o primeiro serviço aí fui fazer a conta ele fez a conta, né? do arrendamento do mato sabe? Aí eu fui trabalhar quando nos terminemos ele disse olha entrevistado 4 quando for amanhã eu chego lá pra nos fazer a nossas contas. Eu disse: Tá certo. Aí, fui quando eu cheguei lá entrei lá no quarto pegou a cadeira desse tamanho assim saiu com ela pra fora passou um visto, né, passou um visto na cardeneta no meio assim e ficou olhando assentado perto dele assim ficou olhando e bateu no ombro e disse: Olhe, você ta vendo isso aqui? Eu disse: Tô vendo sim senhor. Você não vai comer só não isso aqui vai ser uma parte sua e outra minha, isso aqui não fica só pra você não, partir ao meio. (Relato concedido pelo entrevistado 4 em 24 de abril de 2017).

É possível identificar em sua fala a prática utilizada pelo proprietário. O proprietário da terra estabelece um regime de trabalho na condição de “meia¹⁹”. Após acordo não formalizado, o agricultor poderia trabalhar na terra do proprietário, sendo o responsável pelo preparo do solo, plantio, limpeza do terreno e colheita. A produção era dividida entre o dono da terra e o trabalhador.

Por vezes, a meia poderia ser paga ao proprietário em dinheiro, entretanto, as relações na região eram mais frequentes com a divisão da produção. O trabalho familiar se caracterizava como principal forma de organização da atividade agrícola. Durante essa entrevista, o mesmo nos questiona se essa prática desenvolvida por ele com o proprietário

¹⁹ A meia é assim você trabalha o que você tiver divide com o dono da terra era assim quando a gente começou a trabalhar aí quando a gente começou a ter o terreno da gente mesmo e começou a trabalhar por si próprio pagava só a renda aí tudo que desse era seu, aí quando dava o final do ano vendia uma besteirinha que tivesse por ali apurava e pagava o dono da terra. (Entrevista concedida pela **entrevistada 5**)

teria sido “bom ou foi ruim”. Para ele: “foi bom por que enchi minha casa de comer, meus filhos tudo encheu a casa de comer tá entendendo nós tinha saúde nesse tempo”.²⁰

Relações semelhantes foram estudadas por (Woortmann, 1990, p.42) ao articular as dimensões terra, trabalho e família elas foram exemplificadas pelo autor ao estudar os casos do *Sitiante*²¹ em Sergipe, *agricultor* na Paraíba, *colono* no Sul do país diz que:

Na Paraíba, a *terra de agricultura* se opõe à *terra de engenho*, espaço onde não se pode realizar o trabalho. A propriedade pecuarista e a propriedade canavieira são, então, a negação do *trabalho*. É como se fossem, do ponto de vista de uma moralidade camponesa, terras sem sentido. Ao invés de ser a base da liberdade, conduzem ao *cativeiro*. Em nenhuma das duas se pode realizar o *pai de família*.

Nesse trecho o autor só vem afirmar a prática de cativeiro tolerado pelo entrevistado 4. Por estar na condição de meeiro, realizava plantio nas terras concedidas pelo patrão, com finalidade de alimentar sua família. Ainda segundo o mesmo autor, essas terras seguem uma ordem moral, pois a categoria de meeiro é o *cativeiro*, ou seja, a negação da autonomia no processo de trabalho, que não pode ser feito pela família.

Figura 4: Entrevistado 4 e seus familiares em sua residência



Legenda

A. Entrevistado 4

B. A esquerda sua esposa e a direita entrevistado 4

Fonte: Acervo da pesquisa, **Autora:** Maria Silva, 2017.

²⁰ As palavras em aspas “” fazem referência a uma informação verbal concedida pelo entrevistado 4 em dia 24 de abril de 2017.

²¹ (Woortmann, 1990, p.27) O termo *agricultor* na Paraíba equivale a *sitiante* em Sergipe e outras partes do Nordeste. Refere-se, basicamente, ao *pai de família* que trabalha em terras próprias.

Durante as entrevistas é possível fazer a seguinte leitura: Essas famílias no passado foram escravizadas, tiveram a “liberdade” cerceada, mas permanecem no território por gerações em uma situação de subserviência.

No que se trata sobre o uso do território para produção agrícola, a terra foi monopolizada. Segundo relata a entrevistada 5 e é afirmado pelo entrevistado 4 no momento em que diz:

Antigamente o povo mais vei (velho) os bisavós, tataravó eles fazia o roçado eu que tinha um poderzinho maior chegava aqui e te enganava eu não tinha como você enfrentar, aí eu dizia assim vou passar essa cerquinha aqui no teu terreno tu trabalha aqui e eu vou fazer esse pedacinho aqui aí paro o ano tá liberado pra você caia nessa besteira tinha medo pensava que não tinha valor deixava passar a cerca aqui, quando era no outro ano nem eu própria podia ficar aqui sai fora e ele já era dono. (Entrevista concedida pela entrevistada 5 e entrevistado 4 em 27 de setembro de 2017).

Conforme abordagem de (Moreira, 1997, p. 658) dá-se início a vários conflitos nessas terras e várias organizações da sociedade civil passam a atuar no campo de forma a organizar os agricultores na perspectiva de busca por direitos levando-os a compreender a subalternidade a qual se encontravam.

Após a realização do laudo técnico, o INCRA deu andamento ao processo de desapropriação de 40% das terras do imóvel. O decreto desapropriatório da Fazenda Sítio, de nº. 84.962, foi assinado pelo então presidente da república João Figueiredo, em 23 de julho de 1980. A partir de então, pelo que consta nos documentos consultados, o proprietário passou a hostilizar os agricultores, em especial aqueles que participavam de reuniões no INCRA, acompanhado o processo de desapropriação.

Destacamos que os avanços na luta pelo direito a terra ocorreram por intermédio da Diocese de Guarabira, Pastoral rural, Fetag, CPT nacional, CUT e várias outras entidades. Essas mobilizações com os agricultores eram vistas pelo proprietário como ameaças, ou seja, perda da estrutura de poder e exploração da mão de obra das famílias, levando-a promover atos de violência contra as mesmas.

Outro ponto que discutimos é que ao tempo em que saíamos da comunidade do Seixos (localidade identificada como terra tradicional quilombola), para a casa de uma de nossas interlocutoras, elas foram nos mostrando os espaços ocupados por eles no passado para produção de algodão:

[...] É o mocó²², é do caroço preto, é bem cabeludo o caroço do algodão mocó que é do cabelo liso que ele não tem cabelo... Plantava dos dois, mais do mocó pra fazer roupas essas coisas era mais desse mocó... Era, vendia todinho tinha fábrica dos dois sabe, que o povo levava pra fora, pra bater, pra fazer roupa era desse algodão, desse do caroço do azul... [Referência a antiga casa do patrão] Era aqui mesmo nós comia aqui atrás...era de taipa depois tornou-se de tijolo. Tijolo manual, né que vocês fala...Tá vendo esse terreno aqui aquele velhinho que mora perto da gente nos Tapuia. O entrevistado 4 vinha que mora lá perto de casa, ele trabalhava por aqui, os povos chamavam Bambu [nome da localidade de trabalho]. Aqui eles trabalhavam aqui porque aqui já faz parte do bambu né, mãe? Ali eles trabalhava isso aqui tinha um açude bem grande. Bambu é porque tenho um açude bem grande lá onde ele olha a colar lá em cima bambu é que tem um açude bem grande a gente ia pra lá. E aqui a gente chamava curral velho, antigamente se chamava curral velho [nome de outra localidade de trabalho]. (Entrevista concedida pela entrevistada 5 e entrevistada 1, em 27 de setembro de 2017, Grifos nossos).

Podemos identificar nesse diálogo aspectos de ordem produtiva vivenciada pelas famílias de Cruz da Menina no passado, especificamente quanto às variedades de algodão cultivadas, a dimensão de território ocupado por essa cultura, seu destino comercial, assim como a casa que servia de abrigo nos intervalos de realização do plantio, colheita e para efetivar suas refeições.

Segundo nossos interlocutores, as dinâmicas hoje são diferentes. As terras que no passado eram ocupadas por plantio de algodão, como também os cultivos de outras culturas utilizadas para base alimentar, a exemplo das duas localidades mencionadas na narrativa anterior, Bambu e Curral Velho, hoje não pertencem mais as famílias que se identificam como quilombolas.

Ela apresenta detalhes significativos da ocupação do território do Seixos. Antes do processo de desapropriação para fins de reforma agrária, momento em que a burguesia estruturante da região, as famílias que assumi administração da prefeitura e os proprietários de terra se aproveitou das condições de vulnerabilidade dessas famílias, os antigos moradores eram posseiros das terras de Joaquim Cabral.

²² Para MOREIRA (1989) No nordeste, além do algodoeiro herbáceo (*Gossypium L. r. latifolium Hutch*), explorava-se ainda, o algodoeiro mocó (*Gorsypium hirsutum L. r. Marie galante Hutch*) de fibra longa onde, por sinal, tem predomínio a lavoura mocoeira era associada a pecuária. Por ter sido uma das plantas mais antigas em cultivo no Brasil, é para o autor seu cultivo no território teria sido explorado pelos indígenas, com o início da colonização por volta do século XVI passou ser explorada pelos portugueses.

<file:///C:/Users/LEONARDO/Downloads/ALGODOEIROMOCO.pdf>. Acessado em 29/06/18.

[...] É nada é nosso mesmo do INCRA Joaquim Cabral era meio jogo duro sobre o uso da terra pra nós agora ficamos com as terras boa de Joaquim Cabral “risos” não dava a terra boa, trabalhávamos nas pedras agora deu bom besta, pra nós era jogo duro, jogo duro Deus o levou nós ficamos com a terra. (Relato concedido pela entrevistada 8 no dia 27 de setembro de 2017).

Com a fala da entrevistada 8, filha da entrevistada 3, embora seja de outra geração também vivenciou as dificuldades de acesso à terra. Percebemos que relembrar o passado para nossos interlocutores significa ativar uma memória de momentos de sofrimentos, mas também momentos de satisfação, farturas com o cultivo de alimentos para família, parentes e vizinhos. Segundo a entrevistada 3:

Era, nasci e me criei limpando o mato, arrancando mato, carregando lenha, carregando água lá da bica, do rio desse meio de mundo minha fia, as vez tinha que buscar de noite era um tempo aperriado visse, mas graças a Deus, meu Deus nunca cheguei tempo pra eu faltar o que comer fazia dois, três tambor de feijão, dois 3 tambor de milho, 4 de algodão comprava de tudo pra dentro de casa farinha comprava até 70 cuia de farinha eu tinha um quarto enchia de farinha (Relato concedido pela entrevistada 3 dia 27 de setembro de 2017).

Segundo relato da entrevistada 3 para manutenção da casa com os mantimentos básicos para alimenta-se, era necessário realizar plantio e transporte de água para gasto doméstico. Com a venda de parte da colheita, o recurso era destinado para compra de outros mantimentos em que armazenava para época da estiagem. Essa também era uma prática vivenciada pela entrevistada 2:

Olha minha filha, a família aqui que eu conto é que graças a Deus, deus primeiramente e Jesus, mas houve muita precisão, muita fome e muita sede, nos criemos com o poder de Deus e de Jesus no mato, comendo fruta de cadeiro, chique - chique assado, é o que eu conto é isso, agora só no tinha essa casa toda, só era umas quatro, cinco casinhas, isso tudo era capoeira, tudo era mato não havia roçado, não havia nada, não havia inverno tudo era mata minha filha só faltava morrer de fome e sede. Eu mesmo ia buscar água na serra duas vezes por dia, na cabeça bem cedo, uma lata de tarde, outra lata de manhã. Aquele tanque veio depois, Socorro conhece, eu ia de tarde, dormia um sono, chegava de 11 horas, almoçava, dormia um sono pela aí eu ia e trazia outra lata e assim eu passei muito aqui toda vida foi um arrocho. (Relato concedido por entrevistada 2 em 27 de setembro de 2017).

Observamos que as necessidades das famílias do Seixos eram basicamente as mesmas. A condição das famílias nesse território estava sujeita a estrutura de poder da região e para não morrer de fome muitos foram desfazendo de suas terras para adquirir alimentos.

2.3. O PROCESSO DA FAZENDA TANQUES

Descreveremos a seguir o processo de luta pela terra da fazenda Tanques, tomando como base o relatório de desapropriação produzido pelo INCRA.

Segundo o entrevistado 4, conhecido pelos membros da comunidade e uma das pessoas mais velhas do grupo familiar em Cruz da Menina: “Aqui é tudo família pode ir de cima a baixo que é tudo família é que nós tudinho casemos e moramos.”²³. O mesmo nos informa que nasceu em 1931 e que seu local de nascimento, assim como todos seus antepassados, se deu nesse território.

Parte do território de uso tradicional quilombola em 1998 foi desapropriado para fins da reforma agrária, onde se encontra atualmente o Assentamento Tanques²⁴ desapropriado em 28 de dezembro com área de 1.654 hectares.

Segundo laudo técnico emitido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a área reformada tem capacidade de ocupação para 43 famílias, atualmente vivem 45 famílias.

Ao analisarmos o processo fornecidos pelo INCRA nº 54320.001650/97-85, entre os meses de abril de 1997 a agosto de 1998, iniciou-se a tramitação do processo para fins desapropriatórios dos Imóveis rurais fazenda Tanques e Queimadas.

Durante estudo do processo, observamos a certidão de domínio/vintenária e ônus requerida pela procuradoria regional do INCRA/PB (ver no anexo 4), na época representada por Viviane Mourão Dutervil. De acordo com a informação do cartório a partir dos livros de registro geral de imóveis consta no livro nº.2-E, fls. 179, mat. 1081, em nome de Joaquim Cabral de Melo – CIC nº. 008.999.094-34, o imóvel denominado “Tanques” e “Queimadas”, no município de Dona Inês/PB com área de 1.500 hectares.

²³ Relato concedido por Entrevistada 8 no dia 27 de Setembro de 2017.

²⁴ http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=18&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1. Acessado em 18 de junho 2018.

Vale salientar que consta ainda na certidão que as terras foram adquiridas por espólio de Ana da Conceição Melo, conforme escritura de partilha amigável lavrada pelo tabelião do cartório do 3º. Ofício da cidade de Recife-PE, em data de 05.07.1971, e registrada no livro 3-Q. fls. 104, sob o nº. 11.129, em 04.07.1971.

Certifica, ainda, que o imóvel supracitado é probatório de filiação de domínio há mais de 20 (vinte) anos, em nome de Joaquim Cabral de Melo, conforme registro acima mencionado. Vale ressaltar que essas informações foram recolhidas da certidão emitida por Verônica de Lucena Moura, 1ª tabeliã do cartório “Henrique Lucena da Costa” em 14 de setembro de 1997.

A partir da descrição presente na certidão apresentamos a seguinte observação: do entrevistado 4 nascido nessa localidade em 1931 destaca que seus pais, avós também sempre residiram nesse território.

Chamamos atenção para a data de registro adquirido por Joaquim Cabral a partir de espólio de Ana Conceição de Melo, ou seja, o primeiro registro escriturado em um cartório se refere a 04. 07.1971, 40 anos após o nascimento do entrevistado 4 que relata: “Ah! Minha família foi toda nascida e criada tudo aqui mesmo”, ou seja, houve por parte dos proprietários tramites questionáveis dessas propriedades serem suas originalmente.

Observamos que nessa área havia um número elevado de famílias que faziam uso do território. De acordo com o processo do INCRA, segue lista das famílias (90) que trabalhavam no assentamento Tanques, assim como o tempo de moradia e o quantitativo de hectares utilizados por família, segue no quadro no Anexo 3.

A partir dessa lista destacamos nomes dos trabalhadores Luiz Miguel dos Santos e José Miguel dos Santos, que conforme pesquisa de (Felipe Filha, Marques e Silva, 2018), são mencionados pelos quilombolas como sendo da família Miguel, uma das principais famílias tradicionais do lugar e que permaneceram na terra por mais de cinquenta anos.

No que se refere a exploração da terra, seja ela por parte do proprietário, os posseiros, meeiros e moradores, não é diferente a condição destacada por (Moreira, 1997) quando relata sobre a fazenda Sítio, em que de forma geral, a exploração era realizada pelas famílias e não pelo proprietário.

De acordo com o item 4.2.8 do processo de desapropriação do INCRA, em que se refere às atividades econômicas – a principal atividade econômica desenvolvida nos municípios era a pecuária de corte, e ainda continua sendo, os imóveis destinados à agropecuária, foram ocupadas com culturas regionais temporárias.

Conforme laudo realizado pela equipe sobre as condições de uso do imóvel, podemos verificar sua distribuição e o uso do território, conforme tabela a seguir:

Quadro 2: Uso da terra

Distribuição das áreas do imóvel	Área (ha)
Cultura permanente (proprietário)	3,00
Cultura permanente (posseiros/moradores)	Nihil
Cultura Temporária (proprietário)	Nihil
Cultura Temporária (posseiros/moradores)	328,75
Reflorestamento com Essências Nativas	Nihil
Floricultura	Nihil
Extração vegetal	Nihil
Pastagens Naturais	500,00
Pastagens plantadas (corte)	500,00
Exploração granjeiro ou avícola	Nihil
Pastoreio Temporário	100,00
Reserva Legal	Nihil
Preservação Permanente	100,00
Inaproveitável	180,0000
Aproveitável, mas não utilizada	182,8583
Área Total	1.394,6083

Fonte: Processo 54320. 001650/97-85/INCRA

O quadro anterior foi descrito tal como se encontra no processo administrativo. No que diz respeito a cultura permanente (posseiros/moradores) a informação não foi quantificada. O que nos leva a colocar como hipótese de que as culturas quantificadas tenham sido apenas do proprietário e não dos antigos moradores, que costumavam ter suas produções ao redor de suas casas ou em espaços arrendados pelo proprietário.

No que se refere à exploração com cultura temporária, os dados demonstram que os posseiros tinham produção superior à do proprietário. Nesse caso, Joaquim Cabral de Melo e seus herdeiros, não realizavam tal atividade, o que caracteriza que as terras não eram cultivadas pelos proprietários, mas pelos antigos moradores. Observamos que o proprietário seguia a lógica de exploração das famílias em ambas as propriedades.

Para (Felipe Filha e Marques e Silva, 2018) ainda com relação ao processo da Fazenda Tanques destacam que:

Durante o processo de desapropriação foram encontradas outras irregularidades sobre o imóvel, observou-se que a data de matrícula dos imóveis de 02/06/1993 verifica-se a não existência de filiação de domínio por mais de vinte (20) anos em nome do Sr Joaquim Cabral de Melo conforme registro no 3-Q fls 104, sob nº 11.129.

O Sr. Joaquim Cabral de Melo empenhou este imóvel rural em várias cédulas rurais hipotecárias em uma sequência de anos. Ele adquiriu um acumulo de dívidas junto ao Branco do Brasil em duas agencias da região, nos municípios de Guarabira e Dona Inês²⁵.

Foi encontrado também em pesquisa cadastral, que a identificação do imóvel não foi recadastrada com base no laudo de vistoria. Desse modo, o proprietário foi notificado através de ofício para obtenção de dados, informações e avaliação.

A Fazenda Tanques e Queimadas, possuíam uma área de 1.291,8685 ha, situando-se no limite com terras de Marcos Teixeira, José Alves, confrontando com terras de Alison Cunha, Edivaldo Justino. A linha segue com terras dos herdeiros de Mauro pessoa, José Targino Maranhão, Edivaldo Alves, José Jorge Barros (Herdeiro de Antônio Barros). Terras de José Pereira, João Moreira Barbosa, Nivaldo Felix de Meneses, Francisco Valeu, Terezinha Divina de Araújo, Mocinha, Cicero Dudu, Hermes Severino, Lica Flor, Nazareno, Alfredo, Manoel Pedro, Josué Lucas, Ricardo Augustinho e Manoel Justo.

Com a desapropriação do imóvel o projeto de Assentamento apresentou capacidade para trinta e nove (39) famílias que receberam aproximadamente 30 ha por unidade familiar. A oficialização da desapropriação foi publicada em 03/08/1998 no diário oficial pelo presidente Fenando Henriques Cardoso.

Com essa informação podemos verificar que o projeto de assentamento não tinha capacidade de inserir todos os moradores listados na fazenda Tanques, como apresentado na tabela 2, em que demonstra um número de 90 nomes de moradores da fazenda no período de tramitação do processo de desapropriação.

Quanto ao empenho do imóvel, a leitura que realizamos é que o mesmo só obtinha recursos de manutenção das terras a partir das explorações da mão – de – obra dessas famílias por meio da produção agrícola.

25 Certificou finalmente que o imóvel acima mencionado encontra-se conforme cédula do credito rural, cédula rural hipotecaria EPI 71/112, CRAN, com vencimento para 13/08/1979 registrada no livro 9, fls 027 sob nº 242 em 16/08/1871, tendo como credor Branco do Brasil S-A. outra cédula rural hipotecaria EPI 82/15081/2, com vencimento 30/09/1986, registrada no livro 3 fls 165 sob o nº 821, 2-E fls 179, R-01 1081 em data 22/10/1982 tendo como credor o Branco Brasil S-A agencia de Guarabira-PB, confere outra cédula rural hipotecaria 89/00005-6, com vencimento 20/11/1989 registrada nos livros 3-E fls 021, sob o nº 1794, e 2-E fls 179, R-07 1081, em data 30/10/1989, tendo como credor o Banco do Brasil S-B, agencia de Dona Inês –PB, cédula rural pignoratícia e hipotecaria 92/00006-1 com vencimento para 06/10/1996, registrado no livros 3-A, fls 026 sob o nº 1817, e 2-E fls 179v, R-10-1081, em 31/02;1992, tendo como credor o Branco do Brasil PB, agencia de Dona Inês, cédula rural pignoratícia e hipotecaria 92/0026-6, com vencimento 30/10 1996, registrada nos livros 3-A fls 027, sob o nº 1821, 2-E fls 179v, R-12 1081, em 01/06/1992, tendo como credor o Branco d Brasil S.A agencia de Dona Inês –PB o referido é verdade, dou fé, eu Veronica de Lucena Moura 1º tabeliã, que digitei e subscrevo, Bananeiras 14/09/1997.

CAPÍTULO 3: TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CRUZ DA MENINA, DONA INÊS – PB

O objetivo deste capítulo é discutir a territorialidade e a construção da memória da comunidade de Cruz da Menina. Dialogaremos sobre ancestralidade, território, suas vivências, as violências sofridas pela comunidade e dificuldades de permanência na terra.

As informações sobre a comunidade aqui expostas foram adquiridas por meio de entrevistas semiestruturadas, conversas informais, reuniões e trabalhos de campo, sendo ações importantes para pesquisas de cunho qualitativo.

Nesse sentido, buscamos dialogar com literaturas pertinentes e os elementos de memórias presentes nas lembranças de entrevistados, assim como aspectos relacionados com a territorialidade vivenciados na comunidade por meio da cultura, costumes, histórias de luta e resistência desse povo.

Buscou-se reconstruir a memória da comunidade Cruz da Menina por meio dos relatos dos mais velhos, sendo eles as pessoas que vivenciaram por mais tempo os acontecimentos da comunidade, processos de transformação e de exclusão social e que se mantêm resistindo no território de herança dos seus ancestrais. Destacamos as falas das entrevistadas 1, entrevistada 7, entrevistada 8, entrevistada 2, entrevistada 3, entrevistada 5 e entrevistado 4 conforme imagens a seguir.

Figura 5: Entrevistadas (os) durante os trabalhos de campo



Legenda:

- A. Entrevistada 5 e Entrevistado 4
- B. A esquerda Entrevistada 7
- C. Da esquerda pra direita: Expedita, Amanda, Entrevistada 3, Maria e Entrevistada 5
- D. Da esquerda pra direita Amanda, Entrevistada 1, Dona Entrevistada 2, Maria e em pé atrás Entrevistada 5

Fonte: Acervo da pesquisa, **Autoras:** Maria Silva e Rute Vieira, 2017.

A princípio, esses povos remanescentes de quilombos passam por violências desde o momento que seus ancestrais foram obrigados a sair de seus espaços, ou territórios de origem, sendo esses, segundo Raffestin (1993), formados a partir do espaço, resultante da ação conduzida pelo ser humano.

Deixaram forçadamente a África, sendo levados a despir-se de seus nomes, origens, costumes, crenças, enfim, suas essências. De acordo com (Gonçalves, 2006), tiveram que se adequar a práticas religiosas católicas passando pelo batismo para “receber uma alma” que seus opressores diziam não possuir, por não ter os mesmos costumes, nem praticar as mesmas crenças que eles.

Como representação de movimento de resistência, tais povos sempre realizaram fugas das senzalas que para (Gomes, 2015), representavam ações de negação da obrigação de produzir para as necessidades dos seus opressores. Na expectativa de proteger-se contra repressão, formavam grupos em locais protegidos, nem sempre fixos. Ainda

segundo o autor, o surgimento do que chamamos de quilombo trazia preocupação dos fazendeiros, pois diminuía sua força de trabalho, ou seja, o quilombo naquela época era sinônimo de transgressão à ordem escravagista. Ainda nos dias atuais os fazendeiros da região nas proximidades da comunidade Cruz da Menina possuem os mesmos receios em virtude do processo de organização da comunidade para reivindicação de áreas territoriais as quais lhe foram tomadas.

3.1 TERRITÓRIO E AS DINÂMICAS DA TERRITORIALIDADE

Para compreender a organização dos territórios quilombolas atuais é necessário reportar ao passado, observando a trajetória de luta e resistência destes povos desde a época escravocrata e pós abolição.

A não integração dos negros na sociedade e sua organização comunitária nos espaços ocorrem no que denominamos atualmente como comunidades remanescentes de quilombo. Tais povos durante toda sua história organizativa sempre sofreram repressão, primeiro na época escravocrata, sendo retirados de seus territórios de origem abandonando suas vivências comunitárias e perseguidos por seus opressores quando organizados em quilombos, e depois da abolição, sendo expulsos de territórios quilombolas pelos latifundiários.

Com base em Raffestin, (1993) ao discutir território e poder, podemos entender as dissimetrias entre quilombolas e elite agrária no Brasil. As vivências históricas dos quilombolas estão diretamente associadas aos seus territórios de origem e, por conseguinte, a ação brutal sobre os mesmos durante o período do tráfico negreiro da África para o Brasil onde viriam servir de escravos. No que se refere ao conceito de território, podemos dizer que ele é relacional, sendo constituído por relações sociais marcadas por relações de poder. Para o autor, o território é o espaço construído.

Após a abolição, parte das populações que foram escravizadas se dirigiu para quilombos, os quais possuíam uma estrutura socioeconômica estabelecida, já existentes. Mas, uma grande parte se inseriu em periferias de centros urbanos em condições subalternas, como também no campo, seja na condição de moradores ou meeiro das grandes fazendas que antes utilizavam sua mão-de-obra.

Segundo (Raffestin, 1993, p.14), a territorialidade vivida, adquire valores particulares, “pois reflete a multidimensionalidade do “vivido territorial” pelos membros de uma coletividade”. O mesmo ressalta que os indivíduos “vivem ao mesmo tempo, um

processo e um produto territorial que por sua vez está mediado por um “sistema de relações existenciais e/ ou produtiva”.

A forma de como as famílias se organizava nesse vivido territorial em Cruz da Menina chamou atenção de pessoas de fora da comunidade as quais procuraram instituições que pudessem organizar elementos para reivindicar esse território.

Em Cruz da Menina, as famílias têm descendência escrava, bem como laços afetivos com a terra, entretanto não se identificavam como um grupo etnicamente diferenciado. Tal propositura foi pensada a partir da entrevistada 1 ao trabalhar como assessora da secretaria de educação Vilma Almeida identificou em sites questões que permitiu analisar a particularidade da comunidade. Após com chegada da AACADE em 2005 na comunidade foi aprofundada as discussões de auto reconhecimento. Um aspecto observado foi um vídeo produzido pelo grupo de dança Oxumaré e apresentou para as famílias dali características que identificam uma comunidade quilombola, conforme institucionalizado pelo governo federal.

Esse grupo oxumaré²⁶ surgiu através da primeira dama [do município] que ela montava um grupo de dança pra apresentação, essas coisas. E quis formar um grupo de dança com pessoal da comunidade. Viu que a gente tinha um gingado aí ela quis montar um grupo de dança. Ela quis montar esse grupo pra gente. Grupo africano. Aí a gente montou esse grupo. O pessoal começou ver o jeito de nós dançar, até a forma da gente nunca ter pegado estudado os passos antes, o jeito de dançar africano, a gente colocava assim e vinha da gente e a gente dançava. Aí o pessoal achava estranho: “você tem um jeito de dançar tão diferente”. Nunca tinha dançando. O jeito de dançar africano vinha da gente, a gente colocava o jeito de dançar, o gingado (Entrevista concedida pela entrevistada 7 em 16 de fevereiro de 2017).

Observa-se na narrativa da interlocutora que existia uma naturalidade no jeito de dançar suas músicas, remetendo a danças de origem africana. Outro aspecto interessante é o nome do grupo Oxumaré que é um orixá cultuado no candomblé afro-brasileiro.

Um dos parceiros políticos da comunidade Cruz da Menina que contribuiu na discussão sobre o que é ser quilombola foi a Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes da Paraíba (AACADE). A entidade teve uma participação importante no processo de reconhecimento dessas famílias, enquanto

²⁶ Oxumaré: é um orixá que movimenta a terra, conforme acesso em: <https://ocandomble.com/os-orixas/oxumare/>, em virtude de não ter aprofundado sobre o assunto não tem maiores detalhes.

quilombolas, pois esta instituição viabiliza junto às comunidades negras urbanas e rurais da Paraíba seu auto reconhecimento. De acordo com a entrevistada 9, em Cruz da Menina o contato se deu da seguinte forma:

A partir de informações, então fomos lá, colocamos o processo. Quando a gente conseguiu colocar o processo do auto reconhecimento quem estava na direção era o rapaz lá e a gente colocou em uma das reuniões da associação. Colocamos esse processo muito claro, ele tem etapas que vai até a questão da terra. Por que muitas vezes acha que é só ser reconhecido, quando chega na questão da terra, ah! Eu não sabia disso não. Se soubesse nem queria ter visto isso, mas quando a gente coloca é essencial a gente dizer que tem um desdobramento. Quando você pede ao governo pra ser reconhecido tem uma linha que vai e que em alguns casos já se coloca dentro do próprio INCRA e depende do desejo ou não da comunidade de reconhecer seu território. Então, é..nós vamos chegar a um nível que temos que pedir ao Estado olha faz, então é melhor trabalhar um pouco antes senão não chega a esse ponto, entendeu? é o desdobramento do processo junto ao ministério público. Ele cobra do INCRA o andamento dos processos por ser auto reconhecido ele tem uma lógica até o final do processo. Você pode demorar muito tempo. Ele tá cobrando da comunidade que ainda não estão se coloca tocar o processo completo. Então o INCRA é chamado a responder e a comunidade também tem que dizer: “nós temos que avançar por isso, por isso e por isso”. Então foi um pouco isso. Então foi um pouco. A gente explicou o auto reconhecimento, as fases, eles começaram a participar dos encontros estaduais, os encontros de outras comunidades, e aí começaram a trabalhar a questão da inserção nas políticas voltada para comunidades quilombola. (Entrevista concedida pela entrevistada 9 em 16 de setembro de 2016).

A participação da AACADE na comunidade Cruz da Menina ocorreu com intuito de informar as famílias o que é uma comunidade quilombola a partir da construção institucional, política e legislativa do Estado. Como acontece todo processo, desde o auto reconhecimento até ter de volta o uso do território por meio da titulação, há morosidade do estado quanto aos trâmites legais pouco apoio às possíveis dificuldades que a comunidade viria encontrar.

Segundo a entrevistada 1, uma das lideranças na comunidade Cruz da Menina:

Olhe, quando a gente começou mesmo a gente teve muita dificuldade com relação a apoio, né. Nós não tínhamos apoio, né. Então uma, das primeiras entidades que nos venho apoiar foi a AACADE que venho dar uma assistência no sentido de a gente desenvolver projetos, algumas coisas na comunidade, né. Bem, mais na frente venho outras entidades, a exemplo da CPT que

atua, né, no território. Até eu fiquei assim, surpresa porque eu não sabia já a tanto tempo a CPT atuava no território, mas a gente não tinha reconhecimento dessa atuação da CPT como entidade, né. E na comunidade e recentemente venho o NEDET que está dando assistência, né, na comunidade com algumas atividades, oficinas, assim como as outras. (Entrevista concedida pela entrevistada 1 em 05 de dezembro de 2017).

Observa-se que a dificuldade da comunidade para lidar com a pauta do direito ao território é um problema estrutural que foi produto do Estado desde da construção do conceito até a falta de assistência pós abolição. É importante destacar que existe uma compreensão por parte das famílias quanto sua particularidade em serem todos negros, por casar entre primos e tantos outros aspectos, mas a nível político e de acesso aos direitos há limitações de compreensão quanto aos trâmites burocráticos constituídos pelo Estado.

A questão que se apresenta é a seguinte: se identificar como negro pertencente desse território por gerações não é o bastante para garantir o direito à terra. Porque a identidade estabelecida pelo Estado é uma atribuição dada a eles. Outra análise a partir da fala da liderança é quanto às outras entidades, suas atuações naquele território e o desconhecimento da atuação das mesmas.

As mulheres que dançavam músicas de origem africana, assim como o nome atribuído ao grupo permitiu constituir elementos de identidade. (Hall, 2015, p.11) ao discutir sobre a identidade cultural e suas concepções permite entender justamente esse processo de identidade construído por essas mulheres quanto sujeitos sociológicos, ou seja, se estabelece uma visão de interação entre o “eu” e a sociedade, nesse caso o “eu” seria a comunidade a qual estão inseridos, a sociedade seria a relação de semelhança com os costumes culturais dos povos afro-brasileiros. Para o autor, a identidade nessa concepção, permite preencher “o espaço entre o mundo interior e o exterior – entre o mundo pessoal e o mundo público”.

Nesse processo de construção de identidade, (Hall, 2015) argumenta que essas estão mudando, tornando-se por sua vez fragmentadas, ou seja, o sujeito não possui mais uma única identidade, mas várias. Algumas possam ser “contraditórias ou não resolvidas”. Nessa fragmentação temos as classes, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidades, entre outras. Na construção e compreensão dessa identidade atribuída pelo estado foi questionado para moradores da comunidade o que é ser quilombola.

Minha filha, o que é ser quilombola é o que nós somos hoje, porque antigamente nós não sabíamos nem o que era isso. Não tinha valor. Para muita gente não tinha valor. Hoje tem gente branco querendo ser negro. Você é dessa cor mais abertinha, mas deve ser né, filho de negro? Por mais que você é quilara [cor clara], mas vem de nego. As vezes teu pai é preto; tua avó é preta, mas tu é quilara, (clara) né. Vai buscar sua origem, de onde é que tu vem, se não é de nego. E assim vai minha filha. Mas tem muita gente que é assim: tem uma pelinha aberta e não quer ser negro não. Tem muita gente aqui conhecido, família. Eu mesmo tenho prima branca dos olhos verdes. Prima legítima dos olhos verdes que não quer ser negra. Vai buscar as avós e os bisavós para ver de onde vem. Mas ninguém lá do seixo não quer ser negro não. Quem é doido de dizer: “tu sois a nega”. Diz logo assim: “eu? minha cor?”. A pessoa diz: “Ah! Disgrama”. (Entrevista concedida pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

Na fala da entrevistada 5, respondendo sobre o que é ser quilombola, a mesma se reconhece como tal, muito embora se ver negada dos direitos como negra e reconhece as limitações do repasse da identidade através das gerações.

Somos reconhecidos como quilombola, porque já vem de longe, trazendo, trazendo, trazendo. Aí quando chegou aqui encontrou essa tribo só de negro, então tinha alguma raiz aqui porque se não tivesse também não existia, por isso agora é comunidade quilombola, mas era comunidade da Cruz da Menina. (Entrevista concedida pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

A mesma se utiliza da terminologia tribo²⁷ para descrever o reconhecimento enquanto organização comunitária com características em comum. Ao dialogar com (Borges et al., 2015, p. 353) em análise os estudos de Archie Mafeje²⁸ quanto a ideologia do tribalismo a partir da África, descreve que:

A ideologia do tribalismo, operando por meio de dualismos, produz distorções analíticas que estabelecem limites alheios e frontalmente contrários aos que Mafeje chama de pensamento endógeno. Para nosso autor, tais separações e oposições foram apresentadas por antropólogos estrangeiros ao continente, como

²⁷ De acordo com o: <https://www.dicio.com.br/tribo/> a palavra se a partir de vários significados e em diferentes áreas do conhecimento na [Antropologia] Grupo das pessoas que descendem do mesmo povo, partilham a mesma língua, têm os mesmos costumes, tradições etc. Na [História] Na Antiguidade, divisão do povo: o povo romano se dividiu em tribos e as doze tribos do povo de Israel, as correspondentes a cada um dos descendentes de Jacó. Já na [Biologia] classificação sistemática e menor que a subfamília.

²⁸ Formado em antropologia e sociologia rural pela Universidade de Cambridge. Foi professor e chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Dar Es Salaam, na Tanzânia, antes de se mudar para Haia como professor visitante de antropologia social do desenvolvimento e presidente do Programa de Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Urbano e Estudos do Trabalho da Universidade de Dar Es Salaam.

mecanismo político colonialista capaz de sustentar um discurso de classificação que ia ao encontro do racismo biológico que embasaria, por exemplo, a defesa do governo sul-africano na manutenção da segregação socioespacial e racial imposta pelo apartheid.

Quando partimos da realidade brasileira observa-se que a utilização do termo tribo parte da mesma ideia de uma construção, muito mais para classificar determinados grupos como inferior, nesse caso dos indígenas, portadores de costumes e práticas diferentes da do colonizador. Essa classificação permanece estruturada na sociedade contemporânea.

Ao dialogar com (Fernandes, 2007), esse não reconhecimento de identidade quanto quilombola foi um ato proposital de quem também estava no poder. Era de interesse da manutenção deste poder que as famílias descendentes de quilombolas não reconhecessem tal identidade. Isto colabora com o argumento de que existia uma democracia racial no Brasil levando os negros a um processo psicossocial e moral de branqueamento negando a condição social e econômica dos mesmos, criando uma ideia de que com a miscigenação haveria uma democracia racial no país e que tal branqueamento iria ajudar no processo democrático de acesso aos direitos, o que o autor considera como mito.

Segundo o autor, a ideia de democracia racial é utilizada como uma técnica de dominação racial, que por sua vez buscava manter formas equilibradas de relações sociais que asseguravam a continuidade da ordem escravista. Essa prática levou os mestiços a agir e se comportar como branco negando sua identidade e construindo assim uma ideia de democracia racial, a qual nunca existiu.

Para (Fernandes, 2007) “a chamada democracia racial não tem nenhuma consistência e, vista do ângulo do comportamento coletivo das “populações de cor”, constitui um mito cruel”. Pode-se fazer uma análise e confirmar tal fato ao destacarmos a realidade das famílias da comunidade Cruz da Menina que necessitam ter acesso a políticas públicas de apoio a populações quilombolas. O que podemos identificar é que a ideia de miscigenação e as diversas classificações como mulatos, morenos, criolos, pardos e tantas outras foram postas como forma de negação cor.

3.2 JÁ SOFREU PRECONCEITO? “JÁ. MUITOS. MUITO PRECONCEITO. TODOS QUE MORAVA AQUI NA COMUNIDADE, MAS FOMOS QUEBRANDO O TABU”

As relações entre os que se dizem “civilizados” e os povos de comunidades tradicionais no caso das comunidades quilombolas e indígenas foram historicamente tensionados. Os povos tradicionais passaram por um processo histórico de repressão e preconceito, a exemplo dos discursos evolucionistas e deterministas de caráter eurocêntricos de pesquisadores ao chegarem no Brasil a partir do século XIX. Conforme (Schwarcz, 1993) quando os homens de ciência adotam um novo argumento para explicar as diferenças sociais.

Adotando uma espécie de “imperialismo interno”, o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos - “classes perigosa” a partir de então – nas palavras de Sílvia Romero transforma-se em “objetos de ciência”. (1993, p.22/23)

A partir desse estudo há de considerar no relato apresentado a origem dos preconceitos. Apresentado primeiro pelos homens de ciência sendo eles os “donos da verdade” e expandindo para a sociedade a ideia de que as diferenças determinavam inferioridades, na qual se constrói o conceito raça. A seguir a entrevistada 5 faz um relato dos preconceitos vivenciados por ela:

É por que antigamente aqui era privado, tá entendendo? Ninguém vinha pra cá. Aqui é como se fosse uma tribo de canibal, o povo considerava aqui como uma tribo de canibal. Ninguém vinha pra cá. Com medo o povo dizia que a gente matava o povo daqui, comia gente, dizia que quando chegasse aqui o povo matava. O povo tinha medo de chegar aqui, pensando que tinha alguma coisa. Depois foi chegando aqui, trabalhando, explicando e é assim, é meu filho. Mas tem gente que tem medo da gente, era pessoa boa, mas a pulsão do povo é que não vai não. Que o povo é violento. Aí muita gente não vinha com medo, tinha medo de conversar, de chegar. Se chegasse aqui e fizesse algo de errado o povo ia matar [risos] ou fazer alguma coisa, já pensou? Eu disse: “meu filho, não existe isso aqui não. Pare com essa história”. Aí foi quando começou chegar gente. Hoje em dia todo mundo se conhece, mas antigamente a gente era como se fosse sei lá, um estranho que o povo tinha medo. Se tivesse amizade com o povo de fora tinha medo de chegar aqui. Dizia: “não vai lá não o povo, o povo de lá é bravo se chegar lá eles vão te amarrar”. Porque não tinha como. Se chegasse um aqui, vacilou estava seguro. Não tinha isso não. “Pode ficar aí sentadinho. Daqui você não sai não e acabou”. Depois dessa ordem já era. (Relato concedido pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

Esses mitos reproduzidos por pessoas de fora comunidade se davam muito porque na comunidade existia um tipo de organização moral para convivência, podendo ser considerado como uma lei que era estabelecida por eles para que não houvessem conflitos nos momentos de convívio coletivo.

Se por algum motivo houvesse algum tipo de conflito nos momentos de festividades, e alguém de fora agisse fora das regras organizacionais estabelecidas pela comunidade, eram aplicadas sanções, conforme relata a entrevistada 5. Essa era considerada uma forma de estabelecer a moral e a convivência pacífica, mas que para as pessoas da cidade isso era visto como uma violência sendo até comparada como canibalismo. Esse é apenas um exemplo dos vários ditos utilizados para definir os negros como inferiores.

É porque acontecia assim antigamente, assim: quando tinha negócio de festa à gente fazia isso mesmo. Venho de fora, fez errado, venho de fora, levava uma pisa, subia o arruado. Aqui tinha respeito, a polícia não vinha aqui não. Quem resolvia era a gente mesmo. Se vinha de fora, fizesse alguma coisa errado, subia avoadado, resolvia aqui, era assim. A polícia não vinha aqui não, quem resolvia era a gente mesmo. Quando a polícia vinha aqui, tivesse alguma coisa de errado dizia: “Ah, é tudo família. Resolve entre vocês mesmo, então tá beleza”. Chamava as pessoas mais velhas pra resolver dava um grito, ficava todo mundo caladinho, fazia uma festa aqui aí minha filha! Tem que ter respeito. Não tinha boquinha não. Quando chegava aqui às vezes “venho brincar? Vir, se bagunçar já sabe né?”. (Entrevista concedida pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

Woortmann (1990) aborda o campesinato como ordem moral a partir da relação terra, trabalho e família, onde pode-se considerar a questão relatada em Cruz da Menina como ordem moral no que diz respeito à organização comunitária em que devesse seguir as regras estabelecidas por eles. Para eles não era necessário um poder institucional, no caso a polícia, para dizer como agir diante de determinado fato ou ação de pessoas de fora ou até mesmo da própria comunidade. Se o indivíduo empenhasse determinada ação contrariamente às regras estabelecidas coletivamente na comunidade, sofreria punições.

Nesse processo da auto-organização da comunidade as pessoas da cidade construía determinados preconceitos. Sabe-se que essa ideia se dá com a construção do conceito de raça esse é um conceito sociopolítico utilizado para inferiorizar determinados

grupos, nesse caso, os negros. A partir dessa concepção se construiu o racismo que para (Almeida, 2018, p.25):

É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

O autor ao abordar sobre o conceito de racismo dialoga com a crítica realizada por Archie Mafeje sobre conceito de tribo, como uma construção elaborada para inferiorizar determinado grupo de pessoas. O racismo tem uma relação com preconceito racial que (Almeida, 2018, p.) diz ser:

O juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e o que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.

Identificamos como está estruturado a violência sofrida pelas famílias da comunidade Cruz da Menina a partir desses conceitos, ou seja, apresentamos relatos de práticas de racismo, preconceito e discriminação. A entrevistada 5 ao ser questionada se havia sofrido preconceito responde que sim e destaca várias situações que teve que usar de imposições verbais e algumas vezes física para que seja respeitada enquanto ser humanos como qualquer outro.

Já. Muitos, muito preconceito. Todos que mora aqui na comunidade na cidade de Dona Inês já sofreu, mas fomos quebrando o tabu de cada um. Ia quebrando o tabu. Quando nós íamos por canto minha filha, ou tinha moral ou não. Eu tenho que dar orgulho a mim. Não era os outros não. Quando eu botava moral dizia: “Está vendo o quê? Tô cagada? Tô mijada? Não”. Oh! Mãozada na banda da cara pra aprender a ser gente. Era assim. Nós, só andava de grupo e eu era a chefe do grupo. De bando! Muito bem. Quando nós íamos por canto. “Ah! Eu não vou sozinha não. Tu vais eu vou. Eu só vou se tu for” (Entrevista concedida pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

As famílias da comunidade Cruz da Menina para ser menos hostilizadas ao realizar qualquer atividade na cidade, agiam de forma a questionar os olhares que as pessoas faziam quando as viam. Quando saíam buscavam andar sempre em grupo sendo uma maneira de sentir-se protegido sobre os seus. Vale salientar que conforme (Almeida,

2018) o preconceito racial é uma prática de juízo de estereótipos, como os olhares direcionados a uma pessoa negra quando a mesma entra em determinados estabelecimentos, por exemplo. Destaca-se que a sensação de tal ato realizado por pessoas brancas nunca será compreendida pelas mesmas, tampouco percebido o quanto tal ação é violenta, assim como as agressões verbais e discriminação com palavras pejorativas, de acordo com relato a seguir:

Chamava assim, de nego preto, os arrubu (urubu), não sei o que, macaca preta, cabelo não sei de que, sabe? Aí quando passava no canto que nego não dizia nada, passava cochichando. Nos escutava, fingia que não escutava, passava. Aí quando viesse de volta, visse o quiqui eu não passava não. “Opa! Tá conversando porquê? Tá cochichando porquê? Tô cagada? Tô mijada? Tô? Tô mijada não, né? Tá rixando porquê? Puta safada, pá! no meio da cara [risos]. Isso é pra aprender ser gente. Eu sou ser humano igual a você do mesmo jeito que você nasceu a gente também nasceu, tá bom?” Ia simhora, dava ouvido não, ia embora. Era desse jeito. Eu era desse jeito. Eu mudei muito, mas quando eu via um negócio aí, daquele, ficava só escutando. “Quando tu vai? Não, eu vou”. Ia lá e enfrentava. Quando chegava lá que falava: “É isso, é isso, é isso”. Aí foi perdendo aquele medo, aquele tabu de andar pra os cantos e ter vergonha daquilo. Não tem que ter vergonha daquilo que a gente é, mesmo, desse jeito. Podia ser o papa de Roma tá falando. Quando eu chegasse que falava: “Baixa a crista que quem tá falando sou eu. Agora você vai me ouvir”. Era assim, desse jeito. (Entrevista concedida pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

Você queria se defender com unhas e dente. A partir do momento que você vai tendo conhecimento, você já partia pra ignorância, pra tapa, para o bofete. Já ia para as vias de fartos mesmos e hoje não. (Entrevista concedida pela entrevistada 1 em 05 de dezembro de 2017).

Destaca-se na fala da entrevistada 5 às formas agressivas que as pessoas a tratavam, assim como os adjetivos para menosprezar a pessoa negra. Eram atos que faziam com que tivesse receio de sair só. A forma utilizada pela mesma para defender-se, às vezes intervenções verbais, e as vezes físicas era entendida como ações que objetivavam ser respeitada quanto ser humano. Buscava informar que sua condição, enquanto humano não era diferente das que lhe hostilizavam, visto que tinha cor negra. Com o passar do tempo a mesma ressalta que houve mudanças depois das várias abordagens. As pessoas passaram a ter receio em discriminá-la, como também por parte dela quanto a forma de agir diante de ações dos preconceitos sofridos.

Nunca levei desaforo pra casa, só que eu não ouvisse, mas se eu ouvisse um moitim eu fazia que não tava dando fé, dava com rapo

nos oi [olhos] e seguia. Aí vamos passar de frente de novo. Aí quando passava na frente de novo que escutava, quem escutava o moitim (motim) só escutava, me levantava sai feito uma piranha, aí metia os peitos. Podia ser homem, podia ser mulher podia ser o que fosse meu fi [filho]. Metia os peitos logo pra cima. “O quer que ta acontecendo? Tá vendo alguém cagado? Tá vendo alguém mijado? Não. Peto [preto] fei [feio] bunito [bonito] foi Deus que fez assim. Se sou preta feia, mas foi Deus que me fez. O Deus que fez branca te fez preta do mesmo jeito. Tá vendo se tu morre, tu apudesse [apodrece]. Eu vou morrer, apodrecer do mesmo jeito. Somos por igual. Se você tem algum dinheiro eu sou pobre, mas a vida é tudo por igual e deixa de seu orgulho e de sua safadeza safada, pá! ”. A tapa na cara. Era desse jeito. Podia ser de gente rico a milionário tá falando. Eu escutasse, aí daquele que eu escutasse meu Deus do céu! Chegava feito uma piaba preta [risos]. Era desse jeito, chiando mesmo. Quando chegava que falasse: “Êpa! Todo mundo calado. Não mexe com essa mulher não, pela amor de Deus, não mexe com ela não”. Até hoje graças a Deus sou respeitadeira, sou educada respeito todo mundo, gosto de todo mundo. Onde eu chego sou uma alegria de pessoa. Agora não mexa não, vira bicho. Aí tem gente que fica caladinho assim, oh! Só basta eu ver passar o olho assim. Ver tá falando mal. Pouco mais eu chego nos teus pés. “E aí? ”. (Entrevista concedida pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

Durante atividade de campo na comunidade, vários entrevistados foram questionados se eles gostavam da sua cor. A entrevistada 7 diz: “Já sofri muito preconceito por ser negra, mas já quebrei muita cara de gente também. A minha menina direto baba com a cara do povo”. (Entrevista concedida pela entrevistada 7 em 16 de fevereiro de 2017). Ela fala do preconceito sofrido por ser negra e de como ela agia para se defender e a posição da filha diante de suas atitudes de defesa sobre os preconceitos sofridos.

Espaços que os indivíduos estão inclusos e que estão ligados diretamente com a formação do sujeito, como a escola, influenciam grandemente no reconhecimento de sua identidade negra, porém a família possui relevância predominante neste sentido. Os pais têm uma contribuição primordial para identificação e formação do indivíduo no que se refere a aceitação em ser negro. Concordando com tal argumento vemos as atitudes relatadas pela entrevistada 7, a qual é filha da entrevistada 5, ou seja, a forma de combater o preconceito foi repassada por sua mãe e permanece a mesma.

Outra situação foi apresentada pela entrevistada 10 que responde ao questionamento sobre como é ser negra dessa maneira: “eu me acho muito feliz com minha cor”. A mesma ressaltou que muitos não querem ser negros. Surgiu a questão:

“mas por que o negro não quer ser negro?”. De imediato tem-se a resposta: “por preconceito e perseguição dos antepassados”. Outra participante da atividade de campo destaca que mulheres brancas têm o desejo de ter a cor negra, mas por questões estéticas dizem: “que queria ter a nossa cor e a pele negra demora muito a envelhecer às vezes diz: “queria tanto ter a pele de vocês”, mas a gente não sabe se é elogiando ou o racismo porque queria ter essa cor tão negra, preta”. Na verdade, observa-se que o comentário em querer ter a pele negra se dá a partir de um benefício da quantidade de melanina presente na pele negra.

Para entrevistada 11: “Eu sou negra, bela bonita do jeito que Deus me deu, me fez do jeito que ele me fez, estou aqui graças a Deus, não tenho o que dizer da minha cor”. Outra entrevistada: “Eu acho minha cor linda, eu acho linda minha cor”.

É importante entender que no Brasil os negros e as negras não nasceram livres, e sim tornaram-se livres após resistência. Diversas identidades foram construídas ao longo da história para negar a identidade negra, por exemplo, se formos observar nossos registros de nascimento, não está escrito negro/negra e sim morena/moreno. Essa é uma das muitas formas de negação da identidade negra.

A entrevistada 7 em sua fala aborda mais uma vez a sua identidade no que se refere à cor e diz que: “Mas não tem conversa não, filho de negro tem que ser negro mesmo. Não tem essa história de ser moreno, de ser claro não! E acabou a conversa! Eu sou negro, tu é negro também”. (Entrevista concedida pela entrevistada 7 em 16 de fevereiro de 2017).

Em seguida outra participante destaca que muitas vezes a cor está diretamente associada à cor cabelo. “O povo diz assim: “eu sou morena”. Morena é uma pessoa do cabelo preto por que a pessoa é branca e tem o cabelo negro, aí é moreno”. Para ela, o fato de uma pessoa morena não está diretamente ligado à cor da pele, mas ao cabelo. A referência que o outro traz sobre a cor é variado, mas que na maioria das vezes esse olhar quando se trata de identidade negra é um olhar de negação.

Ao ser questionado se todos se reconhecem como negros, uma das entrevistadas confirma afirmando: “Aqui todo mundo é negro”. Logo em seguida a entrevistada 7 se posiciona tratando de outras pessoas da comunidade que não se aceitam quanto negros. Nesse aspecto ressalta o seguinte: “Tá resolvido não essa questão, aqui tem negro que não quer ser negro não”. Podemos perceber com as respostas das interlocutoras que a questão de identidade negra é um assunto que não está resolvido em sua totalidade na comunidade.

Após esse momento surge a discussão de por que os negros têm dificuldade de se aceitar como tal, onde alguém fala: “Por causa do racismo, preconceitos, a vergonha de se assumir o que é. Tem gente que tem vergonha de se assumir o que é”.

E por que dessa vergonha? (Fernandes, 2007, p.33) quando discute sobre o negro no mundo dos brancos descreve a respeito desse processo de negação e branqueamento moral dos negros no Brasil, pois na sociedade colonial branca foi e ainda é sinônimo de muitos privilégios. Para que os negros pudessem ter os privilégios dos brancos criou-se a ideia da mestiçagem.

Para participar desse mundo, o negro e o mulato se viram compelidos a se identificar com o branqueamento psicossocial e moral. Tiveram de sair de sua pele, simulando a condição humana – padrão do “mundo dos brancos”.

Isto acontece de forma opressora porque ao mesmo tempo em que o negro se identifica com o branqueamento, também adota uma postura de autonegação para que possa ser aceito na sociedade. Durante o debate com entrevistados, foi apontado várias questões que levam algumas pessoas negras a não se aceitarem, e por que isso acontece. A partir daí foram levantadas situações que contribuíram para esse tipo de comportamento. Quando os mais velhos falavam para seus filhos casarem com pessoas brancas para “limpar a família”, culturalmente foi construída uma imagem de que os negros são pessoas que apresentam perigo, que são ladrões ou que vão roubar. Atitudes para que a imagem negativa sobre os negros esvaneça não deve partir apenas dos negros, mas também dos brancos. Só assim é que será possível desconstruir esse pensamento.

3.3 A RELAÇÃO COM TERRA

Para o contexto atual vivenciado na comunidade, a redução da diversidade de culturas está diretamente relacionada com o tamanho da área que eles têm para produzir. Esse fato, conseqüentemente interfere no quantitativo plantado e na colheita. Na área da comunidade, além do cultivo de milho, feijão e macaxeira, o espaço é utilizado também para criação de animais de pequeno porte entres aves e suínos. O cultivo é empregado tanto para o consumo das famílias como para a comercialização.

Nas práticas para controle de pragas na lavoura segundo o entrevistado 6 (nosso interlocutor) não são utilizadas nem um produto químico, desse modo é considerada uma prática agroecológica, pois não ocasiona danos ao meio ambiente nem aos homens.

Figura 6: Visita ao quintal do entrevistado 6 em Cruz da Menina, em 16 de maio de 2017



Legenda:

- A. Entrevistado 6 apresentando o quintal;
- B. Entrevistado 6 as culturas cultivadas por ele;
- C. A diversidade de cultura em um espaço pequeno;
- D. Plantio de milho.

Fonte: Acervo da Pesquisa, **Autora:** Amanda Marques, 2017.

Observou-se que sua relação com a terra não está diretamente ligada ao lucro como é possível ser encontrado hoje nas grandes áreas de monocultura. É interessante analisar que na comunidade os agricultores plantam milho, feijão, macaxeira e outras culturas sem a necessidade de usar nenhum produto químico para melhorar sua produção, nem controlar pragas e mesmo assim conseguem colher em quantidade suficiente para sua família, vizinhos e quantas pessoas necessitarem de alimentos, isso em uma área de terra que não chega a 1 hectare.

Observamos que as grandes propriedades fazem uso de técnicas sofisticadas, no entanto, não alimentam o próprio dono. Busca-se lucros e exploração de mão-de-obra barata. Proprietários esses que não consomem o que o produzem. Por que será? Porque no momento de vistorias em suas propriedades não vemos eles consumirem seus produtos tal como fazem os quilombolas, os índios, os agricultores familiares que consomem de sua produção no próprio roçado enquanto labutam. Esse modelo tecnológico de produção proposto é bastante dubio, quanto a qualidade e de garantia a segurança alimentar.

Quando se pensa em terra, território e territorialidade da diáspora africana no Brasil a terra está estruturalmente ligada a reconexão com sua ancestralidade e a permanência comunitária entre os parentescos. O capitalismo por meio dos grandes latifúndios trabalha no processo de aniquilação da vida comunitária e dos povos negros quilombolas.

A entrevistada 5 quando questionada sobre como seus avós sobreviviam para se alimentar respondeu: “Eles trabalhavam da agricultura”. Sobre onde acontecia a exploração da terra, ou seja, a área para realizar a plantação, a mesma informa: “Trabalhava nas terras que antigamente era deles, agora não é mais. Tudo os outros tomaram conta”. A afirmativa pode ser refletida teoricamente por meio de (Raffestin, 1993) quando discute a construção do território a partir das relações de trabalho e de poder que se materializam no espaço.

Observa-se que a definição de território descrita pelo autor condiz com a prisão construída pelas famílias da comunidade Cruz da Menina no passado, onde realizavam plantio das seguintes culturas: milho, feijão, fava, batata e macaxeira. No entanto esse território foi assumido por uma estrutura de poder que se apropria do mesmo.

O entrevistado 4 diz ter criado todos seus filhos trabalhando no roçado e também realizava o cultivo das seguintes culturas: milho, feijão, roça (mandioca/ macaxeira). Essa produção era realizada em sistema de meia nas terras do Sr. Zé Lucas e Joaquim Cabral.

Com o falecimento de Joaquim Cabral, as terras foram herdadas por seu filho, Zé Eugênio Cabral de Melo, também falecido. Quanto ao uso dessas terras de trabalho hoje se encontra em propriedade de outras pessoas, destacando-se alguns dos proprietários já mencionado pelo entrevistado 4. Quando questionado sobre a utilização do território, o mesmo diz o seguinte: “Todo, todo o cercado por aí eu já trabalhei”.

O mesmo fato é acordado pela entrevistada 5 quando diz recordar da época em que usava toda aquela terra, pois sempre participou das atividades produtivas com sua mãe. Depois quando passou a trabalhar nessas terras, a relação não era mais de dona,

conforme Woortmann diz: “É-se *dono*, não por se ter comprado a terra, mas por tê-la trabalhado”. Esse que passa a condição de proprietário não pelo trabalho, mas pela compra.

Proprietário designa também o *outro*, na terminologia local, isto é, o *forte* que não trabalha, mas, pelo contrário, vive do trabalho do *fraco*. Portanto, é-se dono pelo trabalho, independentemente de haver ou não propriedade jurídica da terra (1990, p. 28-29).

A entrevistada 5 ressalta que: “A gente quer trabalhar com mais coisas, mas cadê terreno que não tem? ”. Ressalta da dificuldade de ampliar suas plantações em consequência do pequeno espaço para realizar.

Trabalhemos, a gente ainda conheceu a minha mãe trabalhar um bocado de tempo, só que aí não era mais deles, era de outras pessoas. Quando eu trabalhei já era de outras pessoas que a gente trabalhava e pagava à meia, né? que o povo dizia. Trabalhava, quando chegava ao final do ano dava aquela porcentagem daquilo que você tinha e ainda pagava meia. Era uma rendinha que a gente pagava para o posseiro da terra. (Relato concedido pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

No que diz respeito ao campesinato como ordem moral, (Woortmann, 1990, p.16) vai dizer que “colono, sitiante, posseiro, etc. de carne e osso é ao mesmo tempo, construtor da história e construído por ela e, portanto, um ser em contínua transformação”. As famílias da comunidade Cruz da Menina de sitiantes onde “Sinonimamente, é-se *sitante* por se ter construído o sítio, espaço por excelência da família, através do trabalho, ou por tê-lo herdado de um pai para transmiti-lo no futuro a outro pai”, onde muitos tiveram que vender seus sítios como forma de sobrevivência e passam para condição de posseiro e meeiro. O primeiro funcionava da seguinte forma: arrendava-se uma parte da terra para realizar plantação, após a venda da produção, com lucro da colheita tinha-se que pagar ao proprietário a terra. Enquanto que a meia a partir de suas experiências acontecia da seguinte forma:

A meia é assim: você trabalha, o que você tiver divide com o dono da terra. Era assim quando a gente começou a trabalhar aí quando a gente começou a ter o terreno da gente mesmo e começou a trabalhar por si próprio pagava só a renda, aí tudo que desse era seu, aí quando dava o final do ano vendia uma besteirinha que tivesse por ali apurava e pagava o dono da terra. (Entrevista concedido pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

O meeiro também realiza o plantio em terras de proprietário, sendo o lucro após a venda da colheita tem que ser repartido meio a meio. Ainda sobre a renda da terra o pagamento era sempre realizado em dinheiro, onde este decorria do processo de exploração da área arrendada vendia-se parte da produção para que possa pagar o dono da terra.

Ao perguntar se essa forma de renda da terra apresentava vantagens, a entrevistada 5 afirma que trabalhar de meia era positivo, por que na época só tinha essa forma para produzir o alimento, tirar o sustento, ou seja era visto como uma grande riqueza porque fazia o roçado dele para sustento da família. Enquanto que para o entrevistado 4 era bom por que:

“Enchi minha casa de comer, meus fi (filhos) tudi encheu a casa de comer tá entendendo nos tinha saúde nesse tempo, mas hoje eu nem tenho saúde, nem posso trabalhar, mas a minha sorte é por que eu só aposentado por se não fosse aposentado já tinha me enterrado, ta entendendo já tinha me enterrado”. (Relato concedido pelo entrevistado 4 em 24 de abril de 2017).

Na sua visão, a alguns rendeiros era bom por que havia arrendadores, pois entregavam milho, feijão para plantar, ou seja, eles davam a semente. Mas que o preparo da terra, o plantio, todo o manejo a mão - de - obra desde plantio a colheita era de obrigação do arrendatário. Ao final da colheita tinha-se que dividir toda a produção pela metade. Ainda tinha que pagar uma parte em valor, pela renda da terra, onde essa era feito com a venda de parte da colheita e outra parte era deixada para alimentação.

“Pra gente que no tinha naquela época era, era uma grande riqueza nera (no era) que a gente no tinha. Vamos fazer um roçado o que dê às vezes tinha muito reneiro que era bom, aí entrava com o milho, feijão a pessoa plantava, né aí cuia (colhia) pagava a ele a porcentagem meio a meio e pagava a renda por fora da terra”. (Relato concedido pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

Mesmo não possuindo mais a terra que anteriormente usava para produzir a organização social não se desfaz, essas resistem para (Leite, 2000 p.345):

A terra é o que propicia a condição de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por

vezes a projetar nela sua existência, mas, inclusive, não têm com ela uma dependência exclusiva.

Podemos verificar que a perda do território não é um problema apenas de Cruz da Menina, mas das comunidades quilombolas que ainda não receberam seus títulos de posse de seus territórios de uso tradicional, assim como dos indígenas, são muitas as questões para o processo de regularização dos diversos territórios em reivindicação. Indagamos: por que não acontece? O que impede que esse processo seja exequível? Podemos destacar as seguintes situações: influências políticas e econômicas na região em que se localizam essas comunidades. Elas se depararam com determinadas famílias obtiveram o domínio tanto dessas terras como do poder executivo municipal. Vivemos na lógica que quem tem poder é quem dita às regras e leis daquele espaço. Isso é reflexo do processo de colonização do Brasil, seguido da distribuição de terras por meio das sesmarias.

Quanto ao arrendamento da terra havia uma situação de abuso de poder. Em que as culturas plantadas têm um ciclo desde o plantio a colheita. Os agricultores conhecem cada qual com muita sabedoria, mas que na relação de poder que o proprietário detinha sobre as terras esses ciclos das culturas não eram respeitados, e os arrendatários tinham que retirar a produção da terra antes de concluir o processo final de desenvolvimento da cultura.

Tomamos como exemplos a cultura da fava que é uma leguminosa utilizada na alimentação, e da roça ou mandioca classificada como raiz utilizada para produção de farinha. São duas culturas que os arrendatários tinham dificuldade de realizar a colheita por diversos motivos, visto o plantio era realizado em consórcios²⁹ entre eles destaca-se:

[...] e o que tivesse dentro você não podia tirar nada de dentro uma paia (palha) que ficasse quem comia era os bichos fava que demora você sabe que fava demora, só dá na seca aí aquela fava ali se você aplantasse (plantasse) fava você não colhia por que antes daquele dali eles já colocava os bichos dentro só tava a renda mesmo e as coisas que tava dentro. Roça a gente plantava se plantasse roça tinha que ser no cantinho que a gente pudesse colher por que era um ano, um ano e pouco, seis mês é que você podia arrancar pra fazer farinha

²⁹ De acordo com a Agência Embrapa de Informação tecnológica - **Consórcios:** É praticado há séculos, sobretudo por pequenos produtores das regiões tropicais, na tentativa de obter o máximo de benefícios dos recursos disponíveis. O consórcio de culturas é caracterizado pela maximização de espaço mediante o cultivo simultâneo, num mesmo local, de duas ou mais espécies com diferentes características quanto à sua arquitetura vegetal, hábitos de crescimento e fisiologia. http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/sistema_plantio_direto/arvore/CONT000fx4zsnby02wyiv80u5vcsvyqcqraq.html. Acessado em 08/08/2017.

essas coisas. [...] teve vez de plantar e comia tudo e no ter nem o que reclamar. (Relato concedido pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

O poder estabelece a ocupação do espaço quando delimitado, torna-se um território para (Raffestin, 1993, p.8) acontece por meio do sistema territorial que se organiza hierarquicamente em um sistema de tessitura, nós e redes, essa vai diferenciar muito de uma sociedade para outra. Esse sistema permite compreender essa relação de poder em Cruz da Menina por que eles “permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens”.

Outra situação vivenciada por eles se dá a partir do cultivo da mandioca para produção de farinha para uso na alimentação. Segundo o entrevistado 4, parte do período trabalhava no roçado do patrão outro período em seu próprio roçado. Como não possuía casa de farinha com os maquinários necessários para fazê-la utilizava casa de farinha dos fazendeiros. Esse uso não era de graça havia um pagamento, não em dinheiro, mas em farinha que é denominado como conga “era um negócio de uma cuia de farinha” esse pagamento iria depender da quantidade de saco de farinha adquirida ao final da farinhada tinha que deixar certa quantidade cuia “a Conga essa era a obrigação da gente fazer pagar aquela conga aí ele tinha razão”.

Atualmente a entrevistada 5 ocupa um pequeno espaço de terra herdada de seu pai onde foi distribuído esse único espaço com suas 6 (seis) filhas todas já casadas. Vivem nesse pedacinho de terra que já não comporta toda família.

A família da entrevistada 5, assim como as demais famílias de Cruz da Menina cresceram e isso faz com que esse território ocupado por eles seja ainda menor. Realidade dura para essa e as demais famílias que resistem, pois é o único lugar que eles possuem desde que nasceram.

Ao analisar que antes havia um espaço territorial ocupado por essas famílias no passado e que permitiu produzir seus alimentos para criar seus filhos, hoje essas encontram-se com espaço reduzido onde não atende as necessidades tanto para produção como para moradia, sendo obrigados sair de Cruz da Menina para trabalhar nas capitais e outros municípios e Estado da federação. Geralmente migram para trabalhar na construção civil e assim adquirir recurso para sustento de suas famílias. Essa não realidade apenas da família da entrevistada 5, é um fato que acomete as 100 famílias de Cruz da Menina.

3.4 A MEMÓRIA COMO CIÊNCIA PARA RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

A memória é uma questão que merece atenção para quem realiza pesquisa social, por meio dela, buscamos compreender elementos da organização social, política desses grupos e de forma específica na comunidade quilombola Cruz da Menina.

Onde está a memória? Na fala dos nossos interlocutores, e de acordo com (Bosi, 1994, p.63) está nas lembranças dos mais velhos. Esses homens e mulheres passam na velhice a ter uma função social. Qual seria? Ainda segundo a autora esses têm “uma função própria: a de lembrar, a de ser memória da família, do grupo” como é caso utilizado por nós durante a pesquisa, ao entrevistarmos, assim como nas “instituições e na sociedade.” E como descrever a memória desse território? A partir das entrevistas, nas conversas informais são nesses momentos em que os mais velhos de uma localidade, nesse caso, de Cruz da Menina, entre eles, o entrevistado 4, entrevistada 5, a entrevistada 3 e entrevistada 2 repassa informações por meio das lembranças.

Esse por sua vez residente naqueles espaços da comunidade, ou seja, nesse território desde seus antepassados, com seus primeiros ocupantes construíram suas territorialidades. Para (Raffestin, 1993, p.2), a territorialidade é definida no conjunto de relações “num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo”. Esses povos passaram por uma violência primeira no momento que são obrigados a sair de seus espaços, ou diria território, ainda segundo autor “evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder”.

(Maracajá, 2013, p.142) ao abordar sobre território e memória como construção da territorialidade étnica em específico da comunidade quilombola do Grilo, expõe uma peculiaridade quanto manutenção da memória herdada como estratégia política. Faz menção quanto ao exposto nas relações culturais, como de solidariedade costumeira que atende positivamente a construção da territorialidade. É possível identificar como essas lembranças são detidas por uma parte da comunidade, são eles as pessoas mais velhas que as possui.

[...] a memória, as histórias sobre Justo, as relações de parentesco, a relação com a terra, a ciranda e a religiosidade são elementos que dão sentido ao território Grilo, apresentam-se como uma tomada de posse, fortalecem-se e são retomados tanto por uma questão material, política, quanto simbólica. A

territorialidade se estabelece dessa forma a partir desses vínculos que eles têm com o território.

Essa análise realizada pela autora permite também compreender as peculiaridades vivenciadas em Cruz da Menina. Essas informações são rememoradas pelos mesmos e obtidas por meio das entrevistas, reuniões, as visitas de campo que permitem observar o território, além de conhecer cada local, onde antes eram realizadas suas atividades agrícolas produtivas.

O processo de reconhecimento de uma comunidade remanescente quilombola, assim como de uma pessoa negra, perpassa pela memória, visto ao processo histórico de sofrimento.

Embora a repressão vivida não aconteça, tal como foi no período da escravidão com o aprisionamento, retaliação dos corpos entre outras formas de repressão como aconteceram durante três séculos, esses atos praticados por aqueles que se considerava para (Schwarcz, 1993) numa abordagem do século XIX, sobre os homens de ciência são apresentados como detentores de um saber “superior” e que, portanto, faz uso do discurso para justificar a exploração de uma raça sobre a outra.

Nem mesmo todas as tentativas de manutenção das práticas que levam esses grupos a uma condição de subalternidade, promovida muitas vezes pelo estado, fez com que esses grupos, notadamente Cruz da Menina, desistissem da luta pelo território de uso tradicional quilombola.

Ao iniciar a entrevista falando do objetivo que nos levou até a comunidade, a entrevistada 5 ressaltou a dificuldade em conhecer toda a história da comunidade. Em seguida solicitou-se permissão para que a entrevista fosse gravada, tendo sua permissão. Logo foi questionado sobre sua família buscando conhecer sua árvore genealógica tendo como ponto de partida ela, seu pai, sua mãe, seus avós (ôs) até sua última geração, que no caso são os netos.

Construção e identificação da genealogia de toda família partindo da mesma onde foi dada uma numeração a cada parente, iniciou-se com **1** – a entrevistada 5, nascida em 1958 com 58 anos de idade, oficialmente casada com **2** – Damião Luiz, também com idade de 58 anos, nascido em 1958, embora oficialmente casada, mas já não convive há muito tempo juntos. Sua mãe **3** - Maria da Luz da Silva, falecida há 16 anos quando tinha 77 anos de idade, nascida e criada na comunidade, seu pai **4** - Agenor Pedro da Silva, nascido em 1941 encontra-se com 76 anos de idade, sua avó não recorda do nome

completo, mas seu primeiro nome era **5** - Severina seu avô era **6** – Sinézio, ambos falecidos as lembranças que tem de seu avô são apenas referentes a características físicas e sua avó não chegou a conhecê-la.

Continuando com genealogia relacionada à suas filhas em que teve 6 (seis) toda mulher iniciou-se com a mais velha para mais nova em que a primeira é **7** – Bianca Cristina da Silva, tem 34 anos, **8** – Entrevistada 7 Maria da Silva com 32 anos, **9** – Michele Ione da Silva nascida em 1987, tem 30 anos, **10** - Idaone Maria da Silva nascida em 1988, tem 28 anos, **11**- Idaiane Maria da Silva, nascida em 1989, tem 27 anos, por última **12** – Iraiane Maria da Silva, nascida em 1990, tem 26 anos. De todas suas filhas Iraiane é a única que não se encontra na comunidade, pois trabalha em João pessoa, só está na comunidade apenas final de semana.

Nesse momento ainda sobre a genealogia é apresentada novamente suas filhas e seus respectivos companheiros e seus filhos - Bianca é casada com **13** - José Gregório “Zé Nilton” o casal tem 2 (dois) filhos – **14** - José Jusié, com 14 anos e **15** - Jessé Eliézio com 3 anos. Entrevistada 7 é casada com **16** – Weslen Amâncio da Silva, nascido 1988 tem 28 anos, o casal tem 3 filhos dos quais 2 (dois) é menino e 1 (uma) é menina o primeiro é **17** – Thierry Wilke Amâncio da Silva, 10 anos, **18** - Weslan Dyane, tem 7 anos e **19** - Weslon Kayã, tem 1 ano e 11 meses. No processo de reconhecimento das filhas foi incluso na genealogia a mãe de seu pai **20** - Enedina Maria da Conceição e o pai de seu pai **21** - Pedro Luiza da Silva.

Na sequência das filhas continuamos com Michele casada com **22** – Jailson dos Santos Teófilo tem 3 filhos entre eles 2 (dois) meninos e 1 (uma) menina partindo do mais velho para o mais novo o primeiro é **23** - Jailson Filho com 10 anos, **24** – Jaquisael, com 5 anos e por último a menina **25** – Jaquisaele, com 1 (um) ano. Idaone viveu em união estável com **26** - Ricardo Henrique dos Santos com teve 2 (duas) filhas **27** - Maísa Helen, com 7 (sete) anos e **28** - Estefane, falecida tem 2 (dois) anos, Idaiane vive em união estável com **29** - Maciel Manoel da Silva dessa união tem uma filha **30** - Melissa Maciele de 1 ano e 9 meses e Iraiane também vive em união estável com **31** – Micelmo da união tem uma filha **32** - Raionara, com 5 anos.

Depois das filhas, seus companheiros e filhos (as) prosseguiram com a identificação dos irmãos (as) foram no total 13 (treze) do mais velho para ao mais novo vale salientar que a entrevistada 5 é a mais velha das mulheres, o primeiro dos irmãos foi **33** - Manoel da Silva, tem 60 anos, esse não mora em Cruz da Menina reside atualmente no Rio de Janeiro. Em seguida vem a entrevistada 5, os posteriores foram **34** – Maria

Leonice da Silva, tem 56 anos, **35** – Severino da Silva, tem 50 anos, **36** – Josefa, **37** – João da Silva, **38** – José da Silva, **39** - José Eugênio, **40** – Luzinete essa morreu quando ainda tinha de 7 (sete) para 8 (oito) anos de idade, possivelmente ela nasceu no intervalo de Severino e Josefa. Na sequência da numeração depois de Luzinete que é falecida e **41** – Marinalva é a última do relacionamento entre o pai e da mãe da entrevistada 5. Seu pai viajou para o Rio de Janeiro lá teve outra esposa é com **42** - Geralda viveu em união estável dessa relação tiveram 3 (três) filhos **43** - Luzia com 44 anos, **44** – Luzinete e **45** – José Pedro da Silva. Nesse processo de identificação da família da entrevistada 5 realizou-se o registro 45 pessoas. Conforme pode ser analisado no diagrama no anexo 1:

“Aqui todo mundo é família” na sua fala na observa-se ao usar essa denominação de todos serem uma única família usa-o por ter sua origem ali o fato das famílias casarem entre si, além da questão de ter nascido e criado seus filhos naquela localidade. Suas vivências parentais e costumes levam a consideração que se tem de todos terem o mesmo sangue:

“Aí aqui somos é uma família, todos nos descendo aqui somos irmãos, ali todos são família lá pra baixo pra aqueles mundo do seixo todos nós somos uma só família primo primeiro, primo segundo, primo encostado, primo original assim pertinho um com outro é assim ai os que vêm de fora tem orgulho de ver a família aqui que é bem organizada. ” (Relato concedido pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

Mesmo as pessoas que residem nos Seixos, são consideradas da família. Segundo relato, nessa localidade se dá a origem a Cruz da Menina onde eles também têm parentes em diferentes graus como se vê em seu relato conforme foi abordado no primeiro e segundo capítulos.

Dos casamentos de suas filhas observa-se que há uma relação entre parentes, ou seja, a maioria é casada com primos, com exceção da entrevistada 1 e Entrevistada 7 em que o companheiro da última é do Ceará. No caso de Idaiane e Iraeane cada uma é casada com irmãos que são primos.

[...] é um primo mais longe e os delas são primos mais em cima, bem pegado por que assim o pai do menino é irmão da minha mãe, a avó do menino é irmã do meu pai, aí no caso eu e o pai do marido dela somos bem dizer irmãos somos primo carnal, aí ela com a outra prima dela, são primos carnal assim como igualmente eu sou do sogro dela é um muído, né? (Relato concedido pela entrevistada 5 em 29 de março de 2017).

Antigamente era comum os casamentos entre primos na comunidade, mas atualmente eles consideram uma prática escassa. Para a entrevistada 12 “é melhor casar com primo do que casar com gente de fora”. Essa característica se diferencia da leitura apresentada por Woortmann (1990, p.53) ao estudar os colonos do Sul diz que: “As moças não querem mais se casar com colonos, preferem os citadinos; o “colono trabalhador” cede lugar ao “moço bonito” como padrão de avaliação de possíveis noivos. ”

Cruz da Menina possui uma lógica diferente que só recentemente foi modificada. As moças preferiam casar com os rapazes da comunidade, ou seja, na maioria das vezes essa união acontecia entre os primos por conhecê-lo e saber seus comportamentos morais e de trabalho. Relatam ainda que só algumas moças da comunidade que casaram com homens de fora, e mesmo sendo de fora, tinham que ser trabalhadores e ter comportamentos semelhantes dos da comunidade.

Os laços de parentesco também se fazem presentes em Cruz da Menina, na atividade de campo realizada na comunidade dos Seixos em 27 de setembro de 2017 com objetivo de obter informações referentes de uso tradicional da terra, em conversa com a entrevistada 3 de 84 anos. Ela é uma das pessoas mais velhas da comunidade. A seguir encontra-se a árvore genealógica (anexo 2) de sua família durante a descrição dos integrantes de acordo com a primeira cada integrante da família irá receber um número destacado em negrito.

Seguimos com **01** sua mãe Anulina da Conceição, **02** pais Severino Trajano da Silva, dessa relação tiveram 13 (treze) filhos. Na sequência os irmãos do total 4 (quatro) deles morreram, o **03** Francisco Caetano, falecido, **04** Zé Caetano, **05** Antônio Caetano, falecido, **06** Manoel Caetano, **07** a entrevistada 3, **08** sua irmã gêmea Damiana, falecida, **09** Maria, **10** seu esposo o Srº. José Miguel dos Santos. Em seguida os filhos constituídos a partir relação com José Miguel primeira com a de número 11 Expedita, **12** Maria Cícera, **13** Vera, **14** Alda, **15** Lúcia, **16** Dinho, **17** João Miguel, **18** Severino (Nino), **19** Paulo, **20** Zefinha, **21** Severina e **22** homens, falecido.

Continuando a genealogia seguimos com outra geração a partir de sua filha a de número 11 Expedita, casada com **23** Lourival Luiz dos Santos, seus filhos são **24** Rafael, **25** Fernando, **26** José Daniel, **27** Fernanda, 19 anos. Dos seus filhos Rafael casou-se **28** Alexsandra. Seu outro filho o Fernando também se casou com **29** Gírlainne com teve uma menina **30** Islaine tem 3 anos. Esses foram os parentes identificados durante nossa

conversa com a entrevistada 3, conforme a árvore genealógica de sua família eles estão na sexta geração ocupando esse território.

Conforme pode ser visto (no anexo 3) destacaremos os familiares da entrevistada 2, seguiremos o mesmo procedimento de numeração adotado anteriormente. Iniciamos com seu pai **01** Manoel Miguel, mãe **02** Maria Brasilina da Conceição, seu avô **03** Antônio Miguel pai de seu pai, o nome de sua avó ela não soube informar ela faleceu antes de seu nascimento **04** colocamos uma interrogação. Agora os nomes de seus irmãos **05** Henrique, **06** Luiz, falecido **07** Maria, **08** Zezinho, **09** João, **10** Lídia, **11** José, a de número **12** é a entrevistada Entrevistada 2 Maria da Conceição, e seu esposo **13** Cícero Pedro da Silva, da união tiveram 10 (dez) filhos morrem três ainda novos foram: **14** Geraldo Pedro da Silva, **15** João, **16** Antônio, **17** Zefinha, **18** Maria José, **19** Josefa, 20 Gracinha, dos que morrem um era uma menina e dois foram meninos **21** Francisco, **22** Mané, **23** Maria Aparecida.

Apresentamos aqui constituição genealógica de duas famílias que residem no território por várias gerações. Essa é uma questão importante no processo de luta pela terra e no reconhecimento étnico quilombolas. (Leite, 2000, p.345) diz que esse tipo de “organização, de luta, de espaço de conquistado é mantido por gerações”. Ainda segundo a autora aborda que:

A participação na vida coletiva e o esforço de consolidação do grupo é o que o direito constitucional deverá contemplar, pois inclusive a legislação brasileira de inspiração liberal não se inspira na posse coletiva da terra. Ao mesmo tempo, é também a capacidade de auto-organização e o poder de autogestão dos grupos para identificar e decidir quem é e quem não é um membro da sua comunidade, mais do que a cor da pele, o que a lei parece contemplar.

A forma como esse grupo se organiza é algo que está assegurado constitucionalmente, no entanto essas famílias continuam sofrendo para obter seu território e construir suas territorialidades, principalmente quando se trata da produção de alimentos.

Destaca-se que a auto-organização do grupo e as memórias coletivas são elementos apreendidos durante os trabalhos de campo, e que conferem que essas famílias têm origem comum, reconhecidas na atualidade como quilombola.

Durante a entrevista com o entrevistado 4 com objetivo obter informações a respeito da utilização território apresenta ser a pessoa mais velha de Cruz da Menina esse nascido

em janeiro de 1931 com 86 anos de idade. Ele é reconhecido como o ancião quilombola mais velho e é casado com Dona Tereza com quem teve 14 filhos, sendo 7 mulheres e 7 homens. Das sete mulheres, duas faleceram. Segundo o entrevistado 4, ele e seus familiares como avós, bisavós, filhos e netos foram nascidos e criados em Cruz da Menina.

Figura 7: Entrevista com entrevistado 4 em sua residência em Cruz da Menina, em 24 de abril de 2017



Fonte: Acervo da Pesquisa, **Autora:** Aline, 2017.

(Leite, 2000) quando discute o quilombo e as questões normativas descreve sobre a organização coletiva do grupo, que está diretamente relacionada à herança e tem como base a relação de parentesco e o “*fenótipo*, também apresentada como um princípio gerador de identificação. Preferencialmente o casamento atua como um valor operativo no interior do grupo”

Ao mesmo tempo, é também a capacidade de auto-organização e o poder de autogestão dos grupos para identificar e decidir quem é e quem não é um membro da sua comunidade, mais do que a cor da pele, o que a lei parece contemplar. Isto sem levar em conta que os processos de expulsão impediram estes grupos de continuar organizados, a violência, que em alguns casos os descaracterizou enquanto membros de uma comunidade, impelindo-os à desagregação, à extrema pobreza e marginalidade social (2000, p. 345).

A autora faz uma análise da insensibilidade da legislação brasileira de inspiração liberal que insiste em não usar como fonte de inspiração todas essas questões

organizativas que esses povos trazem como forma resistência e as identificam como remanescentes de quilombolas para regularização dos diversos territórios certificados pela FCP não sendo diferente em Cruz da Menina.

Como pensar no direito dos povos tradicionais sem pensar primeiro nos direitos humanos, direitos que foram renegados quando os escravizaram, pois, escravidão, até hoje com os atos de preconceitos a usurpação de suas terras, renegando a liberdade de uso e produção de alimentos será eles os povos condenado a não ter seus direitos garantido pela constituição que por sua vez foi inscrita por quem sempre teve privilégios por isso que não é aplicada de forma efetiva a esses povos? Ou simplesmente acham os amontoados de letras bonitas do art. 68 da CF, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT e do Decreto 4.887/2003. Está na hora de reconsiderar a prática de extermínio durante a escravidão provocou danos que tem resquícios até hoje uma forma de compensar é assegurar a esses povos os seus direitos, conseguintes promover bem-estar desses povos seja na saúde, educação, como o acesso a seus territórios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores analisados, a pesquisa documental e de campo permitiram compreender o conceito de quilombo, suas dinâmicas no processo de formação a partir da ordem escravocrata. Esses povos ao serem expropriados da África sujeitados a exploração da mão-de-obra passam a se organizar em busca de adquirir sua liberdade. Os escravocratas ameaçados por essa organização, preocupados com perda da mão-de-obra estruturam procedimentos legais punitivos, como o Conselho Ultramarino que constrói um conceito para cassar e punir os negros que se utilizavam das fugas para resistir ao trabalho escravo.

Destacamos o quanto essas comunidades quilombolas foram invisibilizadas durante o processo histórico tanto no Brasil com na Paraíba. No que tange a importância desses povos na estruturação da economia do estado, (Fortes, 2012) destaca a produção do café, cana-de-açúcar, algodão, a pecuária, assim como nas construções dos monumentos atualmente tombados como patrimônio histórico, ou seja, percebe-se durante esse estudo que durante toda a história as coisas sempre tiveram mais importância do que as vidas negras que puseram essas construções em pé.

Foi possível identificar que os povos das comunidades tradicionais passaram a acessar políticas e a identificação das comunidades remanescentes de quilombo. Destaca-se o quantitativo de certidões emitidas pelo governo federal a partir de 2004 e dos estudos nos programas de pós-graduação da UFPB que versam sobre a questão étnico racial.

Durante a análise das produções, identificamos discussões relacionadas: a) a questão de gênero, especificamente a participação das mulheres na luta pela terra; b) a diversidade das formas ocupação do território e as estratégias de resistência estabelecidas por meio da organização do movimento negro; c) o processo de identidade quilombola; d) o acesso às políticas públicas e às legislações.

No segundo capítulo realizamos discussões baseadas em processos institucionais sobre o percurso histórico da criação do município de Dona Inês, a territorialidade da comunidade Cruz da Menina considerando sua história, visto que a concentração de terra se dá desde das doações das sesmarias. É possível identificar nas entrelinhas da história que quem detinha o poder sempre desconsiderou os povos presentes naquele espaço ou diria território.

Concluimos que a presença de população negra escravizada na localidade do atual município de Dona Inês, é recorrente desde o processo de formação dos primeiros núcleos de povoamento.

No atual assentamento Tanques, essa presença foi confirmada por via dos documentos desde períodos anteriores ao século XVIII. Essa localidade é um espaço em que a comunidade remanescente de quilombo reivindica como sendo seu território de uso tradicional.

O primeiro registro que encontramos foi do nascimento de Entrevistada 3 Damiana, em 03 de dezembro de 1871. A escrava nasceu no século XIX, mas sua mãe também residente no engenho, provavelmente tenha nascido na mesma localidade, o que nos possibilita retroceder no tempo para demonstrar a presença das famílias de escravos desde o século XVIII. Ou seja, período que antecede o próprio processo emancipatório do município de Dona Inês.

Embora as terras do atual assentamento Tanques tenha passado por uma sucessão de proprietários, essas populações tradicionais permaneceram na terra por gerações. Destacamos os nomes de dois trabalhadores que permaneceram na terra mesmo com o advento da desapropriação da fazenda (localidade denominada pelos quilombolas como Seixos), Luiz Miguel dos Santos e José Miguel dos Santos. Eles são mencionados pelos

quilombolas como sendo da família Miguel, uma das principais famílias tradicionais do lugar.

Observa-se a influência do território de Bananeiras na trajetória histórica de Dona Inês, de como os detentores do capital dessas regiões atuaram de forma violenta para apropriação da terra. É possível identificar as estratégias dos que se apresentam como proprietários da terra ao elaborar documentos cartoriais, conseguindo se tornar donos das terras, além de usar da violência para construir um ambiente de medo e assim expulsar essas famílias que estão lá presentes por gerações.

A partir desses elementos, destacamos que a dimensão do território tradicionalmente ocupado de Cruz da Menina está presente nas narrativas dos mais velhos. Entretanto, as famílias ainda lutam para terem seu território de uso reconquistado.

Outro aspecto identificado é que parte das famílias tradicionais de Cruz da Menina residem no Assentamento Tanques, e outra parte, vive em pequenas áreas herdadas por seus antepassados. As famílias que se reconhecem como quilombolas residem onde hoje é conhecido como Cruz da Menina, situado próximo a Dona Inês, vivendo as margens dos cercados e pastos. São entrecortados por uma estrutura de arame farpado que delimita as fronteiras entre o território de uso tradicional quilombola e o confinamento recente.

Consideramos que a memória é um elemento importante para a reconstrução da territorialidade dessa comunidade, ela é apresentada nas lembranças por meio das falas das pessoas mais velhas. Nesse sentido, o saber quilombola é experienciado por meio da cultura e costumes que são transmitidos de geração para geração, como também toda uma história de luta e resistência desse povo.

Podemos identificar marcas dessa memória e territorialidade em Cruz da Menina, por intermédio das seguintes dimensões cotidianas: a) na produção agrícola, especialmente no cultivo de culturas para base da alimentação, nas plantações de algodão, nesse caso sua participação utilizada como mão de obra para dos padrões do plantio até a colheita. b) no processo de apropriação desse território, em que a burguesia estruturante da região se aproveitou das condições de vulnerabilidade dessas famílias, ocasionada pela seca, falta de água entre outros fatores, que os levaram a terem parte de suas terras usurpadas desfazer de suas terras para sustento das famílias.

Analisamos que as discussões realizadas nos capítulos apresentam proposituras que dialogam com abordagem estudada por (Woortmann, 1990) ao discutir a etnografia brasileira do Campesinato, essa constituída de uma ordem moral, utiliza como base a relação entre terra, trabalho e família.

Vale ressaltar que para o camponês, como para os indígenas, assim como para os quilombolas a terra tem vários significados que não apenas de lucro pelo capital gerador de exploração e sendo a única relação que o produtor tem com a terra, gerar economia. Enquanto que o camponês tem a terra para produzir alimento para a família, por isso o respeito, cuidado, resistência e sentido de permanência no lugar.

No que se refere o valor da família para o desenvolvimento do grupo doméstico, o autor discute que esse valor não está amparado na produção de bens materiais, mas na produção do sentido cultural da família. Além da resistência de manutenção da tradição moral e ética camponesa que todo tempo é ameaçado por uma ordem econômica. Essas questões presenciadas também em Cruz da Menina.

A terra para os sitiados, de acordo o autor, é tida como propriedade de Deus. O homem seu dono legítimo apenas realiza o trabalho e moradia. Para eles, naquele momento histórico a terra estava sendo roubada pela besta – fera, transformando-a em mercadoria monopolizada pela propriedade privada. Ao se falar de trabalho seja ela com relação à terra descreve que o camponês não trabalha, ele labuta.

O corpo negro é um território, nele se tem toda a trajetória cultural africana. E esses corpos e suas ancestralidades seguem subjugados a sentença de não ter seus direitos. Depois com abolição vivendo a própria sorte sem uma política de inclusão a modelo proposto.

Para as famílias de Cruz da Menina não foi diferente, reconhecidas quantos povos tradicionais desde sua certificação, são 11 anos de espera para constituição de equipe interdisciplinar para produção do Relatório de Identificação e Delimitação – RTID garantido por meio da Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

O que dizer do Estado de direito? Qual garantia essas famílias tem para efetivação e aplicação da lei? Por que essas famílias continuam a mercê da estrutura latifundiária da região, estrutura essa que durante muito tempo continua a explorar seus corpos na condição de meeiros. Homens abastados que se utilizam da condição de vulnerabilidade da necessidade de alimentos para abocanhar suas terras. A desumanidade dos que se consideram superior é perceptível em seus atos.

A relação das famílias de Cruz da Menina com a terra está registrada nas memórias dos mais velhos e tem sido passado por gerações conforme apresentamos nas árvores genealógica de famílias entrevistadas.

Esta monografia demonstra que esses grupos lutam para terem o direito de existir e resistem às opressões desde a sua constituição como comunidade tradicional que necessitam ter seus direitos garantidos, a exemplo da demarcação de suas terras.

5. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte – MG: Letramento, 2018. 204 p.
- BIDIMA, Jean-Godefroy. **De la traversée: raconter des expériences, partager le sens. Rue Descartes**, 2002/2, n.36, p.7-17. Tradução para uso didático por Gabriel Silveira de Andrade Antunes.
- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- BORGES, A., et al. **PÓS-ANTROPOLOGIA: AS CRÍTICAS DE ARCHIE MAFEJE AO CONCEITO DE ALTERIDADE E SUA PROPOSTA DE UMA ONTOLOGIA COMBATIVA**. Brasília: Sociedade e Estado, v. 30, n. 2, maio 2015.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CAVALCANTE, Ygor Yuri de Luna. **O ensino de geografia na educação quilombola: experiências na escola municipal de ensino fundamental professora Entrevistada 2 Socorro da Silva Machado - comunidade negra de Paratibe, PB**. 2013. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira ; prefácio de Jacques Chonchol 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. Organização, apresentação e notas Ana Maria Araújo Freire. – [2.ed.]. – Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.
- FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. (Apresentação de Lilia Moritz Schwarcz). – 2 ed. Revista – São Paulo: Global, 2007.
- FELIPE FILHA, M., J., MARQUES, A., C., N., SILVA, M., J., da. **A questão fundiária no território tradicional quilombola de Cruz da Menina, Dona Inês – PB**. <http://www.eng2018.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=17#M>. Anais eletrônicos ISBN - 978-85-99907-08-5. Acessado em 24 de setembro de 2019.
- FIABANI, A. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)** 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012. 432 p.
- FORTES, M., E. P., BANAL, A. **Quilombolas na Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro** - João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013. 312 p.

GALDINO, F. de A. de L. **O processo de expansão urbana no município de Dona Inês/PB.** (Monografia de Graduação em Geografia). UEPB: Guarabira, 2016.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: Uma história do Campesinato negro no Brasil.** 1ª ed. – São Paulo: Claro Enigma. 2015.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro, 12ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, 64p.

LACOSTE, Yves. **A pesquisa e o trabalho de campo: Um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos.** Seleção de textos. AGB. Teoria e Método, nº. 11.1977.

LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas.** Etnográfico, vol. IV (2), 2000, p.333-354.

LARAIA, R.B. de. **Cultura: Um conceito antropológico.** 1932 - 16. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2013.

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de Campo em Geografia: Reflexões Sobre Uma Experiência de Pesquisa Participante,** Boletim Paulista de Geografia – BPG, 2006, ISSN: 2447-0945.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Linguagem e Identidade africana/ Afro-Brasileira,** Fólio – Revista de Letras, Vitória da Conquista. V. n.2. p.201-2019. Jul./dez.2011.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **Território e Territorialidade da Vitória dos Potiguara da Aldeia Três Rios.** 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

_____ MENDES, C., B., SILVA, W., C., M., **Pelo direito de ser diferente: a situação atual das comunidades quilombolas em Alagoas, Brasil.** Revista Científica do IFAL, v. 3, n. 2 – jul. /dez. 2012.

_____ **Fronteira Étnica: Tabajara e Comunidades Negras no Processo de Territorialização do Litoral Sul Paraibano.** 2015. 369 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão- SE, 2015.

_____ **Olhares Sobre Legislação e Fronteira Étnica Indígena e Quilombola.** In: FABIANA RECHEMBACH; GIUSEPPE TOSI; LÚCIA DE FÁTIMA GUERRA FERREIRA. (Org.). **Ditaduras Militares, Estado De Exceção E Resistência Democrática Na América Latina.** 1ed. João Pessoa: CCTA, 2016, v. 1, p. 1757-1788.

SOB a mira dos papéis: cartografando significados no quilombo Cruz da Menina, Dona Inês – PB.

https://admin.egal2017.bo/static/archivos_publicos/1699.pdf. Acessado em 17/04/2018.

MARACAJÁ, Maria Salomé Lopes. **Território e memória: a construção da territorialidade étnica da Comunidade Quilombola Grilo, Paraíba.** 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MOREIRA, J. de N., et al. **Algodoeiro mocó: uma lavoura ameaçada de extinção, Campina Grande,** EMBRAPA-CNPq, documentos, 1989. 20p. file:///C:/Users/LEONARDO/Downloads/ALGODOEIROMOCO.pdf. **Acessado em 29/06/18.**

MOREIRA, E. **Por um pedaço de chão.** / João Pessoa: Editora Universitária Volume II/ UFPB. 1997

MOREIRA, Alecsandra Pereira da Costa. **A luta pela terra e a construção do território remanescente de quilombo de caiana dos crioulos, Alagoa Grande-PB.** 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MONTEIRO, Karoline dos Santos. **AS MULHERES QUILOMBOLAS NA PARAIBA: Terra, trabalho e território.** 2013. 233 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O pesquisador, o problema da pesquisa, escolha d técnicas: algumas reflexões (1992).** In: LUCENA, C., T.; CAMPOS, M., C., S., de S.,; DEMARTINI, Z., de B., F. (Orgs) **Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura de Queiroz.** São Paulo: CERU, 2008. 208 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTANA, Jussara Manuela Santos de. **Territorialidade Quilombola: um olhar sobre o papel feminino em Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande, PB.** 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVESTRE, Diego de Oliveira. **O constitucional e o real da Política de Regularização Territorial Quilombola: Uma análise da Comunidade de Caiana dos Crioulos – Alagoa Grande/PB.** 2015. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de

Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

REIS, J.J. Povo **Negro: Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista USP, São Paulo (28): 14.39, dezembro/ fevereiro 95/96. P.39.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São: Ed. Ática, 1993.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, M. L. da. Bananeiras apanhado históricos. 19797. 2007. Disponível em: <www.reformaagrariaemdados.org.br>. Acesso em: 22 jan. 2018

TAVARES, J. de L. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba – 1909**. V.1. IMPRENSA OFFICIAL PARAHYBA, 1966.

WOORTMANN, K., “Com parente Não se Negueia” o Campesinato Como ordem **Moral**. Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990.

Sistema de Monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial

<http://monitoramento.seppir.gov.br/>. Acessado em 12 fevereiro de 2017.

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250570&search=paraiba|dona-ines|infograficos:-historico>: Acessado em 20 setembro 2016.

https://sigaa.ufpb.br/sigaa/biblioteca/processos_tecnicos/pesquisas_acervo/pesquisa_interna/buscaInternaAcervo.jsf. Acessado em 18 de setembro de 2018.

http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/sistema_plantio_direto/arvore/CONT000fx4zsnby02wyiv80u5vcsvyqcqraq.html. Acessado em 08 de agosto de 2017.

<https://www.dicio.com.br/tribo/>. Acessado em setembro de 2019.

APÊNDICE

APENDICE 1: QUESTIONÁRIOS SEMIESTRUTURADOS

Universidade Federal da Paraíba

Projeto de pesquisa: Territórios de Luta: Processos de Reivindicação Étnica das Comunidades Quilombolas na Paraíba e subprojeto: Territorialidade quilombola na comunidade Cruz da menina - Dona Inês – PB.

Local do Trabalho de campo: Cruz da Menina – Dona Inês - Paraíba.

Período: fevereiro a abril 2017.

Data da realização da entrevista: ____/____/____

Elaboração: Maria José da Silva

Orientação: Amanda Chirstinne Nascimento Marques

Entrevistador: _____

ROTEIRO GERAL

1- Elementos de identificação do entrevistado:

1.1- Nome: _____

1.2- Sexo: Masculino () Feminino ()

1.3- Naturalidade:

1.4- Nível de escolaridade:

() Sem instrução () Alfabetizado () Fundamental menor incompleto ()

Fundamental menor completo () Fundamental maior incompleto () Fundamental

maior completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo ()

Ensino superior incompleto () Ensino superior completo

1.5- Continua estudando? () Sim Não (). Por quê?

1.6- Qual e a sua ocupação?

1.7- Além desta desenvolve outra atividade? Qual?

1.8- Trabalha quantas horas por dia?

1.9- Trabalha quantos dias na semana?

2- Elementos de natureza socioeconômicos:

2.1- Sua família é composta de quantas pessoas?

() Adultos () Adolescentes () Crianças

2.2- Quantos trabalham?

2.3- Qual e a renda familiar?

2.4- O que produz?

2.5 – Como acontece/acontecia atividade relacionada ao território

() Proprietário () Arrendatário () Meia () Posseiro () Foro

3- Associação comunitária:

3.1- E membro da associação comunitária?

3.2- De quanto em quanto tempo acontecem às reuniões?

3.3- Quais os principais assuntos debatidos?

3.4- Quais os projetos que já foram obtidos?

3.5- Como você avalia a atuação da associação?

4- Sobre a História de Cruz da Menina:

4.1- Você conhece a história de Cruz da Menina?

() Sim () Não. E o que mais lhe chama a atenção nesta história?

4.2- Quais são as maiores dificuldades enfrentadas nesta comunidade?

4.3- É comum a migração para outras cidades na busca de trabalho? Para onde migram?

4.4- Tem algum parente seu fora de Cruz da Menina?

5- Religiões e casamentos em Cruz da Menina:

5.1 – Quais são as religiões dos moradores de Cruz da Menina?

() Católica () Evangélica () Candomblé () Umbanda () Espírita () Outras

5.2 – Há quantas igrejas na comunidade? Quais são?

5.3- Existem terreiros de religiões de matrizes africanas? Quantos? Onde estão localizados?

5.4 – Os casamentos tradicionais da comunidade são celebrados aonde? Como acontecem?

6 – Etnia:

6.1- Qual é a sua etnia? Você já sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito?

6.2- O que é ser um quilombola pra você?

Universidade Federal da Paraíba

Projeto de pesquisa: Territórios de Luta: Processos de Reivindicação Étnica das Comunidades Quilombolas na Paraíba e subprojeto: Territorialidade quilombola na comunidade Cruz da menina - Dona Inês – PB.

Local do Trabalho de campo: Cruz da Menina - Dona Inês – Paraíba.

Período: Fevereiro a Abril 2017.

Data da realização da entrevista: ____/____/____

Entrevistador: _____

Entrevistado: _____

Sexo: Feminino () Masculino ().

Idade: _____

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO E SUAS LIDERANÇAS

1- Quais são os projetos que estão sendo implementados em Cruz de Menina?

2- O território de Cruz da Menina?

3- Por que o nome Cruz da Menina?

4- Há uma associação? Se sim. Como é o nome da associação de Cruz da Menina?

5- Tem alguma entidade/ONG atua em Cruz da Menina? Quais são? Que atividade tem realizado para melhorias da comunidade que tem sido implementada a partir dela?

6- Quais as atividades e melhorias tem sido implementadas/realizadas pela AACADE?

7- Qual é a medida do terreno que compõe as casas de moradia e os seus quintais?

8- Os quintais têm sido aproveitados para algum tipo de plantação e/ou criação de animais? Sim (). Quais? Não (). Por quê?

9- Religiões e casamentos em Cruz da Menina:

- 9.1 – Quais são as religiões dos moradores de Cruz da Menina?
() Católica ()Evangélica ()Candomblé ()Umbanda ()Espírita () Outras
- 9.2 – Ha quantas igrejas na comunidade? Quais são?
- 9.3- Existem terreiros de religiões de matrizes africanas? Quantos? Onde estão localizados?
- 9.4 – Os casamentos tradicionais da comunidade são celebrados aonde? Como acontecem?
- 9.5 – Casamentos, quais as famílias que estão aqui desde a formação da comunidade? Os casamentos são realizados entre as famílias ou também com pessoas de fora?
- 10 – Etnia:**
- 10.1- Qual e a sua etnia? Você já sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito?
- 10.2- O que e ser um quilombola pra você?

Universidade Federal da Paraíba.

Projeto de pesquisa: Territórios de Luta: Processos de Reivindicação Étnica das Comunidades Quilombolas na Paraíba e subprojeto: Territorialidade quilombola na comunidade Cruz da menina - Dona Inês – PB.

Local do Trabalho de campo: Cruz da Menina - Dona Inês – Paraíba.

Período: Fevereiro e Abril de 2017.

Data da realização da entrevista: ____/____/____

Entrevistador: _____

Entrevistado: _____

Sexo: Feminino () Masculino ().

Idade: _____

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA OS IDOSOS

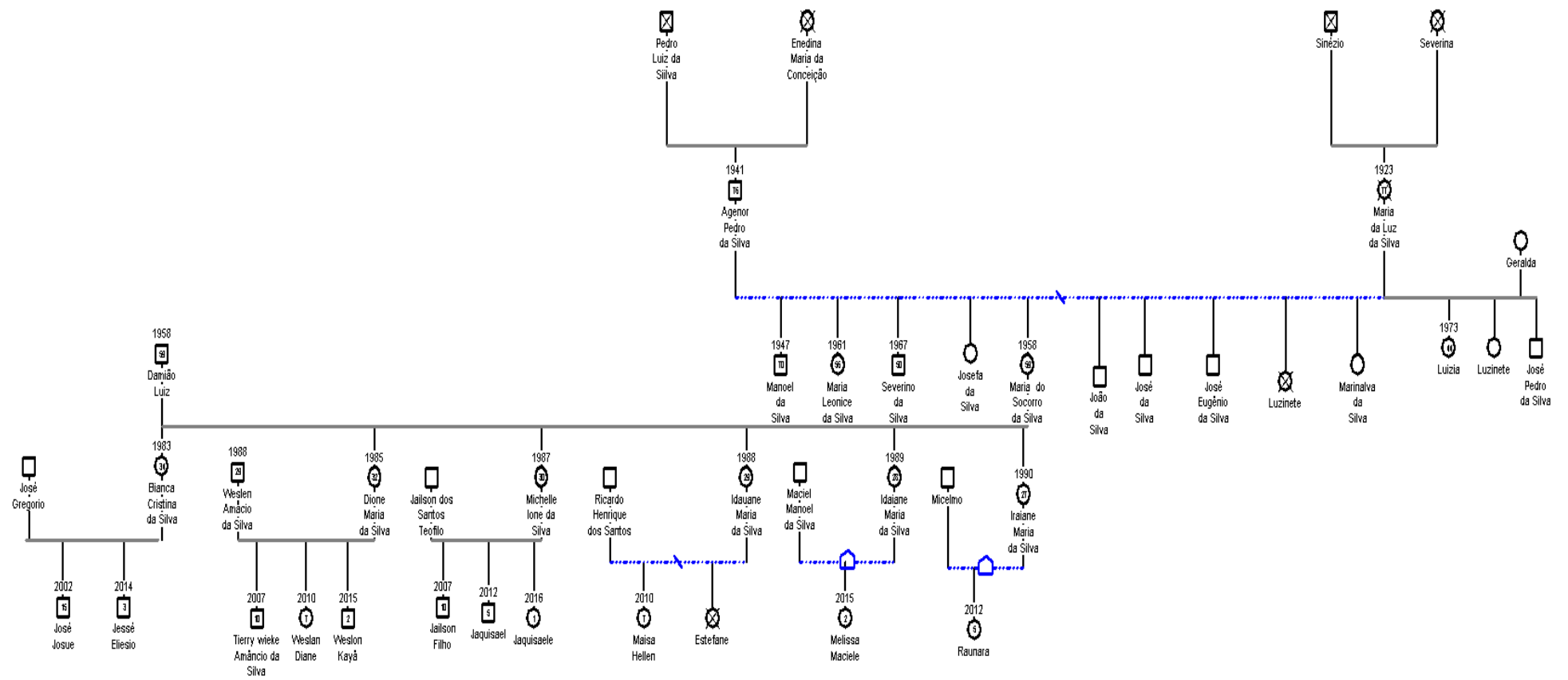
- 1- Comente sobre a origem de Cruz da Menina.
- 2- Quais são as maiores diferenças entre a comunidade de Cruz da Menina de sua infância e juventude para hoje?
- 3- O que falta na comunidade para que as pessoas permaneçam nela?
- 3.1 – Tem parentes morando em outro lugar? Na cidade? Em outros Estados? Quais?
- 3.2 – Porque foram embora?
- 4- Religiões e casamentos em Cruz da Menina:
- 4.1 – Quais são as religiões dos moradores de Cruz de Menina?
() Católica () Evangélica ()Candomblé ()Umbanda () Espírita () Outras
- 4.2 – Há quantas igrejas na comunidade? Quais são?
- 4.3- Existem terreiros de religiões de matrizes africanas? Quantos? Onde estão localizados? Qual sua opinião sobre essa religião?
- 4.4 – Os casamentos tradicionais da comunidade são celebrados aonde? Como acontecem?
- 5 - Fale sobre as festividades em Cruz da Menina: Queima de flores no dia 31 de maio; Boi de rezo; Romaria 1º de novembro; Forró de Santana e zabumba; Festa da consciência negra 20 de novembro e João Redondo.
- 6- Tem informações sobre a participação de seus familiares em revoltas/lutas de tempos passados?

7 – Etnia:

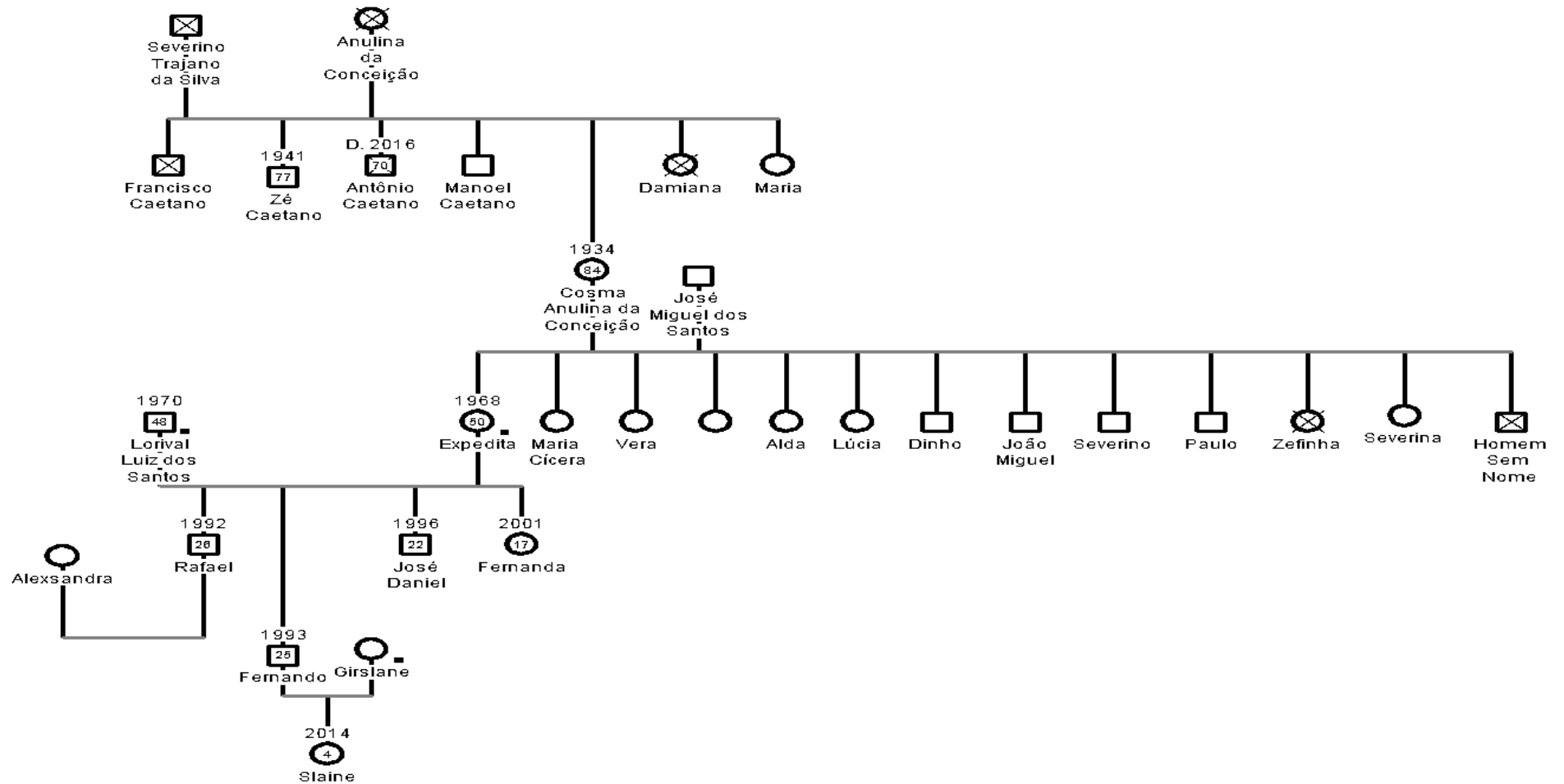
7.1- Qual e a sua etnia? Você já sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito?

7.2- O que e ser um quilombola?

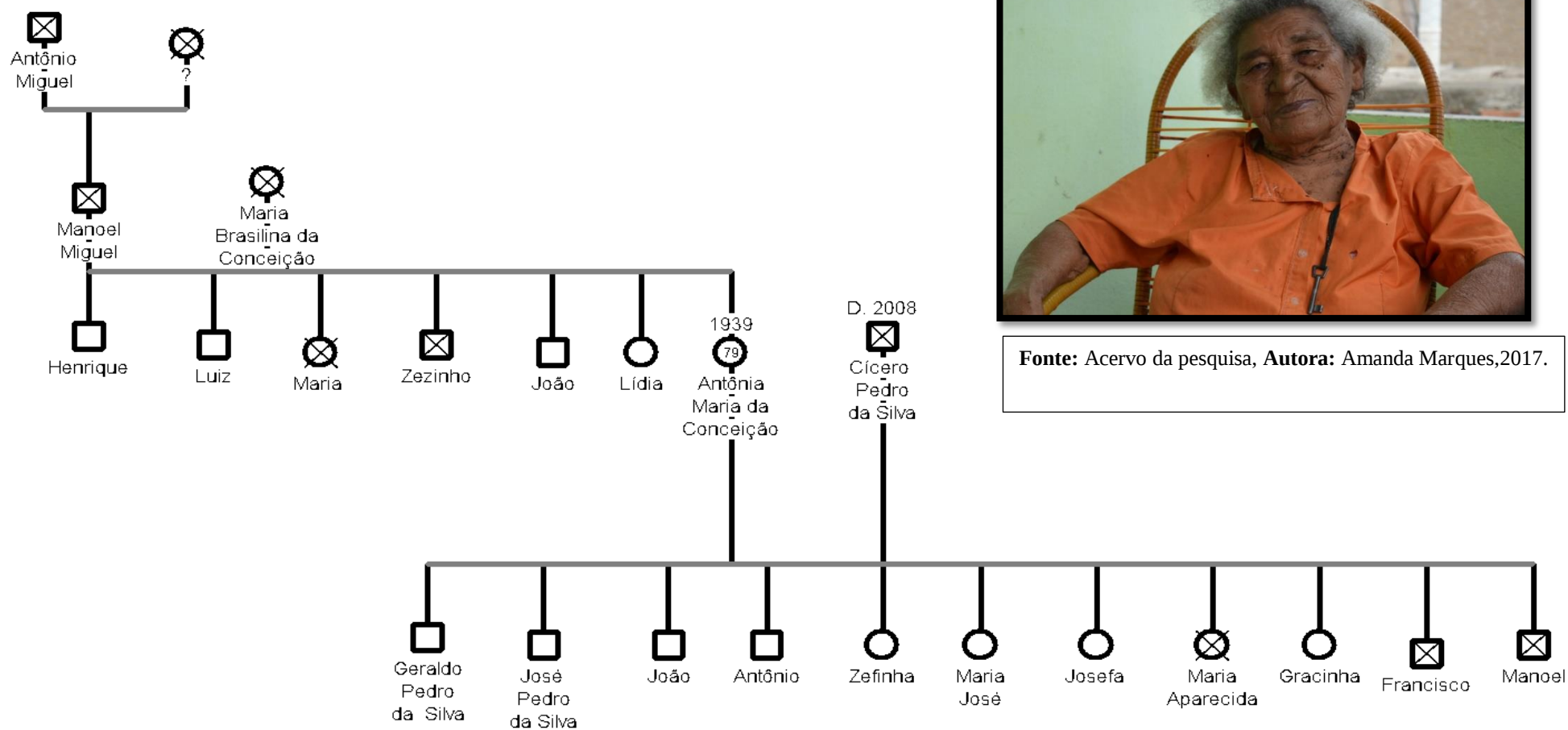
ANEXO 1 – Árvore Genealógica da família da Entrevistada 5



ANEXO 2 - Árvore Genealógica da família Entrevistada 3 Anulina da Conceição



ANEXO 3 – Árvore Genealógica da família Entrevistada 2 Maria da Conceição



ANEXO 4 - MEMORANDO COM PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE CRUZ DA MENINA



4259/2016-17

Memorando nº 212/2016/DPA/FCP/MinC

Brasília, 05 de Maio de 2016.

À Vossa Senhoria a Senhora
Danielle da Silva Santa Brigida
Assessora Técnica do Gabinete

Assunto: **Solicitação de Informações nº 37**
Resposta SIGAD Nº 01420.003853/2016-22

Senhora Assessora,

Em atendimento à solicitação de informação em epígrafe este DPA informa:

1. A atividade de certificação realizada por esta FCP tem como parâmetros legais o Decreto nº 4.887/2003 e a Portaria FCP nº 98/2007, ambas disponibilizadas para consulta no sítio eletrônico: http://www.palmares.gov.br/?page_id=106;
2. Conforme DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003, que *"Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias"*, demarcação de terras quilombolas é atribuição do INCRA.
3. Quanto a solicitação do processo histórico para fins científicos do Quilombo Cruz da Menina em Dona Inês-PB, encaminhamos, anexo os documentos apresentados para fins de certificação.

Atenciosamente,

Igor Correia dos Prazeres
Diretor DPA/FCP/MinC – Substituto



MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES



Ministério
da Cultura



MEMO Nº 123 /2008/DPA/FCP/MiC

Brasília/DF, 12 de março de 2008

De: Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro
PARA: Divisão de Serviços Gerais - DSG

Fundação Cultural Palmares
01420 000632/2008-51

Assunto: Abertura de Processo para o reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo.

Senhor Josimar Chaves,

Solicitamos a Vossa Senhoria, a abertura de Processo Administrativo, para emissão de certidão de Autodefinição como comunidade remanescente de quilombo, a Comunidade Cruz da Menina, localizada no município de Dona Inês/PB, com fulcro na Lei nº 7.668/88, Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, Decreto nº 4887/2003 e Portaria 98 de 26/11/2007.

Atenciosamente,


Miriam Gabriela de Souza Ferreira
Gerente

Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro

SBN Quadra 02 - Ed. Central Brasília - CEP. 70040-904 - Brasília - DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 3424 0145
E-mail: dpa@constratos.gov.br / Site: www.fcpalmares.gov.br

"A felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)



ABAIXO ASSINADO

ABAIXO ASSINADO



Atestamos para os devidos fins de prova, que nós, moradores do Sítio Cruz da Menina, zona rural do Município de Dona Inês/PB, nos reunimos no dia 03 de novembro do ano 2007, às 14:00 h., na Escola Municipal Educador Paulo Freire, com os representantes da Comissão Estadual da Comunidade Negra e Quilombolas, onde solicitamos o **auto-reconhecimento de nossa comunidade como Afro-descendentes**, uma vez que somos 52 (cinquenta e duas) famílias negras.

Sítio Cruz da Menina - Dona Inês/PB, 06 de novembro de 2007.

Nº	Nome	Doc. de Identificação
1.	Maria Maria da Silva	CPF 054.324.45
2.	CP Michele Jora da Silva	CPF 498.554-33
3.	Idaíame Maria da Silva	CPF 081.891.254-51
4.	Maria do Socorro da Silva	CPF 021518674-55
5.	Idone Maria da Silva	CPF 073.462.354-28
6.	Leirne Maria da Silva	RG 25.480.215-0
7.	Craxinda Maria da Silva Teófilo	CPF 032.440.44-00
8.	Josefa Silva de Oliveira	CPF 047.166.062-73
9.	Josefide Figueira da Silva	CPF 066.828.784-07
10.	Antônia da Silva Teófilo	RG 3370796-452/PB
11.	Antônia Figueira da Silva	RG 3092094-202/PB
12.	Maria Traciano Bezerra	CPF 03939844-37
13.	Homide Santa da Silva	CPF 063.644.894-93
14.	F. Z. de L. E. M. da Silva	RG 7.864.444-202/PB
15.	Maria Fereza da Silva Teófilo	CPF 805.852.734-53
16.	Assine Fereza da Silva	CPF 979.594.64-25
17.	Malice Teófilo da Silva	RG 34633273-202/PB
18.	Marcilio da Silva Teófilo	RG 3370789-202/PB
19.	Maria Sôti Sôti da Silva	RG 979677-202/PB
20.	Maria dos Santos Hamalio	RG 1992570-202/PB
21.	TRACIANO TRACIANO BEZERRA	CPF 090.793.064-13
22.	Maria Figueira de Oliveira	RG 3244068-202/PB
23.	JOSETRACIANO DA SILVA	RG 839.795-202/PB
24.	Fernanda Agostinho Bezerra	RG 16.693.983
25.	Clara Figueira da Silva	RG 979775-202/PB



26.	Mariomalia Eugenio da Silva	CPF 022040331-89
27.	Elisângela Maria da Silva	RG 9469203 22P/PO
28.	Maurício José da Silva	CPF 999577424-16
29.	Martimide Horacio da Silva	RG 1912693 22P/PO
30.	ARDEA MARIA DO CARMO DA SILVA	RG 9463418 22P/PO
31.	Adine Zorilda da Silva	RG 3464494 22P/PO
32.	ARDEA JOSE MAZARENO DE OLIVEIRA	CPF 049.537.734-35
33.	ARDEA MARIA ROSA DA SILVA	RG 3089902 22P/PO
34.	ARDEA MARIA ROSEIENE DA SILVA	CPF 053.759.354-30
35.	ARDEA MARCELO MAZARENO DE OLIVEIRA	RG 92992503 22P/PO
36.	ARDEA GOSTARINA MARIA DA CONCEIÇÃO	RG 92903528 22P/PO
37.	ARDEA FRADELIS AUGUSTO DA SILVA	RG 3777607 22P/PO
38.	ARDEA MARIANA MARIA DE OLIVEIRA	RG 9468288 22P/PO
39.	ARDEA PAULO MAZARENO DE OLIVEIRA	RG 3370562 22P/PO
40.	Maria Bandeira Soares da Silva	RG 3445.546 22P/PO
41.	ARDEA MARIA SEVERINA DA CONCEIÇÃO	CPF 046748624-39
42.	Elvira de Fátima da Silva	RG 9463927 22P/PO
43.	Ricardo Henrique dos Santos	RG 37247950 22P/PO
44.	Edi e da Rosa da Silva	RG 9790724 22P/PO
45.	Maria Patrícia Ferreira	RG 30910165-0
46.	João Antonio da Silva	RG 9254517 22P/PO
47.	Luiz Carlos da Silva	RG 3089156 22P/PO
48.	Helena da Silva	RG 1912726 22P/PO
49.	Elvira Maria da Silva	RG 3370788 22P/PO
50.	Adriano da Silva	RG 3047252 22P/PO
51.	Juliana da Silva	RG 33947373 22P/PO
52.	Cláudia da Silva	RG 3717857 22P/PO
53.	Bianca Cristina da Silva	RG 9462235 22P/PO
54.	Elisa Maria da Silva	RG 9467169 22P/PO
55.	Gilvan da Silva	RG 9943407 22P/PO
56.	Paulo Henrique da Silva	CPF 770963118-74
57.	Marcelo da Silva	CPF 039793874-88
58.	Leandro da Silva	CPF 053.396.924-57
59.	Teresa da Silva	CPF 077987.144-30
60.	Luiz da Silva	RG 9469404 22P/PO
61.	JOSE AUGUSTO DA SILVA	RG 9469404 22P/PO
62.	Luiz da Silva	RG 9469404 22P/PO



63.	Viliane Trizano Bezerra	CPF 025.527.774-08
64.	Manoel Henrique da Silva	RG 2458880
65.	Jose Homar da Silva Filho	
66.	Marcelo Botelho Pereira	RG 2462238 SSP/PB
67.	Roberto Antonio da Silva	RG 2943430 SSP/PB
68.	Iran Maria da Silva	RG 3247216 SSP/PB
69.	Rafaela Contes da Silva	RG 2986073 SSP/PB
70.	João Luiz Gomes da Silva	RG 10016679-0
71.	Jose Antonio de Almeida	RG 2190847 SSP/PB
72.	ARAGO ANTONIO MANDEL DE OLIVEIRA	RG 3247197 SSP/PB
73.	ARAGO MARIA LEONICE SILVA OLIVEIRA	RG 2983376 SSP/PB
74.	Raul Raimundo da Silva	RG 3247214 SSP/PB
75.	João da Silva	RG 1912527 SSP/PB
76.	João Raimundo da Silva	CPF 130.343.618-31
77.	Ediana Nuvia Filho de Lima Jacinto	RG 1.912.680 SSP/PB
78.	Saizilda Silva Costa	CPF 028435234-70
79.	Paulo Gregório da Silva	RG 3545964 SSP/PB
80.	João Batista do Nascimento	RG 3449075 SSP/PB
81.	Maria Aparecida de Oliveira	RG 2462362 SSP/PB
82.	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA	RG 3370955 SSP/PB
83.	Jose Carlos da Silva	RG 3370955 SSP/PB
84.	João da Matos da Silva	RG 3370955 SSP/PB
85.		
86.	Terça Ferreira da Silva	CPF 028740524-03
87.	Maria Edilene da Silva	CPF 061.463.404-03
88.	José Carlos da Silva	CPF 026.949.614-21
89.	Maria Hônica Mendes de Souza	CPF 042.734.554-44
90.	Luiz Carlos da Silva	CPF 129583504-15
91.	Maria Cícera Matilda da Conceição	RG 30743 SSP/PB
92.	ARAGO SEBASTIÃO DUARTE DA SILVA	RG 1898694 SSP/PB
93.	ARAGO LUIS DAVID MORAES	CPF 698.609.771-79
94.	Luiz Antônio da Silva	RG 3545968 SSP/PB
95.		
96.		
97.		
98.		
99.		



BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE

Nome da comunidade: Cruz da Menina

A comunidade se define como grupo remanescente das comunidades dos quilombos?

(X) Sim () Não

Data da Fundação/Existe desde quando? Por volta de 1850 meados do século XVIII.

Pequeno Histórico da Comunidade:

A Comunidade Cruz da Menina, localizada no município de Dona Inês/PB. Passou a ser povoada por volta de 1850 meados do século XVIII. Os primeiros moradores da comunidade foram: Sinésio; Joaquim Luiz; Pedro Luiz; Manuel Honório; Antonia Honório e outros.

Antes, a comunidade era conhecida como Tapuíó, porém, foi instituída como "Cruz da Menina" em 1956. "O nome Cruz da Menina originou-se após a morte de uma menina chamada Dulce, que aos sete anos de idade vinha do sertão da Paraíba acompanhada dos pais, cuja mãe se chamava Olíndina, o pai não se sabe o nome e uma ajudante chamada Maria Caetano, no ano de 1877. Naquela época havia uma seca muito grande, não tinha a água para beber e a comunidade vivia numa grande pobreza, faltava água e alimentação. Ao chegar à fazenda de Major João Antonio, os pais da menina pediram água e comida e ele negou. A menina juntamente com os pais e a ajudante andaram mais um pouco e encontraram uma pequena vertente de água, a menina não resistiu e morreu ali mesmo. Os pais foram pedir a mortalha ao Major João Antonio para o sepultamento da menina Dulce. Então ele, arrependido de ter negado água e comida naquela ocasião, atendeu ao pedido dos pais da criança. O pai da menina Dulce colocou uma cruz sobre a cova e no dia seguinte, a mortalha foi parar na fazenda do Major sem que ninguém a levasse. Foi então erguida uma cruz perto da pequena vertente de água, onde as pessoas buscavam água e bebiam pedindo a menina que lhes desse a cura e assim começaram os primeiros "milagres". Mais tarde foi construída uma pequena capela por Manoel de Lima. A partir daí, todos os anos, no dia 1º de novembro são feitas muitas peregrinações e muitas promessas são pagas por pessoas que acreditam que a menina Dulce é uma Santa."



BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE

Nome da comunidade: Cruz da Menina

A comunidade se define como grupo remanescente das comunidades dos quilombos?

(X) Sim () Não

Data da Fundação/Existe desde quando? Por volta de 1850 meados do século XVIII.

Pequeno Histórico da Comunidade:

A Comunidade Cruz da Menina, localizada no município de Dona Inês/PB. Passou a ser povoada por volta de 1850 meados do século XVIII. Os primeiros moradores da comunidade foram: Sinésio; Joaquim Luiz; Pedro Luiz; Manuel Honório; Antonia Honório e outros.

Antes, a comunidade era conhecida como Tapuí, porém, foi instituída como "Cruz da Menina" em 1956. "O nome Cruz da Menina originou-se após a morte de uma menina chamada Dulce, que aos sete anos de idade vinha do sertão da Paraíba acompanhada dos pais, cuja mãe se chamava Olíndina, o pai não se sabe o nome e uma ajudante chamada Maria Caetano, no ano de 1877. Naquela época havia uma seca muito grande, não tinha a água para beber e a comunidade vivia numa grande pobreza, faltava água e alimentação. Ao chegar à fazenda de Major João Antonio, os pais da menina pediram água e comida e ele negou. A menina juntamente com os pais e a ajudante andaram mais um pouco e encontraram uma pequena vertente de água, a menina não resistiu e morreu ali mesmo. Os pais foram pedir a mortalha ao Major João Antonio para o sepultamento da menina Dulce. Então ele, arrependido de ter negado água e comida naquela ocasião, atendeu ao pedido dos pais da criança. O pai da menina Dulce colocou uma cruz sobre a cova e no dia seguinte, a mortalha foi parar na fazenda do Major sem que ninguém a levasse. Foi então erguida uma cruz perto da pequena vertente de água, onde as pessoas buscavam água e bebiam pedindo a menina que lhes dessem a cura e assim começaram os primeiros "milagres". Mais tarde foi construída uma pequena capela por Manoel de Lima. A partir daí, todos os anos, no dia 1º de novembro são feitas muitas peregrinações e muitas promessas são pagas por pessoas que acreditam que a menina Dulce é uma Santa."

Existem fazendas, ocupações, grileiros ou indígenas ou incidem área do IBAMA nas terras quilombolas?

() Sim (X) Não Quem? Há área de preservação do IBAMA

Existem conflitos, invasões, esbulhos por parte de fazendeiros, grileiros ou ocupantes sem terras, ou com o IBAMA?

() Sim (X) Não - Conflitos com quem?

Nome da Associação, se existir:



Dona Inês/PB, 12 de dezembro de 2007.

COMUNIDADE CRUZ DA MENINA

Dona Inês/PB, 10 de janeiro de 2008



A o
Presidente da Fundação Cultural Palmares

Senhor Presidente,

Nós membros da comunidade Cruz da Menina, localizada no município de Dona Inês, Estado da Paraíba, nos auto-definimos como grupo remanescente das comunidades de quilombos, e de acordo com decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, vimos requerer à Fundação Palmares o registro no livro de cadastro geral e expedição de certidão como comunidade remanescente de quilombo.

Atenciosamente membros da comunidade presentes na reunião da comunidade que assinam a ata em anexo

1ª Ata da Comunidade Negra Cruz
Meneira Passa auto-reconhecimento
ao Governo Federal através da Fundação
Cultural Palmarus



Às três dias do mês de novembro de dois mil e nove, às quatorze horas a comunidade Cruz da Meneira reuniu-se sob a chancela da Escola Municipal Educadora Paulo Freire, juntamente com representantes da Coordenação Estadual das Comunidades Negras da Paraíba e a entidade de Apoio às Comunidades AACADE a senhora Francineide Fernandes, a senhora Guizinha para discutir mais uma vez o pedido de auto-reconhecimento de massa da comunidade Cruz ao Governo Federal, através da Fundação Cultural Palmarus. Nesta reunião também esteve presente duas professoras do município a senhora Maria de Lourdes Pereira de Lima Costa e a senhora Maria das Graças Geraldo da Silva que é professora da Escola da Comunidade que contribuíram dando informações sobre a comunidade, sua origem, e explicou mais uma vez como esse processo deve ser feito, que a decisão deve ser dada de forma exclusivamente da comunidade que deveria fazer um histórico da comunidade, juntando documentos e mais coisas, coisas escritas sobre a história do lugar. Após esta explicação foi solicitado aos presentes que se pronunciaram sobre o que estava em sendo discutido, que seria o envio de um documento. Os que estavam presentes a preterir o pedido de reconhecimento e se comprometeram a reunir os que trabalham para que não faltar a cada quinze dias para submeter a decisão e não havendo mais ninguém solicitou a assinatura mais



Martília da Silva Leite

Marcel Henrique da Silva

Marice Teófilo da Silva

Marlene da Silva Teófilo

Martha Lúcia da Silva

Mário Hermida da Silva Filho

Cláudia Maria da Silva

Marcelo Roberto da Silva

Marcel José da Silva

Marcelo José da Silva

Marlene Henrique da Silva

Marlene Santos da Silva

Maria do Dourado Henrique da Silva

Mariana da Silva

Mariana da Silva

Mariana Maria da Silva

Marcelo Henrique da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

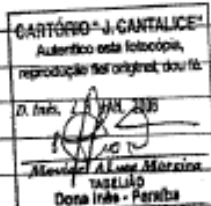
Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva

Marcelo Santos da Silva



GRAFSET



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

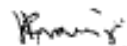
Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.000632/2008-51. **CERTIFICA** que a **Comunidade Cruz da Menina**, localizada no município de Dona Inês/PB. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 011, Registro n.º 1.023, fl. 39, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINIU COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO**.

Eu, **Miriam Caetana de Souza Ferreira**, (Ass.) 
Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 26 de março de 2008.

O referido é verdade e dou fé.


Edvaldo Mendes Araújo
(Zulu Araújo)

Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
E-mail: chefiade gabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

"A Pécudez do negro é uma févelidade guerreira" (Wally Salento)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.000632/2008-51. **CERTIFICA** que a **Comunidade Cruz da Menina**, localizada no município de Dona Inês/PB, Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 011, Registro n. 1.023, fl. 39, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO.**

Eu, **Miriam Caetana de Souza Ferreira**, (Ass.) 
Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **26 de março de 2008.**

O referido é verdade e dou fé.


Edvaldo Mendes Araújo
(Zulu Araújo)

Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106/(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 328-0242
E-mail: chefedegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerrilha" (Wally Salomão)



Ministério da
Cultura



01420.003853/2016-91

Mem. 461/GAB

Em 29 de abril de 2016

Ao Sr. Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro - DPA

Assunto: **SIC - 37**

1. Encaminho a Vossa Senhoria, em anexo, detalhe do pedido 01590000514201609, recebido de forma eletrônica por esta Fundação, para análise do pleito e parecer quanto ao assunto em questão.
2. Para tanto, a autoridade competente deve atentar para a apresentação da reposta com **a maior brevidade possível** tendo em vista que o prazo para atendimento ao interessado é até 03 de maio.

Atenciosamente,


Danielle da Silva Santa Brígida
Assessora Técnica do Gabinete

ANEXO 2. **Quadro 3:** Registro de batismo da Paróquia de Bananeiras (1871 – 1888).
Sombreamento amarelo para dar destaque aos registros no Engenho Tanques e em laranja,
para destacar os batismos na Serra de Dona Inês

Nome	Filiação	Patrão	Local	Nascimento
Luís	Eleonora	Antônio F. Borges	Villa	15.10.1871
Francisca	Macerlina	Antônio R. da Costa	Villa	13.10.1871
João	Camilla	Manoel R. Pessoa	Freguesia	15.10.1871
Luiz	Bernada/Balbino	Cap José M.da Rocha	Freguesia	15.10.1871
Victorio	Leandra	Genuíno B.de farias	Freguesia	10.11.1871
Rufino	Josefa	José Pedro d´ Almeida	Freguesia	08.09.1871
Francisco	Manoel Luís	Ludovico G.de Melo	Freguesia	10.09.1871
Daniel	Benedita	José F.de Góis	Freguesia	16.10.1871
Entrevistrada 3 Damiana	Luiza	Cap. Nicolau J de Carvalho	Eng Tanques	03.12.1871
João	Felipa	André Rufino	Freguesia	21.12.1871
Maria	Eugenia	Francisco C Ribeiro Sênior	Guabiraba	12.12.1871
Ângelo	Luiz	Herd. Antônio Barbosa	Pilões	14.12.1871
Francelino	Francisca	João L. Velho de Melo	Angicos	12.09.1871
Manoel	Margarida	Antônio Sabino da Cruz	Jacaré	11.10.1871
Francisco	Maria	Camila d'Oliveira Pedrosa	Freguesia	10.10.1871
Vitorino	Maria	Militao Nunes	Chã da gruta	16.12.1872
Maria	Eduvirges	Dr.josé E.Moreira da Silva	Villa	21.05.1872
David	Luísa	Virgínio Pereira de Melo	Roma	17.10.1872
Josefa	Norberto/Therasa	José Barbosa Coutinho	Cavalho	09.10.1871
Marculina	Josefa	Idem	Idem	02.07.1872
Francisca	Entrevistrada 2	José Pereira dos Santos	Bebedouro	04.07.1872
Anísio	Gervásio/ Izabel	Joaquim Barbosa de Farias	Angelim	10.08.1872
Maria	Benedito/Luísa	José Barbosa Coutinho	Camuty	29.08.1872
Joana	Clementina	Antônio. F de Araújo	Olho D´água	07.06.1872
Félix	Josefa	Ignácio Soares Pedrosa	Tanque Dantas	01.11.1872
Manoel	Sebastiana	João L. Velho de Mello	Angicos	28.07.1872
Thereza	Sebastião	Idem	Idem	01.06.1872
Antônio	Felipa	Francisco G. dos santos	Jacaré	18.08.1872
Josefa	Mônica	Idem	Idem	19.08.182
Joaquim	Benedita	Josefa Maria da Conceição	Olho D´Água	18.08.1872
Ursulina	Joana/Manoel Joaquim	Cap. Antônio José da Cruz	Lagoa Dantas	10.05.1872
Júlia	Felicidade/João	Antônio C. Thaumaturgo Farias	Eng. Manitu	10.10.1872
Thomásia	Maria	João Pereira L.Porto	Mijônia	07.03.1872
Epitácio	Anna	João Alves de Sales	Villa	06.04.1872
Emigdio	Cipriana	João Carneiro da Cunha	Idem	05.04.1872

Francisco	Rufina	Entrevistrada 2 Luiza de Sales	Tabuleiro	29.01.1872
Joaquim	Josefa/Manoel	Joaquim Leite de Albuquerque	Eng.do Jardim	29.04.1872
Maximiniana	Rosário	Entrevistrada 2 Luiza de sales	Tabuleiro	21.02.1872
José	Claudina	Cap.José Rodrigues das Neves	Villa	19.05.1872
Maria	Josefa	D. Quitéria do Espirito Santos	Idem	28.05.1872
Maria	Joana	Simeão Pereira de Mello	Idem	31.05.1872
Manoel	Balbina	Manoel José Coelho	Gamelas	24.12.1871
Benedito	Joaquim	Manoel José Coelho	Gamelas	08.05.1872
Luiza	Josefa	Olímpio Pompilho de Mello	Villa	15.06.1872
Luísa	Lourenço/Bertolda	Delfino Gonçalves do Nascimento	Villa	26.03.1872
Roque	Luísa	Francisca Maria Inocência do Rego Toscano	Idem	16.08.1872
Ladislau	Luisa	Adelino	Idem	01.07.1872
Manoela	Domingos	Cap. Bezerra Cavalcante	Lagoa do Mathias	05.09.1872
Maria	Raimunda	Joaquim do Rego Toscano	Eng. pau D`arco	04.09.1872
Maneol	Isabel	Delfino Gonçalves do Nascimento	Villa	28.06.1872
Maria	Trajano Esmeira	D.Ermelida Bezerra Cavalcante	Idem	14.08.1872
Tina	Margarida	Dr. Joaquim Bezerra de Albuquerque	Bebedouro	26.09.1872
Camila	Maria	Antônio Ferreira Borges	Villa	05.10.1872
Anna	Theodora	João Soares de Albuquerque	Eng.Bebedouro	08.08.1872
Theresa	Rosa	Targino dos Santos Bezerra	Lagoa	15.09.1872
Francisco	Margarida	Inocência José de Carvalho	Villa	21.12.1872
Maria	Francisca	Cap. José Ferreira da Rocha Camporra	Eng. Farias	14.01.1873
Maria	Genoveva	Cap. Francisco Batista da Aguiar	Gamelas	16.09.1873
Benedita	Francisca	João figueiredo de Castro	Eng. Graças	28.02.1873
Maria	Josefa	Targino Francelino da Rocha	Eng. Jardim	25.01.1873
Poncianna	Manoel/ Úrsula	Antônio Targino de F.Pessoa	Villa	02.01.1873
Paula	Rosa	Idem	Idem	20.01.1873
Justina	Josefa	João Ferreira Passos Silva	Idem	08.04.1873
João	Maria	Cap. José Maria da Rocha	Eng. Jardim	26.03.1873
Ricardo	José /Rosa	Joaquim Francisco de Almeida	Alag. dos Mathias	26.04.1873
Maria	Catharina	Paulino José Cavalcante	Tabocas	11.04.1873

João	Maria	Herd. Quitéria M. R. Santos	Villa	14.05.1873
Maria	Lina	Antônio de Lavor Paz Barreto	Sítio Saco	06.06.1873
Albino	Maria	João Soares de Albuquerque	Bebedouro	23.04.1873
Maria	Marcolina	Cap. Antônio Rodrigues de O. Neto	Villa	23.07.1873
Andreza	Isidora	Sergio Clementino de Azevedo Maia	combeba	10.05.1873
Joaquina	Manoel /Joana		Alagoas Dantas	08.06.1873
José	Sebastião	Josefa Maria da conceição	Comaty	20.04.1874
Felícia	Luísa	Virgínio Pereira de Mello	Roma	15.03.1874
Lúcia	Senhorinha	Francisco Mendes da Cruz	Jacaré	31.10.1874
Pedro	Félix-Clemência	D. Josefa Ermínia da Costa	Freguesia	10.07.1874
Francisco	Magdalena	Tem.Cel.Antonio José da Cruz Marques	Alagoas Dantas	10.03.1874
Bruno	Thereza	Claudino Dias de Araújo	Tapuio	02.07.1874
Manoel	Maria	Camillo Vieira Oedrina	Picada	03.07.1874
Francisca	Gervasio Isabel	Joaquim Barbosa de farias	Boa Vista	01..11.1874
Francisca	Thereza	Delfino Gervasio da Rosa	Pilões	01.11.1874
Camillo	Francisca	Maj.Felinto Florentino da Rocha	Villa	15.10.1874
João (Pedro)	Josefa	José Pedro de Almeida	Alag.do Mathias	28.01.1874
João (Pardo)	Josefa	Olinto Pompilio Mello	Villa	25.02.1874
Maria (Parda)	Anna	Theodomiro José da Silva	Umary	21.12.1874
Porfíria (Parda)	José/Maria	Sr. Barão de Araruna	Eng. jardim	15.02.1874
Manoel (Pardo)	Luísa	Joaquim Guilherminia da Costa	Villa	02.05.1874
Antônio (Pardo)	Margarida	Francisco José de Carvalho	Villa	02.05.1874
Delfina (Parda)	Rufina	Entervistrada 2 Luzia de Sales	tabuleiro	06.05.1874
Anna (parda)	Manoel-Úrsula	Antônio Targ.de Feitas Pessoa	Faz Estrela	03.05.1874
Luiz (Parda)	Lourenço Domingos-Paula	Delfino Gonçalves do Nascimento	Villa	22.06.1874
Rosa (Parda)	Rosa	João Gomes de Albuquerque	Eng. Bebedouro	31.07.1874
Maria (Parda)	Francisca	D.Anna Joaquim de Mello	Eng. Farias	07.07.1874
Luiza (Parda)	Luiz-Maria	Cap. Firmino Bastos Fernandes	Eng. São José	01.09.1874
Entervistrada 2 (Parda)	Simplicia	Olintho Pompilio de Mello	Villa	10.09.1874
Joana (preta)	Balbina	Cap.Nicolau José de Carvalho Brito	Eng. Tanques	20.06.1874
Belísia (Parda)	Maria	Herd. Antônio M.do Espirito Santo Espirito Santo	Villa	23.10.1874

Celso	Joaquim	Cap. Antônio Rodrigues de O Soares	Villa	28.07.1873
Timóteo	Severino	Manoel da Costa espátula	Eng.Caiana	20.08.1873
João	Raimunda	Joaquim do Rego Toscano de Brito	Eng Pau D´arco	28.08.1873
Avelino	Manoel	Joaquim Leite de Albuquerque	Eng. Barreiras	08.08.1873
Entrevistrada 2	Filismina	Antônio Luiza de Sales	Tabuleiro	24.08.1873
Sebastião	Rosaura	Antônio da Trindade Sousa	Cumathy	12.12.1873
Romana Felicidade	Entrevistrada 2	João Soares de Albuquerque	Eng. Bebedouro	11.09.1873
Avelina	Luiza	Pedro Thimótio de Queiroz	Baixa do Mel	11.09.1873
Luiz	Anna	João Alves de Salles	Villa	16.11.1873
Felício	Norberto	José Barbosa Coutinho	Cumathy	04.02.1874
Luís	Joaquim	Pedro Alves Chaves	Boa Vista	05.11.1873
Mariano	Gertrudes	José Leandro Bezerra	Mazagão	30.10.1873
Manoel	Justina	Ver.Pe Emigdio do Rego Toscano	Pilões	02.02.1873
Manoel	Josefina	José Barbosa Coutinho	Camathy	15.03.1873
Maria	Florinda	Antônio de Barros Figueiredo Sênior	Laranjeiras	01.05.1873
Maria	Guilhermina	José Rodrigues de Costa	Olho D`água seco	20.05
João	Domingas	Trajano Barbosa de Figueira	Saboeiro	14.09.1873
Joanna	Senhorinhas	Francisco Nunes da Cruz	Olho D`água seco	22.07.1873
Pedro	Anna	Manoel Nunes da Cruz	Villa	15.06.1873
Francisco	Maria	Cap. Antônio José da Costa	Pilões	03.10.1873
José	Gervásio/Isabel	Joaquim Barbosa Farias	Angelim	16.07.1873
Manoel	Maria	José Tavares Bezerra	Pilões	15.09.1873
Maria	Thereza	Claudino Dias de Araújo	Tapuio	26.02.1873
Maria	Margarida	Entrevistrada 2 Estanissiau Aphonso	Pirpirituba	21.02.1873
Josefa	João Felicidade	Antonio cândido Thaumaturgo de Farias	Eng.Manitu	06.04.1874
Benedito (Preto)	Anna	Luís Ferreira de Mello	Três Irmãos	07.10.1874
Joaquim (Pardo)	Esmerina	João Paulo Bezerra	Serra D. Inês	08.10.1874
Roque(Pardo)	Camilla	Manoel Ribeiro Pessoa	Idem	24.10.1874
Bernardino (Pardo)	Bernardo -Balbina	Cap. José Maria da Rocha	Eng.Morcego	26.12.1874
Theresa(Parda)	Entrevistrada 2	João Soares de Albuquerque	Eng. Bebedouro	01.12.1874
Luís (Pardo)	Ignácia	Sérgio Clementino de A.Maia	Combeba	21.06.1874
José (Parda)	José-Rosa	Joaquim Francisco de Almeida	Lag do Mathias	15.09.1875

Francisco (Pardo)	Januária	Thomás Joaquim Gomes	Pilões	11.10.1875
Joanna (Parda)	Guilhermina	José Rodrigues de Castro Júnior	Boa Vista	01.11.1875
Victor(Parda)	João -Joaquim	Pedro Alves Chaves	Olho D` água seco	13.01.1875
Paula(Parda)	Luísa	Virginio Barbosa de Lucena	Boa Vista	12.04.1875
Maria (Parda)	Josefa	José Pedro de Almeida	Roma	19.07.1875
Josefa(Parda)	Romana	Entervistrada 2 Luiza de Salles	Alag.do Mathias	19.01.1875
Francisca (Parda)	Severino-Ignância	Manoel da Costa	Tabuleiro	12.03.1875
Francisco (Preto)	Izabel	Delfino Gonçalves Nascimento	Eng.Caiana	23.03.1875
José (Pardo)	Maria	Militão Gonçalves Nunes	Chã da Gruta	10.04.1875
Maria(Parda)	Josefa	Olintho Pompilho de Mello	Villa	24.04.1875
Constantina (Preta)	Manoel-Josefa	Joaquim Leite de Albuquerque	Eng. Barreiras	05.05.1875
Maria(Preta)	Anna	Theodomiro José de Castro	Umary	25.03.1875
Idalina(Parda)	Francisca	José Trigueiro de Castro	Graças	12.03.1875
Luísa (Parda)	Theodora	Antônio Ferreira	Villa	02.07.1875
Eustáquio (preto)	João- Feliciano	Antônio Cândido Thaumaturgode Farias	Eng.Manitú	19.09.1875
Luísa(Parda)	Maria	Manoel Vicente pereira de Mello	Villa	22.07.1875
Joaquim(pardo)	Josefa	D.Quitéria M.do Espírito Santo	Villa	03.011.1875
Luiz (Pardo)	Simplicia	Olintho Pompilho de Mello	Villa	09.11.1875
Martiniano(pret o)	Maria	Capt. José Maria da Rocha	Eng.Barreira e Jardim	16.10.1875
Victor(pardo)	Bertulina	Silvestre de Azevedo Maia	Imburana	15.06.1875
José (preto)	Anna	Luiz Ferreira de Mello	Três Irmão	25.02.1875
Theodora (preta)	Joaninha	João Marques Ferreira	Moreno	18.01.1876
Francisca (Preta)	Maria	João soares de Albuquerque	Eng. bebedouro	10.02.1876
Manoel (pardo)	Josefa	Cap.José Carvalho de Brito	Eng. tanques	17.03.1876
Emidia (Parda)	Marcolina	Cap. Antônio Rodrigues de Castro	Villa	20.03.1876
Theodora (parda)	Egídia	Sergio Clementino de Azevedo Maia	Combeba	11.09.1876
Honoro (preto)	Margarida	Balizário pessoa Bandeira da Costa	Bebedouro	06.05.1876
Maria (parda)	Ignácia	Cap.Domingos da Costa Soutos	Alagoinha	31.05.1876
Francisca (parda)	Elisandra	José Gomes dos Santos	Ser.de Dona Inês	27.05.1876
Maria (parda)	Eduvirge	José Eustáquio D'Oliveira Silva	Villa	25.05.1876

Enedino (pardo)	Firmina	Herd. Entrevistrada 2 Luzia de Sales	Freguesia	06.06.1876
José (Pardo)	João/Joaquim	Pedro Alves Chaves	Boa Vista	03.04.1876
Leandro(pardo)	Maria	Virginio Barbosa de Lucena	Roma	09.02.1876
Rita (Parda)	Francisco Pereira- Arcanja	Claudino Tavares Bezerra	Pilões	02.02.1876
Maria(parda)	Francisca	D. Anna Targino de Mello	Eng.Farias	01.11.1876
Manoel (pardo)	Faustina	D.Josefa Rosamira pessoa de Macedo	Villa	20.10.1876
Francisco (pardo)	Margarida	Joaquim patrício Pereira de Melo	Bebedouro	15.10.1876
Manoel (pardo)	Matildes	Luiza Cardoso Alencar	Freguesia	03.11.1877
Francisco (pardo)	Emigdio-Maria	José Antônio Maia da Cunha Lima	Villa	07.07.1877
Clara (parda)	Cassimiro Joaquim	João da Matta Lins Fialho	Canafistula	11.11.19877
Maria (Parda)	Justina	Manoel Henrique pereira de Lucena	Gravatá	01.01.1877
Maria (parda)	Luísa	Virginio Pereira de Lucena	Roma	23.04.1877
Luiza(parda)	Maria	João Pereira Lopes Porto	Mijônia	15.03.1877
José (pardo)	Francisca	D. Maria Magdalena Alves de Farias	Eng. Manitu	16.01.1877
Mauricio (Pardo)	Gertrudes	José Leandro Ferreira	Mazagão	28.09.1877
Francisco (pardo)	Josefa	José Ferreira de Almeida	Alag. Do Mathias	20.12.1877
Joana (parda)	Constância	Salustino Bezerra Cavalcante	Alag. Do Mathias	02.04.1876
Idalina (parda)	Josefa	D. Anna Rosa Maria d Assunção	Villa	10.03.1877
Miguel (preto)	José de Rosa	Joaquim Francisco de Almeida	Alag. Do Mathias	25.03.1877
Francisca (Preta)	Arcanja-Vistanja	Simplicia Maria da Conceição	Freguesia	28.04.1877
Vistor(pardo)	Laurinda	José Martins de Meireles	Boa Vista	03.08.1877
Manoel(pardo)	Rosaura	Herd.de Entrevistrada 2 Luiza de Salles	Eng. Jardim	30.08.1877
Pedro(pardo)	Marcolina	Capt. Antônio Rodrigues de castro	Villa	22..05.1877
Manoel(Pardo)	João-Joaquina	Pedro Alves chaves	Boa Vista	03.08.1877
Rosa(parda)	Bernardo-Barbina	Cap.Joé Maria da Rocha	Eng. Jardim	30.08.1877
Luísa(preta)	Severina Ignácia	Manoel da Costa Espínola	Caema	03.08.1877
Joaquim (Pardo)	Genuína	Cap. Francisco Batista de Aguar	Gamelas	28.08.1877
Luís (pardo)	Josefa	Luís Firmino de Mello	Gruta	21.08.1877
Francisco (pardo)	Balbina	Cap. Nicolau José Carvalho de Brito	Eng. Tanques	08. 09.1877
Francisco (pardo)	Raimunda	Joaquim do Rego Toscano de Britto	Eng. Pau D´ arco	18.11.1877
Maria (parda)	Faustina	Claudio Bezerra Cavalcante	Pilões	18.11.1877

Vicente(pardo)	Maria	Herd. De Antônio Rodrigues Ramos Silvestre	Freguesia	09.12.1877
Euzébio (pardo)	Thereza	Cap. Nicolau José de Cavalcante	Eng. Tanques	16.12.1878
Maria (parda)	Francisca	D.Anna Joaquim de Mello	Eng. Farias	15.04.1878
Bernarda (parda)	Luiz Rita	Antônio Rodrigues d Assunção	Pau D`Arco	20.08.1878
Domingos (pardo)	Marculina	Cap. Antônio Rodrigues de Castro Neves	Pau D`Arco	20.07.1878
Rosa (parda)	Maria	Francisca Entrevistrada 2	Villa	28.10.1878
Josefa(preta)	Maria	Cap.Navais da Silva Pereira de Lucena	Baixa Verde	08.06.1878
Hermínio	Sebastião	João Lourenço filho de Mello	Maniçoba	20.06.1878
Galdino(pardo)	Benedita	Cap. Gregório Correia de Mello	Gambá	10.05.1877
Maria (parda)	Josefa	Targino Franklim da Costa	Eng. Jardim	04.12.1877
André (pardo)	Rosa	Targino dos Santos Bezerra	Moreno	30.11.1878
Genário (pardo)	Benedita	José Pereira de Góis	Sit Serraria	22.08.1877
Jacinta (parda)	Genuína	D. Maria Magdalena Alves da Conceição	Egn.Manitú	04.07.1878
Jacinta (parda)	Francisca	D. Maria Magdalena Alves da Conceição	Egn.Manitú	04.05.1878
Joana(parda)	Norberto Theresa	José Barbosa Coutinho	Cumaty	28.08.1878
Maria(parda)	Josefa	Targino Franklim da Rocha	Eng. Jardim	04.12.1877
Maria (parda)	Maria	Militão Gonçalves Muniz	Chã da Gruta	05.02.1878
Joana(parda) Leonor(parda)	Joaquina Joaquina	Dulcinéia M. Colaço Conceição	Buracos	18.11.1878 17.11.1878
Manoel(pardo)	Theresa	Maria Angélica de S Felix	Goiamunduba	31.01.1878
Victorina(pardo)	Catharina	Maria Angélica de S. Felix	Tabocas	06.01.1878
Maria (parda)	Francisca	Paulino da Silva Cavalcante	Eng. Farias	15.04.1878
Bernarda (parda)	Luís - Rita	Antônio ç Rodrigues d Assunção	Pau D`arco	20.08.1873
Domingos (pardo)	Marculina	Rodrigues de d Castro Naves	Pau D`arco	20.07.1878
Rosa (parda)	Maria	Francisca Antônio de Jesus	Villa	28.10.1878
Tubúrcio (pardo)	Benedito-Damiana	Cap. João Lourenço velho de Aguir	Sitio Caíco	10.06.1879
Manoel (pardo)	Sebastião- Lúcia	Cap. João Lourenço velho de Aguir	Angicos	16.10.1879
José (pardo)	Balbina	Cap.Nicolau José de Carvalho Brito	Pau D`arco	15.09.1879
Maria (pardo)	Salvina	João Batista dos Santos Fernandes	Freguesia	28.08.1879

Quadro. Registro de Batismo da Paróquia de Bananeiras (1871- 1888). Sombreamento amarelo para dar destaque aos registros no Engenho Tanques e em laranja, para destacar os batismos na Serra de Dona Inês.

ANEXO 3. Quadro 4: Nomes dos moradores que trabalhava na terra durante o período de desapropriação informado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riachão. Levantamento preliminar de dados e informações do imóvel rural denominado: Fazenda Tanques e Queimadas – município de Dona Inês – Estado da Paraíba – Maio/1998 – João Pessoa – PB.

Quant.	Nome das pessoas que trabalha na terra	Quantos anos na terra	Quantos hectare	Quantos dependente
01	José Trajano da Silva	15	4	4
02	Francisco N. de Oliveira	8	2	2
03	Francisco T, da Silva	15	2	3
04	José A. Moreira da Silva	17	3	3
05	José Moreira Araújo	17	7	6
06	Severino Miguel Santos	16	3	5
07	Paulo Feliz Menezes	14	4	3
08	João Pedro da Silva	25	6	6
09	José Luiz dos Santos	27	3	3
10	Josevaldo Miguel dos Santos	15	2	4
11	Luiz Miguel dos Santos	60	3	1
12	José Miguel dos Santos	64	5	3
13	José Agostinho Bezerra	15	2	8
14	José Agostinho Bezerra	9	2	11
15	Ednaldo P. dos Santos	15	2	4
16	Lidia Brasilina da Conceição	40	3	1
17	Maria Livramento D. Conceição	15	3	5
18	Maria Lima da Silva	15	4	5
19	Geraldo Antônio do Nascimento	10	2	1
20	Lourival Luis dos Santos	15	4	4
21	José Idelfonso Oliveira	15	6	5
22	Francisco Faustino Souza	30	3	6
23	João Miguel dos Santos	24	4	2
24	Valdemir Candido Araújo	12	5	3
25	José Humberto França	10	2	1
26	José Noberto Deodato Silva	5	3	5
27	Sebastião Francisco Silva	20	4	9
28	Edilson F. Quirino	6	3	2
29	Sebastião M. Quirino	25	10	2
30	Francisco de A. A. Lima	10	3	5
31	Luiz Pedro dos Santos	5	3	5
32	José Luiz de Oliveira	8	6	7
33	Cícero Pedro da Silva	20	2	3
34	Irinaldo Moura do Nascimento			
35	Manoel Pedro dos Santos	5	5	4
36	José Deodato da Silva Neto	1	5	4
37	José Gomes do Santos	8	8	3
38	José Miguel dos Santos Filho	5	5	3
39	Antônio Soares da Silva	7	5	5
40	Diógenes Gomes dos Santos	-	6	5
41	Damião Lúcio Oliveira	-	3	3
42	Geraldo Reis Oliveira	-	1	3
43	José Gomes dos Santos Filho	-	3	5
44	Erivaldo José de Lima	-	3	3
45	Antônio Marinho dos Santos	-	4	9

46	Gomes dos Santos	-	8	5
47	Sebastião Marinho dos Santos	-	2	3
48	Francisco Marinho dos Santos	-	3	8
49	Severino Marinho dos Santos	-	5	11
50	Antônio da Silva	-	1	4
51	Aloíso Pedro da Silva	-	1	4
52	Cloves Ferreira da Silva	-	2	3
53	João Borges da Silva	-	1	4
54	Martins Roberto da Silva	-	2	10
55	Severino Gomes dos Santos	-	8	9
56	Antônio Ricardo da Silva	-	6	13
57	Geraldo Ricardo da Silva	-	1	4
58	Manoel Ricardo da Silva	-	2	11
59	Pedro Candido da Costa	-	6	7
60	Antônio Pereira da Silva	-	2	6
61	Antônio Marcolino Silva	-	4	5
62	Sebastião Geramino da Silva	-	5	7
63	Geraldo Bezerra Guedes	-	4	11
64	Lourival Emiliano da Silva	-	2	3
65	Sergio Emiliano da Silva	-	1	2
66	Pedro Rodrigues de Sena	-	2	7
67	José Martins de Souza	-	2	7
68	Josefa Victor da Silva	-	2	5
69	Maria José de Oliveira	-	2	6
70	Francisco Reinaldo de Andrade	-	2	4
71	Francisco João de Andrade	-	1	6
72	Sebastião Marino da Silva	-	5	6
73	George Martinho de Souza	-	2	4
74	Genival Pedro da Silva	-	2	5
75	Antônio Julião da Costa	-	2	8
76	José Severino da Silva	-	2	11
77	Damião Orácio dos Santos	-	1	9
78	Nilton Gomes dos Santos	-	4	2
79	Antônio Ipolito Sobrinho	-	4	2
80	Antônio Trajano da Silva	-	2	2
81	João Luis de Oliveira	-	1	7
82	José Berto de Oliveira	-	4	4
83	Antônio Flô dos Santos	-	2	3
84	Antônio Augusto Souza	-	2	3
85	Sérgio Gomes dos Santos	-	2	4
88	João da Silva	-	1	6
89	José Algustinho da Silva	-	1	2
90	Manoel Nazareno Oliveira	-	1/5	5

Fonte: processo 54320. 001650/97-85/ INCRA

ANEXO 4. CERTIDÃO PROCESSO DO INCRA - 54320. 001650/97-85/ INCRA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE BANANEIRAS

Cartório "Henrique Lucena da Costa"
Rua Cel. Antonio Pessoa, 396 - Bananeiras - Paraíba
FONE: 363-2239

Verônica de Lucena Moura de Medeiros
1.ª Tabelião

* Serventude das Officinas de 1.ª Tabelião de Notas, * Oficial do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Bananeiras, na forma da Lei, etc.

Certidão DE DOMÍNIO/VINTENÁRIA E ÔNUS

CERTIFICO a requerimento da Procuradoria Regional do INCRA/PB, neste ato representada por Viviane Mourão Dutervil, Procuradora Regional, conforme OF/INCRA/SR-18/J/Nº 168/97, que, revendo os livros destinados ao Registro Geral de Imóveis, verifiquei constar, no livro de 2-E, fls. 179, mat. 1081, em nome de JOAQUIM CABRAL DE MELO - CIC nº 008.999.094-34, o imóvel denominado "Tanques" e "Queimadas", do município de Dona Inês-PB, desta comarca, medindo 1.500 (hum mil e quinhentos) hectares, limitando-se: Norte, Abel Bezerra Carneiro da Cunha; Sul, com José Pereira Diniz; Leste, Severino Ramos da Rocha; e Oeste, Manoel Viana e Alício Cunha; todos por cercas de arame farpados; adquirido do espólio de Ana da Conceição Melo, conforme Escritura de Partilha Amigável lavrada pelo Tabelião do Cartório do 3º Ofício da cidade do Recife-PE, em data de 05.07.71, e registrada no livro 3-Q, fls. 104, sob o nº 11.129, em 08.07.71. Certifico, ainda, que o imóvel supracitado é probatório de filiação de domínio há mais de 20 (vinte) anos, em nome de Joaquim Cabral de Melo, conforme registro no livro 3-Q, fls. 104, sob o nº 11.129, acima mencionado, e que atualmente encontra-se matriculado no livro 2-E, fls. 179, sob mat. 1081. Certifico, finalmente, que o imóvel acima mencionado encontra-se hipotecado, conforme cédulas de crédito rural, a seguir: Cédula Rural Hipotecária EPI-71/112-CRAN, com vencimento para 13.08.79, registrada no livro 9, fls. 027, sob o nº 242, em 16.08.71, tendo como credor o Banco do Brasil S.A., agência desta cidade; Cédula Rural Hipotecária EPI 82/15081-2, com vencimento para 30.09.86, registrada nos livros 3, fls. 165, sob o nº 821, e 2-E, fls. 179, R-01-1081, em data de 22.10.82, tendo como credor o Banco do Brasil S.A., agência de Guarabira-PB; Cédula Rural Hipotecária 89/00005-6, com vencimento para 20.11.89, registrada nos livros 3-A, fls. 021, sob o nº 1794, e 2-E, fls. 179, R-07-1081, em data de 30.10.89, tendo como credor o Banco do Brasil S.A., agência de Dona Inês-PB; Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária 92/00006-1, com vencimento para 06.10.96, registrada nos livros 3-A, fls. 026, sob o nº 1817, e 2-E, fls. 179v, R-10-1081, em 31.03.92, tendo como credor o Banco do Brasil S.A., agência de Dona Inês-PB; Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária 92/00026-6, com vencimento para 30.10.96,

CONTINUA OFICINA
Tabelionato de Notas

registrada nos livros 3-A, fls. 027, sob o nº 1821, e 2-E, fls. 179v, R-12-1081, em 01.06.92, tendo como credor o Banco do Brasil S.A., agência de Dona Inês-PB. O referido é verdade, dou fé. Eu, Verônica de Lucena Moura, 1ª Tabeliã, que digitei e subscrevo. *Verônica de Lucena Moura*

Bananeiras, 14 de setembro de 1997
Em Testº (*Verônica de Lucena Moura*) da verdade.

Verônica de Lucena Moura
Verônica de Lucena Moura
1ª Tabeliã
Verônica de Lucena Moura
Tabeliã

ARTÓRIO DE 1ª OFICINA
Tabelionato de Notas
Verônica de Lucena Moura
BANANEIRAS
TABELIÃ

EM TEMPO: Leia-se data supra: 14 de novembro de 1997, dou fé. *Verônica de Lucena Moura*